



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 49

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 23 de Setembro de 1998

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se pelas 15.15 horas.

Depois de lida a correspondência entrada na Mesa, passou-se de imediato ao 3.º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia destinado ao tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.

Proferiram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Herberto Rosa (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Aires Reis (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*), Fátima Sousa (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), António Gomes (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Luís Resendes (*PS*), João Carlos Macedo (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*) e ainda o Sr. Secretário Regional Adjunto (*Francisco Coelho*).

No **Período da Ordem do Dia**, esteve presente, ao abrigo do artigo 98.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, um **Projecto de Decreto Legislativo Regional**, apresentado pelo Partido Popular, que visa "**revogar o Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de Novembro, relativo a determinada legislação relacionada com a Ponta da Fajã Grande, na Ilha das Flores**".

A sua apresentação coube ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e, de acordo com o n.º 2 do citado artigo, usaram da palavra os Srs. Deputados Fernando Menezes (*PS*) e Victor Cruz (*PSD*).

Em seguida, iniciou-se a leitura dos relatórios das Comissões Permanentes da ALRA ao abrigo do artigo 119.º do Regimento. Assim, foram oradores:

COL - Deputado Aires Reis

CPGAI - Deputado Francisco Xavier

CJAS - Deputada Fátima Sousa

CEFP - Deputado Élio Valadão.

Posteriormente, foram apreciadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

1.ª Projecto de Decreto Legislativo Regional — "Planeamento Familiar".

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Fernanda Mendes (*PS*), usaram da palavra sobre o mesmo assunto os Srs. Deputados Jorge Valadão (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Ana Carolina (*PSD*), Victor Cruz (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

O projecto supracitado foi rejeitado por maioria.

2.ª Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Aplicação à Região Autónoma dos Açores do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário".

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*) a quem coube a apresentação do respectivo documento que foi aprovado, na generalidade, por unanimidade e, na especialidade,

por maioria com excepção dos artigos 1.º, 19.º, 97.º, 98.º e 3.º os quais foram aprovados por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*) e Francisco Sousa (*PS*).

3.ª Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto, que regula a elaboração e aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)".

Feita a apresentação pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*), usaram da palavra sobre o mesmo assunto os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*). A proposta apresentada foi aprovada, tanto na generalidade como na especialidade, por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 21.25 horas).

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Peço a vossa atenção para a chamada.

Eram 15.15 horas.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

Carlos Alberto da Costa Fraga

Dionísio Mendes de Sousa

Guilherme Marinho Pinto de Sousa

João Carlos do Couto Macedo

João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio

José Élio Valadão Ventura

José Humberto de Medeiros Chaves

José do Nascimento Ávila
João Luís Sanchez dos Santos
Manuel Goulart Serpa
Manuel **Herberto da Rosa**
Maria de **Fátima Rocha Furtado Moniz Sousa**
Maria **Fernanda da Silva Mendes**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis
Alberto Romão **Madruga da Costa**
Ana Carolina Gomes da Silva
António Manuel Silva Almeida
António Manuel Goulart Lemos de Meneses
Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca
Duarte Nuno de Ávila Martins de Freitas
Eugénio Manuel Pereira Leal
Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de Melo
João Manuel Bettencourt Cunha
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
José Ramos Aguiar
José Francisco Salvador Fernandes
Jorge Manuel Leão Themudo Valadão dos Santos
José Manuel Cabral Bolieiro Dias
José Manuel Avelar Nunes
José Maria Bairos
Manuel Teixeira Brasil
Manuel da Silva Azevedo
Mark Silveira Marques
Sidónio Manuel Moniz Bettencourt
Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a leitura da correspondência.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Um ofício do Sr. Presidente da Assembleia da República com seguinte teor:

"Profundamente penalizado pelas dramáticas consequências do novo sismo - mais um! - que flagelou as Ilhas do Faial e do Pico, com perdas de vidas e numerosos feridos e desalojados, venho exprimir-lhe a solidariedade da Assembleia da República e a minha própria, bem como as mais sinceras condolências às famílias enlutadas.

Desejo sinceramente a rápida recuperação dos feridos e que seja possível também sanar depressa as outras feridas na tão bela paisagem dos Açores. Estou certo de que não faltará aos açorianos, uma vez mais, a solidariedade de todos os Portugueses."

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Da Comissão Permanente da Assembleia da República, um ofício remetendo um Voto de Pesar "pelas dramáticas perdas, em vidas humanas e em muitas centenas de habitações e outros equipamentos, causadas pelo terramoto do dia 9 e crise sísmica subsequente".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, um ofício a exprimir a solidariedade e o pesar pelas mortes ocorridas e danos materiais provocados pelo sismo.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, um ofício remetendo os Votos de Pesar

pelo sismo ocorrido no dia 9, manifestando a "solidariedade para com o povo açoriano e essa região insular tão castigada por eventos deste género".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Secretário Regional Adjunto da Presidência um ofício manifestando a sua solidariedade "para com todos os que sofreram danos materiais ou morais, mormente aos funcionários desta Assembleia".

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Sr. Dr. Mário Pinto, um telegrama a expressar a sua solidariedade em mais esta ocasião de luto para os Açores.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Da Junta de Freguesia do Lumiar um ofício remetendo uma Moção aprovada por unanimidade na qual "solidariza-se com a população das Ilhas dos Açores flageladas pelo tremor de terra" ocorrido na madrugada do dia 9 de Julho de 1998.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Da Direcção Nacional dos Escuteiros de Portugal, um ofício a manifestar o seu profundo pesar pelos acontecimentos e a colocar-se à inteira disposição para as solicitações necessárias.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Partido Social Democrata da Guiné-Bissau, um ofício a solidarizar-se com o sofrimento causado por danos humanos e materiais face aos trágicos acontecimentos ocorridos na madrugada do dia 9 de Julho.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Clube de Tiro, Caça e Pesca do Pico, um ofício a remeter um abaixo-assinado enviado ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Sr. Eduardo Vieira um ofício do seguinte teor:

"Razões de ordem profissional impedem-me de desempenhar o lugar de deputado para que fui eleito em Outubro de 1996.

Com o maior respeito por todos aqueles que votaram no partido em cujas listas fui incorporado, e pedindo desculpas aos Srs. Deputados com quem me propus trabalhar no plano parlamentar, nos termos do artigo 28.º da Lei 61/98, de 27/8, e do artigo 27.º do Regimento, renuncio ao mandato de Deputado para que fui eleito."

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, um ofício com o seguinte teor:

"Nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PS propõe os deputados abaixo indicados para integrar a Comissão Eventual de Inquérito para esclarecimento

das suspeitas contidas no artigo de opinião incerto na edição de 1 de Setembro do jornal Açoriano Oriental.

- Francisco Oliveira

- Vasco Cordeiro

- Carlos Fraga"

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Manuel Azevedo, o seguinte requerimento:

"Uma vez que a resposta do Governo ao requerimento n.º 1418 sobre o assunto em referência não foi satisfatória, solicito que com a maior urgência me sejam fornecidos mais os seguintes elementos:

1. Em que locais as empresas que extraem areias na orla marítima do Pico até 13 de Novembro de 1998 (Sulareia, Lda - Lic. 4/95; Simpico, Lda - Lic. 5/95; Cruz Leal, Lda - Lic. 6/95) estão autorizadas a fazê-lo?

2. Relativamente ao licenciamento para extracção de inertes em terra:

- Licenciamentos dados pela Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia, referindo as empresas, os locais, o prazo e as regras condicionantes.

- Pareceres da Direcção Regional do Ambiente que são necessários à emissão destas licenças.

- Natureza dos pareceres: Vinculativos ou não?

Horta, 15 de Setembro de 1998.

O Deputado Regional: Manuel da Silva Azevedo"

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Requerimento do Sr. Deputado Regional do PSD, Aires Reis que diz o seguinte:

"Tendo em conta que não foram previstos transportes suficientes para os alunos da Escola Básica Integrada do Topo;

Tendo em conta que a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais não tem ainda preconizada a melhor solução para o fornecimento de refeições aos alunos da referida escola;

Tendo em conta a escassez de verbas disponibilizadas para o funcionamento daquele estabelecimento de ensino;

Ao abrigo das disposições regulamentares aplicáveis, requeiro a V. Exa. se digne obter do Governo Regional as seguintes informações:

1. Pretende ou não o Governo Regional resolver de imediato o transporte dos alunos da Escola Básica Integrada do Topo?
2. Pretende ou não o Governo Regional encontrar a melhor solução para o fornecimento de refeições aos alunos da referida escola?
3. Vai ou não o Governo Regional disponibilizar, de imediato, verbas suficientes ao funcionamento da Escola Básica Integrada do Topo?

Horta, 22 de Setembro de 1998.

O Deputado Regional Aires António Fagundes Reis."

Secretário (Guilherme Pinto): Da Comissão de Organização e Legislação, um ofício solicitando aos Srs. Deputados que substituam as folhas n.ºs 8, 14, 20, 31, 32, 33, 34, 41, 68, 69, 70 e 77 do relatório sobre o Regimento da Assembleia Legislativa Regional pelas páginas que se anexam.

Secretário (José Ramos Aguiar): Do Grupo Parlamentar do CDS/PP, o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que "Recomenda ao Governo Regional a antecipação dos prazos de pagamento das indemnizações compensatórias aos empresários do sector agro-pecuário".

Presidente: Terminada a leitura da correspondência, compete-me, nos termos do artigo 27.º, n.º 4 do Regimento, anunciar que tornou-se efectiva a renúncia ao mandato de deputado, desde o passado dia 7, do Sr. ex-Deputado José Monjardino, do Partido Popular, e tornou-se efectiva, a partir do dia 23 de Setembro, a renúncia ao mandato do Sr. Deputado Eduardo Vieira.

Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, mais propriamente, às **intervenções de interesse político relevante para a Região.**

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Dispõe o Estatuto Político-Administrativo, no seu artigo 66.º que o Governo Regional visitará cada uma das ilhas da Região pelo menos uma vez por ano, onde deverá reunir em Conselho.

Foi no cumprimento deste preceito que o VII Governo Regional se deslocou à Ilha das Flores nos dias 2 e 3 do corrente mês, tendo o programa da visita incluído uma reunião com os responsáveis camarários e a observação de diversos empreendimentos em curso.

Do Conselho do Governo, realizado na manhã do dia 4, resultou um importante conjunto de deliberações, das quais precisamente duas dezenas se reportam directamente à Ilha das Flores.

Assim e apenas para recordar as medidas de maior impacto, o Governo Regional decidiu:

- Proceder às obras de ampliação e adaptação ao ensino secundário da Escola Básica 2,3/S Padre Maurício de Freitas;
- Lançar a concurso a empreitada de construção do Polivalente da Casa do Povo da Fajã Grande;
- Reforçar o apoio domiciliário aos idosos das Flores, medida de grande alcance para uma ilha com uma população envelhecida;
- Proceder à reparação do entreposto frigorífico e à construção de casas de aprestos no porto das Lajes;
- Prosseguir a reabilitação do Porto Velho, em Santa Cruz, através da realização das obras de consolidação da muralha e da construção das casas de aprestos;
- Reforçar os trabalhos de recuperação dos caminhos agrícolas e florestais;
- Autorizar a abertura do concurso para início dos trabalhos de repavimentação da estrada Lajes/Santa Cruz;
- Desenvolver um estudo com vista à implantação, no porto das Lajes, de uma estrutura que melhore as condições de acolhimento às embarcações de recreio. Esta é, aliás, uma decisão que se impunha, dado o número crescente de iates que aportam às Flores e que este ano já se cifra em 147, mais 37 por cento que em todo o ano anterior.

Foi ainda anunciada a boa conclusão das negociações com a ANA, tendo em vista a iluminação da pista do Aeroporto das Flores cujos trabalhos deverão iniciar-se em breve.

Relativamente ao transporte marítimo de passageiros, foi também muito importante o anúncio de que, tendo em conta o sucesso da experiência realizada este ano com o navio “Lady of Mann”, a Ilha das Flores irá beneficiar, no próximo ano, de uma operação de carácter periódico e de maior frequência. Necessário se torna agora que as chamadas “forças vivas” queiram promover iniciativas que atraiam os visitantes e que os agentes económicos saibam aproveitar as novas oportunidades de negócio que a operação do barco lhes vai proporcionar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta foi eminentemente uma viagem de trabalho, definidora de uma postura de acção que, pelo nítido contraste que encerra, não pode deixar de ser comparada com a pompa e circunstância a que se reduziam idênticas visitas nos tempos dos governos do PSD.

Então prometia-se num ano para se voltar a prometer o mesmo no ano seguinte. De tal forma que, quando os autarcas eram questionados sobre as reivindicações que iriam apresentar ao Governo chegavam ao ponto de dizer que não era preciso preparar novo papel, porque o do ano anterior estava perfeitamente actual uma vez que do prometido nada havia sido cumprido.

Pelo contrário, o actual Governo, da responsabilidade do PS, já cumpriu tudo aquilo que prometeu aquando da visita estatutária de 1997. A prová-lo está o facto de que todas as deliberações constantes do comunicado do Conselho do Governo então realizado, ou já foram implementadas ou estão em fase de execução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este Governo é realmente diferente dos anteriores, porque cumpre tudo aquilo que promete e porque só promete aquilo que pode cumprir.

Com efeito, nesta visita às Flores, o Governo Regional da Nova Autonomia, numa atitude de realismo e seriedade que merece ser realçada, soube resistir à demagogia e à promessa fácil tão comuns no passado. Só prometeu o que era possível e só se comprometeu com aquilo que estava consciente de poder realizar. E, com o rigor e objectividade que se lhe exige, só mencionou no comunicado final aquilo a que se podia referir.

Não se comprometeu por isso com projectos autárquicos que mais não são ainda do que meras intenções ou sonhos megalómanos de quem, pela juventude no cargo, ainda não consegue fazer a distinção entre o idealismo da vontade e o pragmatismo da possibilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É também necessário ter em conta que, ao contrário do que sucedia no passado, a atenção deste Governo para com a Ilha das Flores não se restringe às visitas impostas pelo Estatuto.

A prová-lo está todo um conjunto de medidas que têm vindo a ser implementadas ao longo do ano, como sejam:

- As empreitadas de reparação dos portos das Lajes e das Poças, em fase de execução;
- A instalação das redes de água e electricidade do porto das Lajes;
- A assinatura do contrato da empreitada para construção da nova ponte sobre a Ribeira da Cruz;
- A construção do matadouro, que deverá ficar concluído no início do próximo ano;
- A recuperação do sector de lacticínios, garantindo a estabilidade no pagamento do leite aos produtores, a par de outras medidas de apoio.

Foi assim possível inverter o processo de morte lenta a que parecia condenada a União de Cooperativas, mercê das erradas políticas do tempo do PSD. E os resultados estão à vista: entre Janeiro e Agosto deste ano entraram na fábrica mais 124 mil litros do que em período homólogo do ano anterior. E neste momento já devem ter sido ultrapassados os 675 mil litros entregues em todo o ano de 1997.

E, se mais provas fossem necessárias, ainda hoje, em audiência que nos concedeu e ao Sr. Deputado Valadão, onde abordamos a problemática do transporte aéreo de e para as Flores, o Sr. Presidente do Governo Regional pôde informar-nos que já foram dadas instruções à SATA tendo em vista a inclusão nos horários, o mais breve possível, de uma ligação ao fim-de-semana para as Flores e que abrangerá também o Corvo.

Esta deliberação vem dar resposta a uma velha aspiração dos florentinos e corresponde ao cumprimento de um dos compromissos eleitorais do PS na Ilha das Flores, vertido no Programa do VII Governo.

É para nós motivo de enorme satisfação e mais uma razão para nos orgulharmos de sermos suporte de um Governo para o qual o desenvolvimento harmónico da Região não é apenas mera figura de retórica.

Deputados Fernando Menezes e Francisco Sousa (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Costuma dizer-se que a memória dos povos é curta.

Contudo, nas Flores ninguém esqueceu ainda o passado recente...

Em que só havia barco de carga uma vez por mês...

Em que ciclicamente faltavam os combustíveis...

Em que os cortes de energia eram sistemáticos...

Em que o transporte marítimo de passageiros era apenas uma saudosa recordação...

Em que, prepotentemente, se obrigavam os doentes a vir para a Horta a uma consulta de clínica geral quando os médicos especialistas estavam na Terceira ou em São Miguel...

Em que o tarifário da energia e o preço dos combustíveis subiam todos os anos...

Em que relativamente aos impostos e aos transportes aéreos e marítimos, apenas se perspectivavam aumentos...

Não, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os florentinos não esqueceram e não querem ter esse passado de volta...

Porque nas Flores, como no resto da Região, vive-se, hoje como nunca, um clima de progresso, liberdade e paz social.

Porque os florentinos sabem que este é um Governo que os ouve, que se interessa pela resolução dos seus problemas e que durante o seu mandato, que é para quatro anos, jamais irá defraudar os seus legítimos anseios e expectativas.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Agosto fora, eis-nos uma vez mais chegados, no decurso da segunda quinzena de Setembro, a nova abertura do ano lectivo.

Contra tudo o que muita boa gente esperava, face à imagem de normalidade e de optimismo que a Governação Socialista procurou inculcar na opinião pública, de forma contínua e insistente, num crescendo elaborado em moldes de fazer crer que desta vez tudo iria bater certo, com a tónica colocada nas grandes reformas ou mudanças de fundo levadas a cabo, ao que se dizia, da melhor forma e na altura apropriada, qual não foi o nosso espanto quando, em vez do tal arranque calmo e sereno esperado, sem grandes contestações, fomos confrontados, na Comunicação Social, na rua, nos corredores das escolas, nos nossos empregos, em suma, um pouco por toda a parte, exactamente com a situação inversa do que nos tinha vindo a ser sistematicamente, garantido e prometido.

Para quem não estava bem por dentro dos meandros do que efectivamente se passara, ao longo desse sempre complexo e prolongado tempo de preparação de um novo ano escolar, agravado no caso presente, pela complexidade e dimensão das novas medidas estruturais colocadas em marcha, o que implicava uma significativa mudança, a todos os níveis, não foi sem grande surpresa ou consternação que se veio a constatar que o panorama geral era bem diferente do que tão habilidosamente se procurara construir num processo de mistificação que, infelizmente, não constitui só apanágio desta grande área de intervenção da nossa vida em comunidade que é a da Educação. Para nosso grande mal prolonga-se e alarga-se por muitas outras áreas ou sectores vitais da nossa existência, de forma mais ou menos idêntica!

As manchetes da imprensa e os "pivots" da Comunicação Social difundida pela rádio ou pela televisão não nos deixam qualquer dúvida acerca da forma como o recomeço das actividades escolares ocorreu.

"Problemas do costume abrem o novo ano escolar" ou Sindicato dos Professores acusa Governo - "Ano lectivo não começa bem", ou ainda, bem mais grave, "Desnorte na Educação" - "O executivo mostrou-se incapaz..."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não se chega a um tal estado de coisas sem que ninguém se tenha vindo a aperceber de que tal era perfeitamente possível de vir a acontecer! Efectivamente, ao longo de muitos meses, à medida que ia tomando forma a mudança que se queria operar, muitos foram os que lançaram sérios avisos à navegação. Nos trabalhos preparatórios por parte de técnicos e responsáveis, a vários níveis, nas reuniões com os sindicatos de professores, nas recolhas de pareceres junto dos estabelecimentos de Educação e Ensino ou das estruturas descentralizadas da Secretaria, nos trabalhos da Comissão da Juventude e Assuntos Sociais, nos Plenários desta Assembleia, enfim em toda uma série de oportunidades ou ocasiões, através das mais variadas formas, foi-se antevendo, prevenindo, tentando acautelar para que não se chegasse à presente situação.

Estou certo que o próprio Governo, em especial o Departamento responsável pelo sector, a SREAS, sempre esteve consciente dos riscos que corria, não obstante a indispensabilidade de ter de se levar a cabo, agora ou mais tarde, o que foi encetado, sem que, contudo, tenha dado a devida e necessária atenção às salvaguardas e reticências que foram surgindo, acompanhadas, em muitos casos, de sugestões ou estratégias de ultrapassagem dos problemas ou de remediação dos mais preocupantes, que foram e isso é que é grave, tantas vezes ignoradas, com os resultados que estão à vista.

Quantas e quantas vezes se disse que um novo modelo de gestão, mais todo um processo de autonomia escolar não podia nem devia ser implementado de sopetão, "do pé para a mão", sem um período de transição, sem um escalonamento e faseamento no tempo, facilitador da introdução, experimentação, consolidação e generalização, sem todo um conjunto de esclarecimentos e de informação, apoiados em pacotes de formação, sem os quais tudo seria bem mais difícil e passível de vir a não bater certo, aos mais variados níveis e nas mais diversas situações.

Mais, quantas vezes se alertou para a necessidade de ser criado todo um corpo legislativo de apoio, verdadeiro alicerce, cerne da mudança, dado à estampa, a tempo e horas com "conta, peso e medida", apropriado e exigido pelos objectivos a serem

atingidos. Com a regulamentação necessária feita sem ser "sobre o joelho", "para ontem" ou traduzida em normativos apressados, jizados à pressão, nem sempre os mais adequados ou, pior do que isso, cerceadores ou redutores, nomeadamente da autonomia que se pretendeu e se quer pôr em prática!

Assim lemos ou ouvimos - "A SREAS teve "pressa" em lançar a mudança" ou "o agudizar dos problemas actuais, quando comparados com os do ano passado, vai levar a que este seja o pior ano de todos!"

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Lamentavelmente para todos nós é vasto, mesmo muito vasto, o rol de críticas lançado à SREAS.

Vão desde a assunção da instabilidade criada ao reconhecimento da ineficácia do Departamento Responsável pelo Sector da Educação e do Ensino.

Atente-se — ninguém contesta que se tinha de passar um dia por todo este conjunto de alterações ou ajustamentos. Ninguém põe em causa que da mudança em curso, salvo esta ou aquela situação particular, possa vir a resultar uma taxa de sucesso mais significativa.

Protesta-se e caracteriza-se a forma como foi conduzida de "insensata", pecando por "acção indevida" ou por "omissão" ou por uma "enorme desorientação" na concretização de não sei quantos princípios ou ideias que, ao cabo e ao resto, não obstaram, para grande desapontamento e revolta de muitos, a que o novo ano lectivo tenha começado com:

- vários estabelecimentos de educação e ensino em obras, dado o início tardio das obras de reparação ou remodelação de que careciam;
- quadros docentes incompletos, se bem que bem melhor apetrechados face aos muitos profissionais lançados nos últimos anos, no mercado de trabalho, pelos estabelecimentos do ensino superior;
- faltas inadmissíveis de pessoal auxiliar já que o número de vagas atribuídas a cada estabelecimento de educação ou ensino ficou muito aquém das necessidades sentidas;
- excesso de alunos, novamente encaixados no parque escolar existente, com recurso agora a medidas do tipo do aumento, nalguns casos incompatível com a realidade

física, do número dos alunos por turma, fixado, salvo a existência de poderosas razões, agora em 25;

- carência de funcionários administrativos;
- escolas do primeiro ciclo em desdobramento ou com "centenas de alunos, devido às obras inacabadas, com reduções de 2 horas e meia de aulas diárias até Janeiro";
- ausência de quaisquer outras medidas inovadoras de fixação de docentes.

Tudo isto, minhas Sras. e meus Srs., aliado a casos denunciados e exemplificados pelos docentes, nomeadamente pelas organizações representativas da classe, Sindicato Democrático à cabeça, pela contundência das acusações, de "abuso de poder", de "não cumprimento de prazos legais" e de "irregularidade e impunidade", nomeadamente em eleições para órgãos de direcção, administração e gestão das escolas.

Mais, numa volta pelas escolas com as novas Comissões/Direcções Executivas, Instaladoras ou não, ou pelas recém-criadas Áreas Escolares ou Escolas Básicas Integradas e mete dó ouvir as queixas pelas faltas de esclarecimento, de informação, do ter alguém, no momento certo e no lugar devido em sectores - chave do processo que diga como é que se faz, pondo fim à dúvida, à incerteza ou às interrogações criadas.

A denúncia está na rua - "Há Áreas-Ecolares, recém-criadas, administrativa e financeiramente paralisadas!"

Passados cerca de dois anos, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais,...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não, foi apenas há um mês!

O Orador: ... que é feito das escolas de 600 alunos e das turmas de 15 alunos?

Por construir continuam as EB2,3 + Ensino Artístico de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, as Secundárias Gerais e Básicas da Horta e da Lagoa ou as Básicas 2,3 da Maia ou dos Ginetes!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Quem ouvir isto pensará que vivemos noutra terra!

O Orador: Para quem tanto prometeu mudar, para quem tanto agitou a bandeira "das pessoas primeiro", convenhamos que a situação não é nada animadora.

Não admira, pois, que o coro dos protestos tenha vindo a estar tão afinado!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Está nas sondagens!

O Orador: Razões não faltam! Neste, como noutros sectores, mudar este estado de coisas impõe-se! É a palavra de ordem!

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aquilo que acabámos aqui de ouvir de forma branda, é, no fim de contas, uma espécie de colectânea daquilo que, talvez de forma menos eficaz, este ano tem vindo a ser dito ao longo de muitos e muitos anos.

Aliás, isto não se compara nada com aquilo que foi dito durante os anos em que o Sr. Deputado foi Secretário Regional de Educação e Cultura.

Deputado Victor Cruz (PSD): Este Governo não muda nada!

O Orador: Nessa altura, o coro de protesto era bem mais violento tal como as razões. De qualquer maneira, deixe-me esclarecer o seguinte:

Começando pelas reformas, que o Sr. disse e muito bem que eram indispensáveis, se as mesmas tivessem sido tomadas quando o Sr. foi Secretário, se calhar tinha sido mais fácil, mas como o Sr. não as tomou, alguém teve que as fazer de forma mais atrasada e provavelmente mais difícil, mas fizeram-se.

O Sr. Deputado deve viver noutra Região.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Essa é que é a verdade!

O Orador: Eu também ando pelas escolas, também falo com os professores e a verdade é que se vive um clima de esperança e de normalidade nas mesmas.

Este ano e mais uma vez, ao contrário daquilo que aconteceu quando o Sr. era Secretário, as escolas abriram no seu tempo certo e os professores já estão colocados. Apenas temos 2 escolas na Região que ainda não funcionam a 100%, uma na Horta, porque estiveram alojados idosos, mas nesta altura já estão em limpeza e arranjo e

provavelmente amanhã, ou na pior das hipóteses, na Segunda-feira estará a funcionar, e a outra em São Miguel, uma escola que se optou por abrir esta semana para fazer um programa de ocupação de tempos e um programa lúdico.

De resto, Sr. Deputado, os alunos estão a ter aulas e isto num ano extremamente difícil no 1.º ciclo, porque, como o Sr. Deputado deve saber, este ano não entraram no mercado de trabalho novos professores, porque com o prolongamento dos cursos, com a criação da licenciatura, aqueles jovens professores que iriam sair com o bacharelato este ano, continuam na Universidade.

Apesar de tudo isso e apesar da falta de professores do 1.º ciclo - foram só do 1.º ciclo e aconteceram essencialmente na Ilha de São Miguel - as escolas estão a funcionar com normalidade e com muita qualidade.

Digo-lhe mais:

Em relação a pacotes de formação, no que diz respeito ao último ano em que o Sr. foi Secretário Regional da Educação, nós multiplicámos por 3 - crescimento 300%.

No que se refere ao pessoal auxiliar, apenas quero-lhe dizer que só no ano passado foram colocados nos quadros 800 e muitos novos auxiliares.

Resolveu-se um situação que o Sr. deixou, uma situação caótica, em que no sector da educação vivia-se essencialmente com contratados que entravam e saíam de 6 em 6 meses.

Sr. Deputado, essas coisas aconteceram há demasiado pouco tempo pelo que não é possível o Sr. vir aqui dizer aquilo que disse.

Pense naquilo que aconteceu há dois anos. Foram apenas há dois anos! Nessa altura não haviam auxiliares.

Hoje, felizmente, nós temos os quadros das nossas escolas praticamente completos. É verdade que faltam alguns, que é preciso fazer mais descongelamentos e resolver mais algumas questões, mas Sr. Deputado num ano apenas foram resolvidas 800 e muitas situações.

O Sr. nos anos em que foi secretário não resolveu metade. Foram muitos anos, não foi apenas um ano!

Sr. Deputado:

Quando V. Exa. falar em auxiliares e falta de pessoal nas escolas pense no seu tempo e faça as comparações. Visite as escolas!

Presidente: Sr. Secretário, está no fim do seu tempo.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Em relação ao número de alunos por turma, se o Sr. ler o Jornal Oficial verá que há um despacho normativo do ano passado que fixou o número em 25, número esse que aconselhado pela OCDE e é considerado o ideal em termos de funcionamento pedagógico das escolas.

Essa questão dos 15 foi o Sr. que a inventou com certeza!

Não ponha na minha boca aquilo que eu não disse!

Leia os despachos normativos!

O ano passado foi fixado em 25, não foi agora. Este ano apenas foi reafirmado.

Não misturemos as coisas!

Em relação às escolas, Sr. Deputado, tem sido feito um esforço gigantesco e esse esforço começa a ter resultados.

As obras estão a acontecer, os fundos escolares estão dotados com os seus próprios fundos.

A miséria que as escolas viveram no tempo em que o Sr. foi Secretário está em vias de acabar.

É verdade que as coisas ainda não estão perfeitas. Ainda há muito a fazer, mas já estamos a trabalhar para que isso aconteça.

Quanto à mudança, quando se fala numa comissão executiva instaladora, é para conduzir uma mudança, é para instalar qualquer coisa. Este é o ano em que as coisas vão ser instaladas, com calma, com serenidade e com a mesma eficácia com que foram feitas o ano passado.

O ano passado introduziram-se alterações profundíssimas e o Sr. sabe muito bem que correu com toda a normalidade.

Este ano, se Deus quiser e com a colaboração de todos aqueles que estão sem derrotismos, e felizmente são a esmagadora maioria, e que estão com esperança no sistema educativo, será melhor que ano passado.

O Sr. Deputado em vez de fazer previsões e previsões baseadas em manifestos, espere, tenha calma, analise o funcionamento das coisas e recomendo-lhe, particularmente, que compare o que está acontecendo agora com aquilo que aconteceu quando o Sr. foi secretário e verá que nós agora estamos incomparavelmente melhor.

Esta é que é a verdade, isto é o que toda a gente sente e sabe.

É muito difícil e quase inacreditável aceitar que o Sr. que foi secretário durante tantos anos da Secretaria Regional da Educação e Cultura, que durante tantos anos manteve as escolas na miséria e no marasmo, venha agora com críticas desse teor para aqui. Não faz sentido!

Muito obrigado.

Deputados Herberto Rosa e Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Seja-me permitido, em primeiro lugar, usar da palavra para saudar todos os quantos nas escolas, hoje, estão trabalhando regular e normalmente, ou seja, os alunos, os professores, o pessoal auxiliar e administrativo.

Deputado Herberto Rosa (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Em segundo lugar, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, eu vou tentar seguir o seu raciocínio, porque tentei tomar notas para poder percebê-lo.

"Arranca com novas escolas..."

É verdade, arrancou com novas escolas e arrancou com obras nas escolas, com obras feitas no último ano lectivo de milhares e milhares de contos, através do Governo Regional que criou e encomendou um programa de apoio para a reconstrução das escolas do 1.º ciclo e eu lembro-me muito bem e V. Exa. ainda melhor do que eu, da dificuldade que era viver em algumas escolas.

Naturalmente que V. Exa. visitou algumas que não eram utilizadas, porque tinham uns troncos levantados ao alto que seguravam as traves para que elas não caíssem em cima dos alunos.

Essas mesmas escolas que visitei e V Exa. também, hoje estão reconstruídas.

Essas obras não podem ser feitas em dois meses e meio de interrupção das actividades lectivas.

Sempre me bati e continuarei a fazê-lo para que as pequenas reparações sejam feitas em Julho, Agosto e nos primeiros quinze dias de Setembro.

Reconstruir quase de raiz dezenas de escolas ao longo de um ano, teria que ser efectivamente no percurso e no decurso do ano lectivo. Esta é a primeira questão que deve ficar bem clara nesta Casa.

Infelizmente, até alguns autarcas — e eu recuso-me a dizer nomes — no momento da inauguração, esquecem-se que 85% do dinheiro utilizado não é da autarquia. Isto, às vezes, também dói e magoa, mas fico muito mais magoado quando V. Exa. vem pôr em causa a execução dessas obras que em dezenas de escolas de todas as ilhas, e agora já posso afirmar nesta Casa, de todos os concelhos da Região, foram feitas.

A alguns anos atrás V. Exa. sabia que havia um concelho desta Região, liderado por um Presidente de Câmara do PSD que se recusava a fazer obras nas escolas. Mas hoje, nesse concelho, já se fazem obras, graças aos contratos ARAAL.

Portanto, não acho correcto que V. Exa. diga isso.

O panorama geral é muito diferente, é efectivamente diferente, porque estive 3 anos numa escola onde esperei que a Câmara fosse levantar 5 telhas. Hoje, os professores dessa escola têm verba para comprar essas telhas e chamar o mestre José para colocá-las lá em cima. Eu nunca tive e algumas vezes tive que pagar da minha algibeira.

"Problemas de costume".

Inevitável!

V. Exa. já era secretário, o PSD era Governo, e naquela tribuna este Deputado que aqui está chamou a atenção para várias situações, sendo uma delas a carência de professores do 1.º ciclo nesta Região. Várias vezes fui ali e já no decurso deste mandato voltei a chamar a atenção do Governo de que era necessário exigir, impor ao

Ministério da Educação, que a Universidade dos Açores tenha mais vagas para o 1.º ciclo.

Essa é uma situação que V. Exa. melhor do que ninguém sabe que começou a ocorrer durante os mandatos do PSD, quando se admitiu que a Universidade dos Açores, que na altura recebia tanto dinheiro desta Região, fechasse o curso de professores do 1.º ciclo na Ilha Terceira. V. Exa. ouviu isto da minha boca muitas vezes.

Presidente: Sr. Deputado, os seus 3 minutos já se esgotaram. Dou-lhe mais alguns segundos.

O Orador: V. Exa. refere "indispensabilidade de levar a cabo estas medidas".

Sr. Deputado, quem é que esteve 20 anos no Governo?

É uma inevitabilidade agora?!

Agora teve que ser. Agora não há possibilidade de haver um período para repouso, pousio e reconstrução. Portanto temos que levar as medidas avante.

É inevitável que quando se criou um período de transição - e ele está criado e é para isso que existem as comissões instaladoras - essa situação só esteja regularizada em todas as escolas dentro de 4 anos.

As áreas escolares são inovação quase do tempo da minha avó. Numa gestão onde nunca houve democracia, pela primeira vez há.

As pessoas perguntavam:

"Alguém que me diga o que é que eu tenho que fazer".

Pela primeira vez foi dito às escolas "vocês façam e decidam aquilo que querem, porque pela primeira vez têm autonomia."

O diploma de autonomia é de 89 e só o ano passado é que foi adoptado à Região.

Portanto, Sr. Deputado, era bom que se tivesse algum cuidado ao fazer essas afirmações, sobretudo quando todos nós participámos nelas e todos conhecemos o seu percurso.

Hoje, orgulho-me de dizer que sou professor e que esta Região está exactamente num estado completamente diferente daquele que estava há 4 ou 5 anos atrás, sobretudo a nível do 1.º ciclo do ensino básico e da gestão e administração das escolas.

Hoje, já podem dizer que têm alguma verba, pouca, mas têm.

A alguns anos atrás, lembro-me de um Presidente de Câmara de Angra que, felizmente, deu 2.500\$00 por sala de aula para que eles pudessem ter dinheiro para os vidros.

Hoje, isso não é necessário. Nenhum Presidente de Câmara tem que dar dinheiro para manter os vidros das escolas.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Eu já tive a oportunidade de dizer aqui mais do que uma vez, e vou repetir rapidamente, que não enjeito nada do passado. Tenho muita honra naquilo que tive possibilidade de fazer e tenho muito orgulho em ter pertencido aos Governos que antecederam o de V. Exa., suportados pelo partido cuja bancada pertenço.

O passado é passado. Fez-se aquilo que na altura era possível e nesta Casa deram-se as justificações e explicações necessárias. Isso já passou.

O que nos preocupa agora é o presente, aquilo que os Srs. prometeram. Neste momento têm que vir a esta Casa "dar contas" e responder por aquilo que prometeram, ainda não fizeram, não estão fazendo e estamos aqui para saber se irão ou não fazer.

Deputado Francisco Sousa (PS): Estamos a fazer!

O Orador: O Sr. Secretário disse, e muito bem, que a comunicação social dá vastos exemplos disso. Não somos nós, são os sindicatos dos professores, são os professores que o dizem.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Isso são panfletos!

O Orador: Não são panfletos, Sr. Secretário.

Quando V. Exa. fala em panfletos está a ofender as organizações representativas dos professores que não merecem esse tratamento. Aliás, os professores estão

preocupados com outras coisas muito mais complicadas, como por exemplo, os tais normativos que vão sair e que contêm situações, como o normativo que saiu acerca do absentismo na prevenção do insucesso escolar, nomeadamente no que diz respeito ao apoio pedagógico acrescido, que chocam os professores.

O Sr. é professor tal como eu sou, e sabe perfeitamente que há coisas que se dizem ou até mesmo pensamos, mas quando se tenta passar para o papel é muito mais complicado.

Passar para o papel - falo no n.º 2 deste artigo, Portaria 63/98 - "que é também objectivo de modelo de apoio pedagógico acrescido minorar as consequências do absentismo docente no regular funcionamento das escolas", é passar um atestado que não é merecido, nem devido, pelo pessoal docente desta Região ou de qualquer outra parte do País.

Está-se a atentar contra a dignidade pessoal destes profissionais. Não são só os docentes que faltam, Sr. Secretário, faltam os médicos, os enfermeiros, os engenheiros, o pessoal auxiliar,...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*):
Demagogia, Sr. Deputado!

O Orador: ... faltam um pouco por todo o lado.

O Sr. sabe que em 4 mil e tal docentes que há nesta Região, efectivamente há uns quantos que faltam, mas a grande maioria cumpre. Ter este tratamento aqui de generalização estampado no Jornal Oficial, preocupa os professores, como também os preocupa ser a única classe que tem — e isto é copiado do que se faz a nível nacional — as tais juntas médicas da Direcção Regional da Educação ou os tais médicos credenciados para verificarem as suas doenças.

Presidente: Sr. Deputado, os seus 3 minutos já terminaram. Tem uma tolerância habitual para continuar.

O Orador: Os professores preocupam-se com isto como se preocupam quando vêem o Sr. Secretário na televisão a defender que as turmas com 25 alunos ou com menos de 25 alunos não são turmas, do ponto de vista técnico e pedagógico de sucesso educativo, aconselháveis.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): O Sr. Deputado já viu as estatísticas da educação?!

O Orador: As estatísticas são do meu conhecimento.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Então por que é que está a falar?!

O Orador: Turmas de 5 alunos é que não aconselháveis, como o Sr. autorizou dentro da sua competência discricionária, mas à revelia do normativo que diz que não deviam funcionar turmas com menos de 10 alunos.

Cinco alunos não é apropriado, mas 15 alunos, 16 contínuos em muitas outras escolas, em salas que nem têm equipamento nem dimensões para se meter lá 25, não é tão aconselhável como isso.

É norma, é padrão, mas não pode ser encarado dessa forma.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): É a pesada herança!

O Orador: Voltamos daqui a pouco com outras coisas.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Eu começava por dar um pequeno esclarecimento acerca da questão das obras nas escolas.

Sr. Deputado:

Quando V. Exa. foi secretário deixou as escolas chegarem a um ponto de tal degradação que são precisas obras não de 3 meses, mas nalguns casos até têm prazos de execução de 12 e mais meses.

Diga-me uma coisa: Vamos decretar férias de 12 meses para fazermos obras nas escolas?!

Sr. Deputado, as escolas estão a ser reparadas e para tal é preciso conviver muitas vezes e infelizmente, com as obras. É um pequeno preço a pagar para termos instalações escolares em condições.

Se não fosse assim, nós nunca teríamos as escolas, vivíamos na eterna situação, como aconteceu no passado, de que não se fazia porque não se podia, não se podia porque não se fazia e a escola ia ficando cada vez mais degradada.

Sr. Deputado, nós estamos a investir nas escolas e os nossos alunos e os professores que trabalham nessas escolas sabem, tal como os pais, que é para o bem deles.

Nós estamos a investir. Para isso é preciso fazer obras e as obras têm que ser feitas no prazo que realisticamente têm que decorrer.

Elas estão a decorrer e irão continuar com a aceitação de todos. É o preço que temos que pagar para termos escolas em bom estado.

Em relação às obras que nós prometemos Sr. Deputado, nós estamos a trabalhar nelas.

Posso dizer-lhe que já está adjudicada a empreitada para fazer a obra na Escola Secundária da Lagoa; estamos nos passos finais para a adjudicação da Escola da Maia; já foram adjudicados os projectos de Angra, Ponta Delgada e Horta que estão a ser feitos e nós contamos, no final deste ano, início do próximo, que estejam concluídos para podermos lançar as obras.

Nos Ginetes está-se a trabalhar rapidamente para ter o projecto pronto; na Praia da Vitória, uma escola que os Srs. deixaram em ruínas, a Francisco Ornelas da Câmara, o projecto já está feito e nós vamos partir para a adjudicação daquilo que vai ser quase uma escola nova, porque o estado do edifício que lá está é tal que é quase uma escola nova.

Em São Roque do Pico está em vias de conclusão, praticamente, uma escola nova e no Corvo está concluída uma escola nova.

Sr. Deputado, nunca se investiu tanto e nunca se trabalhou tanto na educação.

É verdade que houve um período morto no início, porque não haviam projectos, era preciso fazê-los e enquanto os projectos estão a ser feitos ou estão no papel não se vêem no terreno.

A nossa promessa está a ser cumprida, nós estamos a cumprir com aquilo que prometemos e vamos continuar a fazê-lo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): *Muito bem!*

O Orador: Em relação ao que o Sr. Deputado levantou aí, demagógicamente, sobre o absentismo docente, gostaria de lhe dizer que a maior parte dos professores da nossa Região trabalham e trabalham duramente e não têm absentismo, mas nós também temos muito absentismo.

É preciso salvaguardar os alunos e isso que está aí destina-se exactamente a eles.

Sr. Deputado, quando nós temos - como aconteceu depois das últimas férias do Natal do ano passado - falta de 800 e tal professores durante uma semana nas escolas, quando nós temos situações em que nós, cronicamente, temos falta de determinados professores em determinadas disciplinas, quando isso acontece, temos que encarar o problema pela frente e "chamar os bois pelos seus nomes".

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É preciso ter coragem de resolver os problemas.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente) e Deputado Luís Resendes (PS) *Muito bem!*

O Orador: É isso que está a ser feito.

É verdade que a maioria dos nossos docentes trabalha de forma exemplar e quero daqui prestar-lhes a minha homenagem, mas é verdade que também temos problemas nessa área e quando temos reconhecemos que eles existem e tomamos medidas para os resolver. Aquilo que o Sr. Deputado aí citou foi uma coisa que o Sr. devia ter feito há muito tempo, ou seja, regulamentar o apoio pedagógico acrescido por forma a não termos a vergonhosa situação que temos vindo a ter nas nossas escolas, em que nalguns casos 40% dos alunos têm insucesso escolar e perdem a oportunidade da sua vida de se integrarem na sociedade.

Esse é um preço demasiado alto para se pagar por causa de palavrinhas mansas e de medidas de "sim" e "não".

Há absentismo docente infelizmente, não são muitos os que o praticam, mas ele existe e quando surge tomam-se as medidas necessárias. É isso que significa.

Em relação à junta médica é a mesma coisa.

Como é que o Sr. Deputado permitiu que houvessem professores que durante 19 anos tivessem dispensa na componente lectiva sem nunca ter mandado verificar o que é que se passava?!

Como é que o Sr. permitiu que nós tivéssemos cento e muitos professores sem trabalhar na Região sem que ninguém verificasse e visse o que é que se passava?!

Como é que isto aconteceu Sr. Deputado?!

Realmente era preciso tomar medidas, era preciso ter uma junta médica e é preciso sabermos o que é que se passa no nosso sistema educativo.

Nós queremos ter professores motivados e professores competentes, e temos felizmente, mas também temos que ter mecanismos de justiça que façam que não sejam uns a trabalhar enquanto que os outros não fazem nada.

É verdade que há professores que precisam de dispensa na componente lectiva. Esses, justamente, não-de tê-la.

Não estamos aqui a atentar contra os direitos de ninguém, estamos sim a seguir uma política de rigor e de clareza que faz com que quem tiver dispensa da componente lectiva possa justamente dizer que a teve sem suspeições, não foi porque era amigo deste ou daquele, foi porque a junta médica assim o determinou e quem não precisa dela que trabalhe.

Isto é bom para quem tem a dispensa, porque fica a saber, porque é que a teve e todos sabem que a teve não havendo mais suspeitas e é bom para o sistema educativo, porque nós sabemos o que é que estamos a fazer.

Sr. Deputado, estas eram medidas que deviam ter sido tomadas há muitos anos.

O Sr. nunca teve coragem de as tomar e agora vem para aqui, demagógicamente, levantar acusações que não fazem sentido e que, felizmente, os nossos docentes sabem o que é que se passa e conhecem a realidade.

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado disse tem o valor que tem.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa. Tem 3 minutos para o efeito.

Deputado Francisco Sousa (PS): Vou tentar seguir a recomendação de V. Exa., mas julgo que vai ser muito difícil, porque V. Exa. esquece-se que a primeira vez que me mandou falar nesta Casa foi durante 20 minutos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar pela primeira frase do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

O passado serve para comparar com o presente para que o presente possa ser avaliado. Isto é o que nós fazemos todos os dias nas escolas que têm professores.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Victor Cruz (PSD): É o argumento político que vos ensinaram!

O Orador: É o argumento político que os Srs. usam para avaliar, como o Sr. foi avaliado enquanto estudou, quando foi comparado com o que sabia e com o que não sabia.

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu estou pensando noutra coisa!

O Orador: Pois então não devia ter pensado, porque a pensar muito, V. Exa. por vezes esquece-se do que devia pensar.

(Aplausos da bancada do PS)

Absentismo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, quer dizer ausência e, infelizmente, nós sabemos que há ausências permanentes no circuito, todos os dias nesta Região.

Há sempre professores que por motivos de saúde estão ausentes, curtas e imprevistas faltas que dão.

É necessário que se regulamente de uma vez por todas para que esses alunos sejam apoiados pela ausência do professor e essa ausência chama-se abstencionismo.

Isso foi o que foi feito e já devia ter sido implementado há mais tempo.

V. Exa. sabe que em alguns casos levavam-se meses para se conseguir colocar um professor. Esses alunos têm que ser compensados da ausência desse professor e nunca admitirei que ponham em causa as faltas que os professores dão de acordo com a lei.

Segunda questão:

V. Exa. sabe e recebe em casa todas as semanas o Jornal Oficial.

Compare as extinções e suspensões de lugares de há dois e três anos atrás com as que se fizeram este ano e verificará que se cumpriu com a lei, ou seja, esta Casa aprovou um diploma que foi publicado no passado mês de Agosto, que permite que se tenham jardins de infância com 5 alunos. Foi esta Casa que disse que era essa a norma, a excepção.

O que a Secretaria fez, única e exclusivamente, foi seguir essa excepção em casos excepcionais.

Última questão:

Se o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca considera a questão de que o ano lectivo passado foi tão mau, tão mau, como é que se pode justificar que dos cerca de 1.100 candidatos ao ingresso no ensino superior na Região, cerca de mil tenham conseguido ingressar nas escolas da maneira que estão?

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Folgo muito em que V. Exa. tenha reconhecido que a generalidade dos docentes desta Região trabalha e, desde já, digo-lhe que se fosse eu a fazer este tipo de intervenção, pensando nos alunos — sempre pensei neles como V. Exa. — não a faria ofendendo os docentes.

O que me preocupa não são propriamente as grandes obras, as intervenções de vulto, porque sei que essas levam tempo a ser feitas, mas sim as pequenas intervenções, aquelas que podem ser feitas rapidamente, que foram prometidas e ainda não estão feitas.

O Governo já foi visitar a Ilha de Santa Maria duas vezes e a escola continua à espera daquilo que foi prometido. Em Agosto voltaram a dizer aos responsáveis que a

vedação era problema resolvido, mas não está, apenas fizeram umas intervenções a nível da electricidade e pouco mais.

A Roberto Ivens inicia o ano com os seus responsáveis a dizer que ainda estão a fazer pequenas reparações eléctricas e a reparar pavimentos.

São estas pequenas coisas que deviam ter feito, mas não fizeram e é, nomeadamente o móbil destes reparos que eu faço, sem me esquecer de preocupar com as grandes intervenções.

Quando olho para o Plano, para a sua execução, para os documentos de execução financeira, e vejo que nas infraestruturas educacionais há mais de 3 milhões de contos e que apenas se executou, financeiramente, 780 mil, fico preocupado.

Quando da parte deste Governo há responsáveis que em relação ao mesmo documento dizem, como ainda ontem foi dito aqui, para os seus mais directos colaboradores, se eles já viram a ineficácia dos seus serviços, são eles próprios a admitir que este ano está pior que o ano de 1997 que, por si só, já foi uma desgraça.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

Essa situação já foi clarificada ontem aqui!

O Orador: Isto deixa-me preocupado e fico muito mais preocupado quando sei que já houve aqui a intenção de ir às construções escolares e retirar um milhão.

Eu pergunto ao Sr. Secretário se ele vai retirar um milhão ou meio milhão?

No desporto, por exemplo, o Sr. já retirou dinheiro dos Pavilhões da Horta e de Ponta Delgada para pagar subidas de divisão e prémios de classificação.

Agora, quanto é que o Sr. Secretário vai retirar daqui?

São estas coisas que nos preocupam, como nos preocupa a falta de pessoal auxiliar, porque se em Santa Maria houvesse mais pessoal auxiliar, a obra que vai ser feita na EB1/JI de Vila do Porto não necessitava que os miúdos da pré passassem para o antigo centro de saúde, como é óbvio. Se houvesse pessoal auxiliar, o que já vem sendo pedido há muito tempo, podia funcionar no horário normal, mas não, vai funcionar das 13.00 até às 18.00 horas, porque não há pessoal auxiliar.

O PROSA está chegando ao fim, está em fase de conclusão.

As pessoas que têm recorrido a apoios no âmbito deste programa e que vêem os funcionários a terminar o seu contrato, afirmam, como lemos na imprensa, que não sabem como é que vão suprir essas faltas.

Presidente: Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

O Orador: A escola Antero de Quental alega que precisa de mais 12 funcionários nesse âmbito.

Sr. Secretário:

Quando V. Exa. sabe que há faltas a nível do 1.º ciclo e tem consciência que a nível nacional abriram-se 15 mil vagas de vinculação, tendo conhecimento que os professores do 1.º ciclo vão faltando, que vão surgindo cada vez mais professores contratados, é preocupante que não tenha criado quaisquer outras medidas que levem, nomeadamente à garantia de que aqueles professores que nós precisamos possam continuar a afluir à Região.

Eu vejo neste caso, no programa de substituição de docentes, que um número bastante significativo passou à situação de aposentação definitiva. Ainda o ano passado, 1997, ano já da vossa responsabilidade, o número dos que estavam em figuras de mobilidade eram 371. Estes são os dados que temos, provavelmente para o ano teremos outros.

Tudo isto nos preocupa e não vemos medidas para colmatar este estado de coisas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A matéria que estamos a apreciar, julgo que tem sido apreciada sempre nesta época ou um pouco mais tarde, no passado, embora os actores, desta vez, sejam diferentes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Os actores são os mesmos, o filme é que é diferente!

O Orador: Apreciámos durante muitos anos com o Sr. Dr. Aurélio da Fonseca sentado naquele lado.

Neste momento, julgo que preciso de ter alguns serões livres para ler os diários desta Assembleia, fazer uma pesquisa das intervenções que foram feitas aqui e em seguida

enviar uma cópia das mesmas ao Sr. Deputado Aurélio da Fonseca. É isto que eu sinto e julgo que tenho o dever moral de o dizer.

Há um aspecto que o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca coloca em cima da mesa que nos faz recordar o passado, ou seja, o facto dele ter feito a extinção de uma série de lugares, porque - e aí estamos de acordo - há problemas pedagógicos provocados pelo número reduzido de alunos, mas embora exista uma legislação nacional que o obrigava, na Região quiseram ter um maior protagonismo em relação a essa matéria.

Há poucos dias, uma televisão nacional fazia uma longa reportagem de uma escola deste país onde há apenas um aluno.

Eu penso que nas nossas ilhas pequenas, teria sido muito mais benéfico as nossas crianças continuarem na sua aldeia, junto dos seus pais, junto das suas famílias, com um, dois, três ou quatro alunos, do que se ter feito aquilo que foi implantado.

Lamentavelmente foi implementado, mas espero que gradualmente venham a reconstituir algumas dessas escolas da aldeia, porque, em nosso entender, elas são fundamentais para as nossas crianças e para que as mesmas possam, até aos 9 ou 10 anos, estar junto da sua família.

No entanto, isto acarreta uma outra implicação, ou seja, a existência de professores.

Penso que todos nós estamos de acordo e julgo que o Sr. Deputado Francisco de Sousa já o referiu, que há necessidade de mais professores na nossa Região, essencialmente do infantil e do 1.º ciclo, porque - e eu quero voltar a referir isso aqui - foram extintas as escolas do Magistério Primário de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e da Horta.

Hoje, o que é que temos em sua substituição?

Eu penso que temos, conscientemente, respeitando a autonomia universitária, que pensar na necessidade dos jovens estudantes da Região Autónoma dos Açores, poderem ter acesso ao curso de professores, quer de professores do 1.º ciclo do básico, quer de educadores de infância. Esta é uma lacuna existente que não estará nas nossas mãos exclusivamente, mas julgo que nós Deputados, ou o Governo Regional, podemos ter influência no sentido de se contribuir para que na Região Autónoma dos Açores possa existir um número muito maior de escolas superiores, ou

escolas da Universidade dos Açores, que possam formar professores nas áreas de educadores de infância e 1.º ciclo do básico.

Pensamos que é um aspecto fundamental.

Não me venham dizer que é necessário termos mais professores, enquanto não disserem, em primeiro lugar, que é necessário, fundamentalmente, formar açorianos professores nos Açores.

Vozes da Câmara: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Faço minhas as preocupações que o Sr. Deputado aqui apresentou.

Na verdade, na nossa Região, precisamos de mais professores e temos que fazer um esforço muito grande no sentido de criar condições para formar mais professores na Região.

Eu já pedi à Universidade dos Açores para ter isso em conta. Esse assunto já foi várias vezes discutido e foi, inclusivamente, apresentado ao nível do Ministério, o alargamento das vagas para o 1.º ciclo.

Só tenho pena que não hajam mais cursos na Região e que o CIFOP tenha sido aquilo que foi, mas quando houve oportunidade de resolver isso, quem era secretário nessa altura não se empenhou como devia ou então não teve poder de o resolver.

Em relação às medidas de fixação de professores elas são necessárias. No entanto, é preciso alterá-las e está agendado para este plenário um Decreto Legislativo Regional que abre o caminho para melhorar aquilo que está feito.

Quero também aproveitar esta oportunidade para, no que diz respeito ao PROSA, dizer-vos o seguinte:

O PROSA foi sucessor do Programa MEFE e este último nem segurança social tinha. As pessoas não tinham quaisquer direitos, mas com o PROSA passaram a ter. Este programa está a chegar ao fim na vertente das escolas, mas há uma outra vertente que está em alargamento e diz respeito, precisamente, à ocupação de pessoas com problemas sociais complicados e à sua integração na sociedade.

No entanto, esse problema está pensado e resolvido. Os colaboradores que estão nas escolas ao abrigo do Programa PROSA vão continuar nas escolas com a sua situação substancialmente melhorada, ou seja, em vez de terem o ordenado mínimo, não terem direito a férias e serem pagos ao dia, vão passar a ter as mesmas regalias que têm os outros trabalhadores que desempenham as mesmas funções.

Nós estamos em vias de melhorar muito a contribuição que eles dão nas escolas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): *Muito bem!*

O Orador: Este é um assunto resolvido e não vale a pena estarmos aqui a discuti-lo. As pessoas estão primeiro.

Em relação ao pessoal auxiliar, eu disse que nós aumentámos 800 e tal o ano passado. Este ano vamos continuar a fazer o mesmo reforço.

Em relação à distribuição de pessoal auxiliar pelas escolas, nós estamos, nalguns casos, acima daquilo que seria a média nacional, ou naquilo que seria o indiciado pelos padrões usados nessa matéria, e nalguns casos estamos a baixo.

Temos um problema complicado de redistribuição a fazer, resultado de muitos anos em que ninguém pensou nisto, simplesmente foram-se resolvendo os problemas pontualmente sem olhar de forma sistemática para o sistema educativo.

Esse olhar está a ser feito e, desde já, posso-lhe dizer que há escolas que precisam de mais auxiliares e vão tê-los. Nós vamos resolver essa situação, mas "Roma e Pavia não se fizeram num dia".

Nós já colocámos muitos, mais do que aqueles que em 4, 5, 6 ou 10 anos foram colocados, e os outros também irão ser colocados só que o nosso mandato é de 4 anos e é durante esse tempo que nós havemos de cumprir as nossas promessas.

Em relação à Escola Roberto Ivens, essa é uma escola que tem problemas graves, porque o edifício não é adequado. Ela tem que ser substituída e repensada, mas isso já está a ser feito, porém, devia ter sido feito há muito tempo.

No que se refere a Santa Maria, houve uma empreitada que foi adjudicada, houve o abandono do empreiteiro e todo um conjunto de contratempas que acontece muitas vezes em ilhas pequenas. Infelizmente acontece.

Essa é uma das escolas que tem problemas e que merecia melhor sorte, mas essas obras vão efectuar-se durante muito e muito tempo, porque essa escola está num

estado de degradação... enfim, o Sr. Deputado esteve lá sabe que não vale a pena comentar e quem lá trabalha e vive, conhece o que se está a passar lá.

A escola é uma ruína. Já teve uma primeira fase de recuperação e vai ter mais.

Foi complicado, e está sendo complicado, manter lá um empreiteiro e realizar as obras, mas havemos de conseguir.

Sr. Deputado, nós vivemos numa altura que é de esperança no sistema educativo. As coisas estão-se a resolver.

É verdade que vivemos num momento de transição. A transição traz sempre alguma angústia e problemas, mas com calma, com senso, com a colaboração de todos hão-de ser resolvidos como foram o ano passado.

Havemos de continuar pelo mesmo caminho de forma segura, passo a passo, a resolver os problemas que surgirem.

O que está a acontecer nas escolas é um processo de aprendizagem, tanto para as escolas como para a Secretaria.

Nós estamos a entrar num território novo que nunca foi pisado e, como é óbvio, as surpresas surgem, há questões que precisam de ser corrigidas e estamos atentos.

Aquilo que se está a implementar nas escolas é um conjunto vasto de reformas e algumas delas são mesmo pioneiras a nível nacional. Obviamente que haverá coisas para corrigir, arestas a limar.

Nós, com a mesma humildade e com a mesma capacidade de diálogo que temos demonstrado até agora, estamos prontos para reconhecer que, quando alguma coisa está mal, temos que tomar as medidas necessárias para corrigir. Já o fizemos no passado e vamos continuar a fazê-lo.

Nós, em conjunto com as escolas, vamos aprender as novas regras e vamos criar outras novas

Nada nasce perfeito!

A reforma das escolas não nasceu perfeita, mas representa um passo muito grande no sentido da qualidade e do sucesso educativo e isso, felizmente, até o Sr. Deputado reconhece.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voltando às preocupações, queria dizer que todo este processo de inovação assenta na autonomia das escolas e em grande parte nos fundos, como já aqui foi referido.

As pessoas estão preocupadas com os fundos, com os montantes que vão para os mesmos, com os montantes que têm sido transferidos para os fundos nalguns casos inferiores ou bastante inferiores àquilo que os estabelecimentos de educação ou de ensino pediram, e isto preocupa as pessoas que têm que pôr em marcha um sistema novo e que, à partida, ficam receosas de, para além da dificuldade de implementar algo que é efectivamente diferente, não terem os meios para pôr em execução o que lhes pedem ou prometeram.

Alguns dos que aceitaram ficar podem ter tido uma ou outra coisa das que pediram, mas, nomeadamente no montante dos fundos, muitos não foram contemplados com aquilo que pretendiam e procuram justificar sem convencer.

No que se refere à extinção da escola da Calheta passando a mesma a funcionar no Topo, como o Sr. Secretário sabe, com a não aceitação ou recusa de quem o ano passado servia as refeições, os alunos têm mais um problema. Será que vão passar a sanduíche? Como é que se vai resolver o problema?

Este é um aspecto importante, que gostaria de ver esclarecido.

Outro assunto que nos preocupa - e isto resulta da análise da documentação até ao fim de 1997 -

prende-se novamente com o abandono escolar que, embora tenha vindo a diminuir de forma acentuada, regista um novo aumento até final de 1997.

Em 1995/1996 situava-se no meio por cento, em 96/97 pela documentação verificamos que sobe para um e meio por cento, ou seja, está em 288 alunos.

Também verificamos que nesse mesmo período, abandonaram, sem ter concluído o 2.º ciclo, 358 alunos e no 3.º ciclo 844 alunos, o que significa 74%.

No ensino secundário, abandonaram 869 alunos o que significa 9,2%.

Podemos observar que a maior taxa de abandono a este nível verifica-se na Graciosa com 16.8.

Se adicionarmos a este abandono o número de alunos que concluiu o 2.º e 3.º ciclos e que não perseguem estudos, podemos verificar que no final do ano escolar 96/97, abandonaram o sistema educativo 2380 jovens. As principais causas apontadas são do nosso conhecimento, ou seja, o insucesso escolar e a desistência no decurso do ano lectivo.

Não é menos preocupante verificarmos, e os documentos comprovam, que a taxa de aprovação no ensino secundário ficou em 61% no ano de 1997. Está lá escrito que é a mais baixa dos últimos nove anos.

Sr. Secretário, quando é que a Inspeção Regional de Educação - este é outro assunto que já falámos aqui várias vezes e voltamos a ele - vai actuar?

Os Srs. é que prometeram fazer as coisas de outra forma, de forma mais expedita, mais rigorosa, mais eficaz.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Espere mais uma semana e verá!

O Orador: É justo que traduzamos aqui as questões que se colocam àqueles que esperam por essas vossas promessas.

Presidente: Sr. Deputado, está no final dos seus 3 minutos.

O Orador: Antes de terminar gostaria apenas de fazer uma correcção.

A escola do Corvo foi uma iniciativa do Governo anterior com a colaboração da Câmara daquela ilha.

Apenas para deixar aqui esta correcção, porque julgo que é importante.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Da Câmara?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de pedir um esclarecimento ao Governo, na medida em que foi aqui referido o problema das pessoas que estão trabalhando ao abrigo do PROSA.

O Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, refere que no caso das escolas, essas pessoas vão continuar a trabalhar nas mesmas. Desde já, quero regozijar-me por esse facto.

No entanto, o que me preocupa são as outras pessoas que estão a trabalhar através do PROSA, mas colocadas em outros organismos da Administração Regional.

Nos últimos dois meses temos sido abordados por várias pessoas que estão nessa mesma situação, em organismos da administração regional e não apenas na educação e assuntos sociais, e que não sabem qual será o seu futuro nem os responsáveis pelos serviços sabem.

Gostaria de saber, se for possível o Governo responder, o que é que se vai passar com as pessoas que estão a trabalhar ao abrigo do PROSA nos diversos organismos da Administração Regional e que não têm ainda contrato de trabalho em qualquer parte, porque são algumas pessoas que poderão, a curto tempo, ser afectadas pelo desemprego.

Presidente: Tem a palavra o inevitável Sr. Deputado Francisco Sousa - inevitável nestas questões, como é evidente.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Apenas para lhe dizer que ao fim da quarta intervenção, efectivamente, chegou ao sítio certo. V. Exa. disse "essas são pequenas coisas".

É exactamente isso que está aqui em causa. Este ano lectivo tem pequenas coisas que este Governo vai ter que corrigir e são essas pequenas coisas que eu sou o primeiro a pedir desculpa, sou o primeiro a pedir aos professores, aos alunos e aos auxiliares de acção educativa que tenham a maior atenção e que procurem sempre transmiti-las a quem de direito para a sua resolução.

Levou tempo, mas V. Exa. chegou ao sítio certo.

Já agora, aproveito para dizer 3 ou 4 coisas que este ano aconteceram pela primeira vez.

Escolas Básicas Integradas.

Este ano, pela primeira vez, professores do 1.º ciclo e educadores de infância, irão participar em verdadeiros conselhos pedagógicos, mas vai ser muito difícil essa participação. É uma aprendizagem para uns e para outros.

Pela primeira vez os pais vão participar nos conselhos pedagógicos das escolas do 1.º ciclo. Vai ser muito difícil para os pais e para os professores, mas é bom, é necessário. O Partido Socialista quis e este Governo fez com que todos os participantes no processo educativo, finalmente, tivessem obrigação, portanto, passam a ter o dever de participar em órgãos que durante muitos anos outros não quiseram.

Deixe-me terminar com duas medidas fundamentais:

Criação da escola do Topo - já está feita.

Extinção da telescola que bons frutos deu numa determinada época, mas toda a gente dizia que o sucesso escolar e a integração desses alunos era difícil.

Por último, insucesso no 9.º ano de escolaridade. Era inevitável que o ano passado e nos próximos 3 a 4 anos, tenhamos um grande insucesso escolar no 9.º ano, porque V. Exa. sabe que o ano passado e os próximos 3 anos algumas das crianças que chegam ao cumprimento do 9.º ano de escolaridade são fruto do rendimento mínimo e foram obrigados a ir para a escola pela primeira vez na vida.

Era inevitável que chegados aos 15 anos não tenham sucesso no 9.º ano.

Deixe-me dizer, Sr. Deputado, e esta é a minha última intervenção, que este Governo ainda terá que fazer uma coisa muito importante nos próximos dois anos, ou seja, a adequação dos programas e do curriculum dos alunos às nossas realidades, porque não posso admitir que um texto da 4.ª classe dos tempos antigos, referente a uma tourada à corda na Ilha Terceira, fale em varapaus. Eu nunca percebi o que era essa palavra. Podia saber o que era a aguilhada, mas não sabia o que era um varapau.

Eu espero que este Governo proceda à adequação dos programas tendo inevitavelmente em atenção que nós somos um só País e que é necessário que os nossos alunos quando transitarem ou ingressarem no ensino superior tenham as condições e não se sintam discriminados em relação ao todo nacional.

Julgo que vale a pena este debate, uma vez mais na abertura do ano lectivo, para se provar que afinal são essas pequenas coisas que irritaram ou... enfim, não foram agradáveis para o PSD.

Deputado Fernando Menezes (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão do quantitativo para os fundos, Sr. Deputado, esta foi a primeira remessa para os fundos.

Nós, em função daquilo que for gasto nas escolas, temos ainda disponibilidade financeira para fazer mais e faremos todos os reforços que forem necessários.

A instrução que foi dada às escolas foi que as mesmas tinham que reparar as suas infraestruturas e têm que realisticamente fazer os seus orçamentos.

É verdade que nós não estamos a "nadar em dinheiro", mas a educação é prioritária e nós transferiremos para as escolas aquilo que realisticamente for necessário.

É verdade que há escolas que nesta altura do ano têm grandes problemas orçamentais.

No Topo não há uma extensão, há uma escola independente e em resultado dessa independência, na divisão do orçamento, obviamente, tanto a Escola do Topo como as áreas escolares estão numa situação aflitiva do ponto de vista financeiro.

Esta é a verdade, nós não ignorámos isso e estamos a tomar as medidas necessárias para resolver o problema. Aliás, este problema não é novo, acontece sempre nesta altura do ano no sistema educativo e este ano acontece de forma mais aguda naquelas infraestruturas que estão a arrancar pela primeira vez.

As áreas escolares e a Escola do Topo têm realmente problemas financeiros complicados, mas o assunto está a ser analisado e em colaboração com o departamento competente ele será resolvido.

Não tema pelo futuro, no caso do Topo.

Lá temos uma escola nova e este é o primeiro ano em que ela funciona de forma independente. Os problemas são muitos e nós vamos resolver o problema das refeições.

Eu conto, a breve trecho, ir lá e em colaboração com os responsáveis tentaremos resolver o problema.

Essa questão dos orçamentos é uma questão complicada, não é nova e está a ser resolvida.

Em relação às estatísticas que o Sr. Deputado citou, realmente elas são graves e apontam para um sistema educativo que não é aquilo que devia ser, por isso mesmo é que estão a ser tomadas estas medidas.

Se as estatísticas fossem muito boas nós não precisávamos mudar, porque elas são más, porque na verdade a situação é má e nós este ano, pela primeira vez como disse o Sr. Deputado Francisco Sousa, temos alunos da escolaridade obrigatória do 9.º ano a sair, isso vai reflectir-se, mas para isso é que foi criado o PROFIJ, com vários tipos de cursos e vamos continuar a investir nessa área, porque continuamos a ter grandes necessidades no sistema educativo, necessidades essas que só podem ser satisfeitas, por um lado, com o aumento dos recursos e, por outro lado, com medidas novas, com outra forma de abordar o problema do insucesso, particularmente numa altura em que a escola é central em termos da inserção social, em que a escola é central em termos do rendimento mínimo garantido.

Nesta altura, colocámos sobre a escola uma pressão muito grande, pressão essa que agora tem que ter resposta adequada por parte da mesma.

O Sr. Deputado conhece as medidas que foram tomadas de flexibilização curricular, as medidas que foram tomadas a nível do ensino recorrente, as medidas que foram tomadas a nível da criação de alternativas pedagógicas nas escolas, mas ainda não estou satisfeito e é preciso fazer mais, só que este ano realmente já houve muitas mudanças, o ano já está muito pesado e nós vamos prosseguir com aquilo que temos.

No final deste ano lectivo mais medidas surgirão, novas medidas surgirão e nós vamos continuar a adequar a resposta.

As medidas que estão agora em funcionamento são medidas novas. Este ano é um ano experimental e elas serão avaliadas no fim do próximo ano lectivo e nós veremos quais os resultados e tomaremos as medidas de correcção que forem necessárias.

Estas coisas não nascem perfeitas e mais uma vez todos nós temos que aprender.

Há aqui um processo de aprendizagem, mas a verdade é que nunca, tanto como hoje, se falou no combate ao insucesso educativo, nunca se mandou tanta gente para a escola como agora. O número de jovens que estão nas escolas está próximo de um milhar e não iriam de outra forma.

Digo-lhe mais:

Nós a nível nacional, naquilo que diz respeito ao rendimento mínimo garantido, estamos muito à frente na assinatura de programas de inserção.

A Estatística Nacional fala em 8 mil e tantos casos de inserção em que a escola é parte do problema, desse número quase 4 mil estão aqui na Região e nós representamos 2 e meio por cento.

Presidente: Sr. Secretário Regional, informo que já ultrapassou os seus dois minutos.

O Orador: Para terminar e respondendo à questão do sistema educativo colocada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, gostaria de dizer que a questão está resolvida no que diz respeito a outras áreas, mas o Sr. Secretário que tem tutela nessa área dar-lhe-á uma resposta mais completa.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria apenas de fazer um esclarecimento e dar a resposta possível à dúvida colocada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão — nós compreendemo-la perfeitamente — relativamente às pessoas que, ao abrigo do Programa PROSA, se encontram a prestar serviços nas escolas e na Administração Regional e que, talvez na prática e nalguns casos, exercem funções próprias do serviço.

Em primeiro lugar, queria garantir-lhe que nós estamos atentos a essa situação que tem merecido a nossa atenção, quer da Direcção Regional do Emprego, quer da própria DROAP.

Nós estamos a estudar a melhor forma, uma forma digna e estável, para garantir o futuro dessas pessoas e digo-lhe isto, porque como V. Exa. certamente compreenderá e provavelmente até concordará, este Governo não é arrogante, é um Governo consciente.

Este Governo sabe que não tem competência para fazer tudo, que esta matéria é delicada e tem a ver, eventualmente, com Leis Gerais da República, com a Assembleia Legislativa Regional, com o Tribunal de Contas, com o Sr. Ministro e o Sr. Presidente da República e com o Tribunal Constitucional.

Portanto, dentro do quadro que é o Estado Social de Direito em que nos inserimos, com a nossa humildade e também com o nosso esforço, no que diz respeito a esta questão e também a outras, vamos tentar dar a resposta adequada e a melhor resposta possível.

Muito obrigado.

Deputado Fernando Menezes (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao Sr. Deputado Francisco de Sousa, no que diz respeito às pequenas referências feitas, porque as grandes obras estão em curso, eu digo-lhe que o que constatamos, depois destes dois anos de governação socialista, é que as grandes intervenções continuam à espera e durante todo este tempo deram-se poucos passos conducentes para que os processos decorram mais depressa.

Escolas como a Secundária Geral e Básica de Angra do Heroísmo, a Emiliano Andrade ou a Vitorino Nemésio, estão a rebentar pelas costuras com aulas desde as 8.30 às 23.30 horas.

Se focamos as mais pequenas, é porque muitas delas nem foram compreendidas e achamos que é nosso dever chamar a atenção para aquilo que não foi atendido e, como tal, deve ser também devidamente situado e apontado.

Termino como comecei, ou seja, tudo isto assenta num corpo legislativo, num publicar, num dar à estampa de normativos, de decretos, de todo um conjunto de legislação que não é tão pouco importante como isso, mas sim enforma todo o processo. Daí, as referências que eu aqui fiz não são tão insignificantes como isso, elas têm a sua importância.

Mais uma vez não resisto à tentação de citar aquilo que o Sindicato Democrático de Professores diz acerca disso, mais propriamente o que a Comunicação Social divulgou:

"A particular postura da SREAS na interpretação, no cumprimento e na aplicação dos normativos, não se coaduna com o estado de direito, não prestigia a própria SREAS e tem lesado inclusivamente os funcionários e agentes sobre a sua tutela".

Não sou eu que o digo, não é o ex-secretário que o diz, são os professores através da sua organização de classe.

Deputado Eugénio Leal (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Gostaria ainda de prestar mais um esclarecimento devido à agitação que vi aí na vossa bancada em relação à minha referência à Escola do Corvo.

Quando eu falei nessa escola, a minha intenção foi apenas situar as coisas no seu devido lugar. A Escola é da Câmara e esse órgão é que está fazendo as obras e não este Governo. Este executivo está a apoiar em 85% e a Câmara tem 15% da sua competência. A escola não é do Governo é da Câmara.

Quanto ao processo em si da extensão do ensino para além da escolaridade que lá havia, o mesmo foi lançado pelo anterior Governo não foi por este.

O edifício é da Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer uma pergunta inevitável ao Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Ontem tomei conhecimento de alguns problemas da Escola Integrada do Topo. O problema não se refere apenas às refeições as quais o Sr. Secretário já garantiu que

iam ser resolvidas, mas com os transportes e também tem um pouco a ver com o desamparo por parte da Comissão Instaladora.

Quando eles tentam falar com alguém da Secretaria para resolverem algum problema, muitas das vezes não conseguem.

Quanto ao financiamento da escola, muitas vezes são os próprios professores que dispendem do seu bolso algum dinheiro para o apetrechamento da cantina e não só.

Eu sei que este é o primeiro ano que a escola está a funcionar, estamos ainda no início. No entanto, tanto eu como a população do Topo, gostaríamos de ter a garantia do Sr. Secretário na resolução destes problemas, nomeadamente no que diz respeito aos transportes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quanto a uma questão colocada pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca sobre a Inspeção Regional da Educação, gostava de lhe dizer que o diploma está pronto. Há ainda um parecer que não deu entrada, porém, se ele não chegar nós tomaremos as medidas necessários e conto ter este documento aprovado no Conselho de Governo dentro de duas semanas.

Portanto, o Sr. Deputado esperará mais uma semaninha e o assunto resolver-se-á.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Aires Reis, na verdade aquela escola é nova, há uma comissão nova e o Topo é um lugar isolado e complicado. Portanto, é difícil sabermos isso, mas eu vou ir lá e vamos tomar as medidas necessárias para colmatar esses problemas.

Essa escola realmente tem problemas de transportes, mas nós também tínhamos no Pico e em São Miguel uma situação idêntica e já resolvemos o problema.

Nós vamos chegar a todos os lados com calma, mas há um facto muito importante neste processo, ou seja, é preciso que os pais e a comunidade sintam que a escola é sua e quando surgir algum problema a Secretaria irá resolvê-lo.

Nós, da parte da Secretaria, olhamos com todo o respeito para a escola do Topo, aliás, essa escola existe por uma iniciativa da Secretaria e, como é óbvio, nós não vamos abandonar aquilo que criámos.

Em relação à Escola do Corvo, questão colocada pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, é evidente que a Câmara do Corvo fez um bom trabalho, ninguém lhe retirou mérito disso, esse mérito é público. No entanto, essa obra foi financiada já por este Governo e ainda bem que assim foi, porque foi com muito gosto que o fizemos.

Em relação a uma questão levantada a alguns minutos atrás e que tinha a ver com a execução do plano na área das infraestruturas educacionais, gostaria de lhe dizer que nesta altura já foram emitidas as autorizações para pagamento, ou seja, um milhão, setecentos e catorze mil, setecentos e oitenta e sete escudos. Isto representa 57% daquilo que está orçamentado.

Gostava ainda de dizer que os despachos, mesmo quando são "zangados" têm "pai" e aquele que aqui já foi várias vezes citado foi eu que o fiz e dei instruções aos Directores Regionais no sentido de andarem mais depressa, particularmente na área da educação, porque eu não preciso de vir aqui à Assembleia para que os Srs. Deputados mencionem a necessidade de fazer as coisas. Eu também assino e aquilo tem que ser lido no contexto como uma instrução dada entre mim e uma pessoa com a qual tenho amizade e proximidade e à qual eu digo simplesmente "ande depressa!", "faça!", "é preciso resolver!".

Esta tem sido a atitude da Secretaria.

Nós temos feito aquilo que podemos, temos encurtado os prazos que podemos e toda a equipa da Secretaria, a todos os níveis, tem trabalhado duramente e de vez enquanto também há algumas zangas, alguns momentos em que a pessoa diz que é preciso andar mais depressa. Realmente nesta área temos que andar mais depressa, não podemos perder tempo.

O que é que se passa em relação à execução?

Na maioria dos casos nem projectos havia. Realmente, é difícil para quem é secretário, como é o meu caso que tenho vontade para fazer as coisas e quero que as escolas se construam, estar na Secretaria à espera que me entreguem um projecto.

Eu também gostaria que o betão já estivesse colocado no terreno e a escola estivesse a crescer, só que não tenho os projectos, não tenho os concursos. Portanto, tenho que esperar e nós estamos a fazer aquilo que podemos, estamos a lutar duramente para isso.

Sr. Deputado, esse despacho tão citado tem um autor, sou eu. Tem um contexto que foi aqui explicado e tem um objectivo, ou seja, servir melhor os açorianos.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Apenas para recordar uma questão que não foi respondida e já agora para um pequeno comentário em relação à última intervenção do Sr. Secretário Regional acerca da autoria do despacho.

É evidente que a autoria do despacho é do conhecimento geral, mas só por uma questão de atenção ou decoro, é que nós não atribuímos de imediato a paternidade, mas posso-lhe dizer que, como responsável que também fui, a equipa que temos é a que escolhemos. Portanto, está-se assim a "deitar água fora do capote" quando se atira a ineficácia ou a inoperância para terceiros, como os directores.

A ineficácia ou a inoperância é do todo, é da equipa e recai obviamente sobre quem escolheu, quem lhe dá a confiança e sobre quem é o responsável máximo.

De resto, os esforços para que as coisas se invertam, pois só lhe ficam bem e o Sr. está aí é para isso.

No entanto, o que é preocupante é a admissão de que estava pior do que em 97 que já, por si só, foi uma desgraça, isso é complicado e é o oposto daquilo que nos foram dizendo sempre e daquilo que se defendeu aí em relação à execução no passado. Esse é o reconhecimento de que 97 já foi uma desgraça e agora está pior do que o ano passado, daí a razão da nossa aportação.

Quanto à pergunta que o Sr. Secretário não respondeu e que gostaria que nos informasse se fosse possível, prende-se exactamente com as construções escolares, mais precisamente se vai ou não buscar dinheiro às construções escolares.

Já referiu quanto executou, mas quando constava que ia lá buscar um milhão, passou para meio milhão.

O que nós pretendemos saber é se vai ou não buscar e se já sabe mais ou menos quanto é que vai retirar de lá.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Realmente eu tenho a equipa que escolhi, orgulho-me dela, estou muito satisfeito e não rejeito responsabilidades.

Os Srs. tiveram acesso, não sei através de que vias — este é um Governo aberto, não causa grandes "engulhos" — a uma coisa que era para ser lida por duas pessoas apenas, mas já foi lida aqui, mas não há problema nenhum, não é por aí que me "caem os pergaminhos".

Essa questão era entre mim e os meus directores regionais, mas isso não interessa muito neste momento. Aquilo que interessa é dizer-vos o seguinte:

A execução global há um mês estava nos 75%. Em relação às infraestruturas educacionais estava nos 57 e na verdade esta é uma área em que a fasquia foi colocada muito alta e eu continuo a colocá-la.

É verdade que o ano passado, a tal desgraça foi maior que todas as vossas desgraças, mas mesmo assim foi melhor do que aquilo que os Srs. disseram, porque eu considero que aquilo que foi dito pelos Srs. foi uma desgraça. É nesse contexto que os Srs. têm que ler o despacho.

Eu gostava de ter feito mais, quero fazer mais e continuo à procura de fazer mais e melhor. Eu não rejeito isso e vou continuar a lutar para fazer melhor.

Em relação à quantia que vai ser retirada, o que acontece é que há necessidade de fazer uma transferência do desenvolvimento das infraestruturas educacionais para o desenvolvimento das mesmas infraestruturas, mas em relação às catástrofes, porque vai ser preciso reforçar o orçamento de algumas escolas, no Faial e no Pico, para obras.

Há dinheiro que vai sair dali, mas esse dinheiro continua no mesmo sítio, ou seja, é para ser usado nas construções escolares só que vai entrar noutra programa, aliás os Srs. já conhecem a proposta, que tem o mesmo objectivo, mas concentrando os

esforços no parque educacional das Ilhas do Faial e do Pico, porque os danos são relativamente graves.

Em relação ao quantitativo total, nós pensámos em retirar 500 mil contos que vão ser necessários para outras coisas também.

Na formação gastou-se mais do que era previsto. O Programa 19 já está esgotado, mas pretendo reforçá-lo em cerca de 40 a 45 mil contos e isso vai sair do outro lado, porque aí não consigo gastar aquilo que eu gostaria, porque eu não tenho os projectos, mas nós continuamos a lutar para realizar.

Neste mandato nós vamos realizar muitas coisas.

Nós colocámos a fasquia da educação altíssima, um crescimento de três vezes. Obviamente que esse crescimento tem os seus problemas e não se consegue saltar de um ano para o outro com esta velocidade.

Estamos a caminho disso e neste mandato havemos de chegar lá e se tudo correr bem nós entremos em "velocidade de cruzeiro" dentro de um ano e vamos investir na educação tudo aquilo que precisamos.

Até lá, há projectos a fazer, há concursos a realizar, há muita frustração a passar. É apenas isto que acontece.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação:

Há pouco, o Sr. falou aí em clareza.

Foi nomeada para a escola do Corvo uma Comissão Instaladora e 24 horas depois, porque o Partido Socialista daquela ilha não gostou dessa Comissão, o Sr. Secretário automaticamente nomeou outra comissão.

Gostava que o Sr. Secretário me explicasse aqui que tipo de transparência e de clareza é esta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fui a primeira pessoa que ontem fez referência ao despacho nesta Casa. Fi-lo inserido no contexto de uma intervenção sobre a execução financeira do primeiro

semestre e onde ao longo da intervenção referi várias vezes a ineficácia, e a incapacidade do Governo na realização de muitas das acções previstas.

Eu apenas referi o seu despacho — já que ontem não anunciou a paternidade do mesmo, anunciou-a hoje, a autoria é sua — para exemplificar que não era somente a oposição que estava a dizer que havia ineficácia por parte do Governo. Era um membro do Governo que reconhecia essa ineficácia. Que isto fique aqui perfeitamente claro sobre esta matéria.

Foram alguns dos seus colegas socialistas que muito se irritaram por eu ter dito que o Governo era ineficaz, que demonstrava incapacidade de concretização. Que isto fique aqui bem claro.

O Sr. Secretário Regional não venha agora dizer que a sua interpretação foi essa, que reconheceu que já era pior que 97, que era uma desgraça, que queria que fizessem mais.

De facto, foi uma vergonha como ontem ficou aqui demonstrado.

Tanto assim é, que no documento de alteração ao Plano para 1998, das várias alterações aos 4 programas que ontem aqui referi, em três deles vão ser retiradas verbas. Só nas estradas são quase 285 mil contos. Isto demonstra claramente que não têm capacidade para executar aquilo que estava previsto.

No seu sector, mais propriamente na saúde, vão retirar na construção de novas unidades, 90 mil contos — este foi um dos programas que eu aqui referi — assim como vão retirar nas infraestruturas educacionais, que o Sr. Secretário refere que é para o sismo, 750 mil contos — programa 18 — e para o sismo só aparecem 350 mil contos.

Que fique aqui bem claro, que este documento que hoje chegou às nossas mãos, é mais uma prova daquilo que eu ontem tive oportunidade de apresentar na minha intervenção.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Há pouco V. Exa. esclareceu dois aspectos que eu coloquei, nomeadamente o transporte e as refeições dos alunos da Escola Básica Integrada do Topo, só que se esqueceu de um pormenor no que diz respeito à dotação do orçamento da escola, ou seja, é necessário dotá-la com a máxima urgência.

O Sr. Secretário provavelmente não acha justo que os professores tirem dinheiro do seu bolso para colocá-lo no orçamento da escola?

O que acontece, neste momento, é que ainda existem ordenados em atraso nessa escola e julgo que o Sr. Secretário tem conhecimento disso.

Já agora aproveito a oportunidade para colocar outra questão, ou seja, em que ponto é que se encontra o projecto da Escola Integrada do Topo?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Começando pela ordem cronológica dos esclarecimentos pedidos, no que diz respeito à Comissão Instaladora da Escola do Corvo, infelizmente se a comissão que foi no início nomeada não era do gosto das pessoas do PS, esta que agora está também não é.

O que acontece Sr. Deputado, é que as coisas têm que se conformar com a lei. A Comissão com o formato que tinha não obedecia ao que estava no 115/97.

As mesmas pessoas continuam lá, só que foi colocado um professor, de propósito, que tinha as condições pedidas. Os que lá estavam não obedeciam a esse requisito, por isso não foram lá colocados. Foi isso que aconteceu, ou seja, constatámos que era preciso adicionar mais uma pessoa.

Não há aqui substituições, há sim um rearrumo das diversas responsabilidades em função da situação de cada um.

O Sr. Deputado é do Corvo, portanto conhece melhor do que eu a situação e não vale a pena estarmos a discutir mais, porque sabe que não se tratou de satisfazer nenhuma necessidade partidárias, porque essas não estão satisfeitas.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Eugénio Leal sobre o orçamento rectificativo, ele será discutido aqui e teremos ampla oportunidade de falar sobre isso. No que diz respeito ao exemplo que deu de alguns programas, quando se retiram 90 mil contos de um programa que tem 2 milhões, 125 mil, não faz grande diferença. Essa verba será também aplicada na saúde, porque vai ser preciso aplicá-la noutras áreas, mas depois explicaremos.

Em relação à execução, gostava de dizer-lhe que está cabimentado nesta altura, nesse programa, 97%. Os 3% que faltam são os que estão a sair. Portanto, não se preocupe.

Em relação ao outro programa de aquisição de equipamentos para a saúde, nesta altura ele está cabimentado a 100%, ou seja, está em vias de execução total. Não se preocupe com isso.

Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Aires Reis, no que se refere à dotação orçamental no Topo, esta é uma situação grave que precisa ser resolvida e será resolvida. Não são só salários em atraso, há também um subsídio de fixação que não foi pago ainda, mas será pago agora, porque é o primeiro mês em que ele é devido.

Isso acontece porque há os reajustamentos das rubricas da antiga Direcção Escolar de Angra que estão a ser feitos. Esperemos e chegaremos lá.

Em relação à questão da obra em si, ela está adjudicada à "Park Eng", que está nesta altura a fazer o projecto e está a decorrer em bom ritmo.

Está-se a fazer aquilo que é preciso e a obra é para fazer. Como o Sr. Deputado sabe, o terreno já foi adquirido e já se fez um primeiro conjunto de obras para permitir o faseamento da escola e as outras seguir-se-ão com a rapidez que a execução do projecto e os concursos o permitirem.

A Escola Integrada do Topo está em bom andamento.

Presidente: Vamos passar às inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Se um homem é um ser social é no entanto verdade que não nasce socializado.

A socialização é um processo e, como tal, desenvolve-se por etapas durante toda a vida numa adaptação constante e mútua do indivíduo e da sociedade uma vez que, tanto um como outro, são entidades dinâmicas em constante mutação.

O homem, ao nascer, inicia o seu processo de socialização numa relação privilegiada com a figura materna.

É no seio da família que se realizam as primeiras experiências de socialização, pelo que da qualidade dessas experiências resulta a dinâmica das relações inter-pessoais.

A escola aparece como a primeira instituição social com o objectivo de preparar cidadãos aptos a cooperar, defender, transformar e desenvolver a sociedade a que pertencem. A escola ganha ainda importância primordial nas sociedades modernas, pela sua função de gerar recursos humanos, factor fundamental de progresso e desenvolvimento.

A escolaridade é, portanto, uma etapa indispensável, insubstituível e irrecuperável na trajectória da vida do homem moderno e, por isso, a sua frequência torna-se um direito de todas as crianças.

A deficiência é algo que, afectando profundamente o homem na sua dimensão individual e social, não reduz a sua dimensão humana e, assim, há que reclamar, em nome dos direitos do homem, o direito à diferença.

A escola deverá, pois, ter condições de acolher todas as crianças — e as crianças com deficiência são, antes de mais, crianças — com o duplo objectivo de educar socializando e habilitar ensinando. A escola ao cumprir esta dupla função está a contribuir para a promoção da dignidade e da riqueza do diferente, produzindo cidadãos adultos, autónomos, responsáveis e participantes na construção duma sociedade que se deseja marcada pelo desenvolvimento social e económico.

Sendo a escola o ponto de convergência das expectativas sociais, quanto ao que deverá ser o homem adulto, reflete e veicula, inevitavelmente, modelos, atitudes e comportamentos desejáveis junto de uma população heterogénea que tem de conduzir com sucesso.

Privar qualquer criança desta vivência pela marginalização, é falsificar o seu processo de socialização criando-lhe condições artificiais de relação com o meio. Sempre que isto acontece, não é só o indivíduo que se vê privado das condições normais de

socialização mas é, também, a sociedade que perde oportunidade de progredir para uma maior harmonia e equilíbrio.

Para que tal não aconteça, considero que tem vindo a ser dada uma atenção muito especial na implementação e promoção de uma rede pré-escolar, de tendência universal e descentralizada, abrangendo o maior número possível de crianças nas melhores condições de qualidade e dignidade e com horários compatíveis com a população trabalhadora, já que as carências na educação pré-escolar influenciam muito negativamente o sucesso escolar e a inserção dos alunos no sistema do ensino regular, podendo constituir o principal factor gerador de injustiças sociais.

Há também que reconhecer que têm vindo a serem feitos grandes investimentos na área de todo o ensino básico, secundário e especial, ao nível dos meios humanos, expansão da rede de ensino, bem como no que se refere à dotação de equipamentos informáticos e tecnológicos.

Por quase todas as Ilhas dos Açores, este Governo Regional estabeleceu protocolos de cooperação com as autarquias, o que permitiram a realização de obras significativas na recuperação e ampliação e eliminação de barreiras arquitectónicas em estabelecimentos escolares, porque se entende que a dignidade e a emancipação das pessoas, que a igualdade de oportunidades e que o combate à exclusão social são essencialmente garantidos através de uma educação de qualidade para todos.

É no entanto impossível esperar-se, apenas da escola, uma resposta cabal a estes problemas, pois ela é apenas uma peça, embora de importância capital, dum sistema mais alargado.

A escola, só poderá levar a cabo a sua tarefa articulando-se com a família e a comunidade, numa atitude permanente de intercâmbio.

É pela família que a escola pode apreender a bagagem cultural, os traços de carácter e as condicionantes de comportamento que cada criança traz consigo e deve ser com a família que a escola deve planear os percursos de aprendizagem e as estratégias de socialização. A criança necessita de sentir unidade e coerência entre aqueles de quem depende e lhe são oferecidos como modelos de identificação.

Esta preocupação leva a que o actual Governo Regional venha desenvolvendo um empenhado esforço de reorganização da gestão pedagógica, administrativa e financeira.

Assim, com a atribuição da autonomia à escola, criaram-se condições para que seja elaborado um projecto educativo próprio com currículos alternativos, constituído e executado de forma participada, tendo em atenção as condições de vivência dos alunos, o diálogo entre a escola e o meio, bem como competências para a intervenção integrada e interdisciplinar dos vários agentes e serviços no sentido de maior exigência e optimização de resultados.

A articulação com a família e o meio surge assim na primeira linha das estratégias do sucesso escolar, fazendo diminuir as margens de erro e, aumentar as probabilidades do sucesso da integração escolar de cada criança.

Se isto é válido para todas as crianças, surge como indispensável para as crianças com dificuldades de adaptação escolar ou portadoras de deficiência.

A escola actual não pode mais aplicar a assimilação e negar a diversidade sem o risco de falhar os seus objectivos e atraiçoar a sua função, mas tem que, pelo contrário, promover a dignidade e a riqueza do diferente.

Uma criança portadora de deficiência, neste contexto, só pode ser factor de enriquecimento para a comunidade escolar no seu todo. Constitui por outro lado, uma ajuda inestimável para a educação e prática da tolerância, da justiça e do amor.

As pessoas com deficiências, por virtude da incapacidade física, sensorial ou mental de que são portadoras, estão sujeitas a determinadas limitações, pelo que necessitam de benefícios sociais para além dos que são reconhecidos à generalidade da população.

É neste sentido que tem vindo a ser apoiada, técnica e financeiramente, a implementação de novas respostas sociais à criança e à família. De entre elas, destaco o Projecto "Portage", que é um projecto integrado de intervenção precoce, centrada na criança e família, que está a ser desenvolvido, com sucesso, pela Escola de Educação Especial de Ponta Delgada, com o apoio técnico da Associação "Portage" em articulação com diferentes Serviços de Saúde, Segurança Social e Educação, abrangendo um universo de cerca de uma centena de crianças, na faixa etária dos 0

aos 6 anos, no concelho de Ponta Delgada, com perspectivas de ser progressivamente alargado a outras zonas geográficas.

É um programa que tem, essencialmente, uma vertente promocional e preventiva, com o objectivo de minimizar os riscos em termos dos factores que podem contribuir para o não desenvolvimento satisfatório das crianças.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

No âmbito de um protocolo estabelecido entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Governo Regional, irá ser apoiado um projecto ao nível da reabilitação centrada nas tecnologias de apoio à "comunicação aumentativa", dirigido a crianças e jovens, que será implementado pela Escola de Educação Especial de Ponta Delgada.

Numa primeira fase desenvolver-se-á no concelho de Ponta Delgada, e, depois de devidamente testado e avaliado, será seminado noutros concelhos.

Constatada a necessidade de aumentar significativamente as alternativas ocupacionais para os tempos livres de crianças e jovens, através do acompanhamento de animadores devidamente formados, foram criados nos últimos dois anos, mais 10 Ateliers de Actividades de Tempos Livres, apoiando neste momento 1.180 crianças, funcionando em regime de protocolo com as I.P.S.S.

Pela primeira vez, e em cooperação com a Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores, foi criada uma estrutura de "alojamento temporário" para deficientes.

Foi a concretização de um desejo acalentado durante longos anos pelas famílias dos deficientes e que lhes vem proporcionar a oportunidade de desfrutar de férias ou de algum descanso renovador de energias físicas e psíquicas para que possam continuar a exercer as suas nobres funções parentais.

Por parte deste Governo foram também tomadas medidas legislativas no sentido de regular as modalidades de apoios a conceder às associações de deficientes e às associações que exerçam actividades nos domínios da prevenção, reabilitação e integração das pessoas portadoras de deficiência, e que dentro dos parâmetros definidos celebrados acordos de cooperação com a atribuição dos respectivos apoios.

Para além de ter sido criado o Conselho Regional Para a Integração e Cidadania, foi iniciado o processo de criação de uma rede de apoio ao cidadão com deficiência, nas Ilhas de S. Miguel e Terceira.

Foi ainda criada a primeira rede integrada de apoio ao transporte de deficientes e iniciado o processo de apoio aos deficientes na Ilha do Pico, através da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, bem como a implementação de um centro de apoio a deficientes na Ilha Graciosa.

Apesar de haver ainda muito a fazer neste âmbito, considero que, em cooperação com a Escola, Família, Organizações de Deficientes e I.P.S.S., já foram concretizadas importantes medidas, geradores de condições objectivas para uma real integração social e satisfação de exigências de justiça social, princípios básicos pelos quais se tem pautado toda a intervenção deste Governo Regional.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Chamo a atenção do Governo, porque já esgotou o seu tempo.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Os Jorgenses têm, sem dúvida, muita razão, para ao fim destes dois anos de Governo Socialista, estarem mais que fartos de tal suplício.

Tudo porque o seu desenvolvimento parou, a sua economia está moribunda e as ideias que os actuais governantes têm demonstrado ter para São Jorge, parecem-se "ás dos três monos": não vejo, não ouço e não falo.

A confirmar esta nossa ideia base, está a arrogância, a prepotência, o escárnio, a marginalização e a incompetência, que este Governo da Nova Autonomia, tem tido em relação a São Jorge.

É ou não prepotente, quem de um momento para o outro, pára a obra de pavimentação na estrada do norte, apenas 1.350 metros, ao sítio de Santo António, alegando como esfarrapada desculpa não haver cabimento orçamental?

É ou não prepotente, quem de um momento para o outro, manda fazer inquéritos ou inspecções, a serviços sediados em São Jorge, sem motivo aparente, apenas e só apenas, com o objectivo de caçar bruxas, criar fantasmas, predigitar espíritos ou/e aqui este é talvez o objectivo principal, desviar atenções? — Nem Estaline nos seus bons velhos tempos faria melhor.

É ou não prepotência, o Governo na sua visita a São Jorge, não se dignar reunir com as Juntas de Freguesia, esquecendo, que aquelas autarquias, são eleitas pelo povo? Mais que não seja, só por tal facto, merecem o respeito de todos os açorianos, mas este executivo pela prática demonstrada não é um governo de todos os açorianos.

É ou não escarnecer dos Jorgenses, quando não se atende às suas solicitações como foi o caso da estrada do norte, quando se gozou, pura e simplesmente, com os caminhos de penetração que a Câmara da Calheta, abriu para a lavoura do seu Concelho?

Escarneceram-se aqueles, mas não se melhoraram nem se fizeram novos, mostrando assim o interesse que este Governo tem pelos agricultores jorgenses.

Interesse expresso, na actuação que a Secretaria da Agricultura, Pescas e Ambiente, tem demonstrado no apoio que tem dado à agricultura da ilha.

Não é novidade para ninguém, que o Inverno passado, em São Jorge, foi mau para a lavoura. Este Verão idem, idem... Feitas as contas, a agricultura jorgense, com o concentrado que comprou durante todo o ano para manter os rebanhos e com a água que teve que carregar durante todo o Verão, para que estes não morressem à sede, saiu desta aventura diminuída, psicológica e financeiramente.

Saindo esta água a custos elevados, dada a distância a que a mesma se encontra das pastagens, custando tudo isto em numerário, máquinas, homens, energia, custos elevadíssimos para os empresários agrícolas cuja quebra no rendimento da empresa, vai sem dúvida, ser superior a 60%, e que atitude tomou o Governo, em relação a esta calamidade?

Nenhuma!

Há ou não marginalização, quando há dinheiro para se fazer duas marinas numa só ilha e para São Jorge, que alimenta o desejo de ter uma — e tem condições e potencialidades para a ter — viu, pura e simplesmente, marginalizado esse projecto,

quando este Governo sabe que esta é uma reivindicação das gentes da ilha e, até ao contrário daquilo que desejariam alguns semeadores de desgraças, é uma obra que os jorgenses querem?

Há ou não marginalização, quando o Partido Socialista, tanto falava, dos portos da Calheta, Fajã dos Vimes e Topo, e agora, desde há dois anos a esta parte, nada diz e nada tem feito pelos mesmos?

O que é, se não é incompetência, nesta nossa querida Região, um Governo querer desenvolver apenas umas ilhas em detrimento das outras?

É ou não incompetência, o que se passou com o Centro de Saúde das Velas...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é!

O Orador: ... que aquando da tomada de posse do Governo Socialista, tinha seis médicos e, fruto das politiquices intestinas socialistas, está reduzido a quatro médicos apenas?

Desta incompetência, resultam sobrecargas de serviços para os actuais médicos, e como é evidente, por vezes atendimento menos cuidado aos utentes que dele necessitam.

É ou não incompetência...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é!

O Orador: ... quando se dão autênticos saltos no escuro, como foi o caso do inquérito ou inspecção, realizado aos serviços do equipamento social na Calheta de São Jorge?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Mas nem tudo, são apenas "só lágrimas" em São Jorge e, por isso, não podemos deixar de nos congratular com a realização do workshop sobre as Fajãs de São Jorge, que a Sociedade Afonso de Chaves, na pessoa do Sr. Professor Frias Martins, levou a cabo na nossa ilha.

Este evento, pautou-se por uma discussão acerca dos problemas da laguna da Caldeira de Santo Cristo e das fajãs de São Jorge em geral. Nesta discussão, ficou bem demonstrado, pelos professores Frias Martins e Brian Morton, que o sistema lagunar, Fajã dos Cubres, Caldeira, é não só único nos Açores, como o mais importante das ilhas do Atlântico.

Todo este sistema lagunar, juntamente com a envolvente da Caldeira de Cima e todas as fajãs adjacentes desde a Fajã Isabel Pereira, a poente, até à ponta do Topo, a nascente, incluindo o ilhéu, constitui um sistema que pelas suas características históricas, culturais, ecológicas, paisagísticas, geológicas, turísticas, biodiversidade terrestre e marinha, merece ser enquadrado, num centro de gestão, dotado de plano e orçamento próprio, que lhe dê o melhor encaminhamento através de projectos, estudos, obras e objectivos.

Estamos sem dúvida a falar de um Parque Regional, com uma área de mais de quatro mil hectares e como já frisamos único.

Deputado Mark Marques (PSD): Três!

O Orador: Pois só assim é que o património natural construído naquela zona, bem como o histórico e cultural, poderão ser objecto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes e planificação das acções a empreender, numa perspectiva de animação e utilização criativa.

Mas mesmo assim, o workshop das fajãs de São Jorge, do dia 18, Sexta-feira passada do presente mês, não teve o merecimento de uma representação da secretaria que tutela a área, porque Sua Excelência, o Sr. Secretário, não se deslocou a São Jorge, provavelmente, porque outros valores mais altos se levantavam, que perder tempo com uma ida sua à "ilha do dragão", para ouvir falar dos problemas das suas Fajãs.

A Sra. Directora Regional do Ambiente, por aquilo que temos visto, em relação ao trabalho que tem apresentado, deveria estar tão atarefada, que não estava para perder o seu precioso tempo a ouvir umas criaturas falar dumas quaisquer lagunas e dumas quaisquer fajãs, em São Jorge.

No entanto, na tentativa de salvar a honra do convento, "não fosse o diabo tecê-las", parece que o Sr. Secretário arranjou um certo doutor, que seria o seu representante no evento das fajãs em São Jorge.

Só que... Oh!

Desgraça dos deuses!

O sr. doutor, não pôde ou não teve para ir para São Jorge, no dia 17.

A ida no dia 18, já era um pau!...

Mas São Pedro não quis e, no dia 18 de manhã, não permitiu vôo para São Jorge e o nosso bom doutor, lá ficou em terra, não na terra de São Jorge, mas noutra qualquer e não digamos que a vontade deste sr. doutor em ir a São Jorge não era grande, porque no dia 18 à tarde, São Pedro sempre permitiu que o avião fosse a esta ilha, só que aqui o sr. doutor já tinha perdido a motivação e o interesse por essas ninharias das lagunas e fajãs e, por conseguinte, mandou "às favas" a representação.

E não me digam que depois de toda esta cabala, que não estamos perante arrogância, prepotência, escárnio, marginalização e incompetência.

Disse.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não estão!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É o desnorte completo na bancada do PSD!

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Sr. Deputado Manuel Brasil a oportunidade que me dá para esclarecer dois pequenos assuntos de grande relevância para a Ilha de São Jorge e que o Sr. Deputado no passado nunca se apercebeu disso.

Falou no atraso da pavimentação betuminosa da Estrada dos Nortes. Sr. Deputado, essa obra constou de um programa comunitário que caducou em 1992, tendo sido adjudicada em 1991. O Sr. Deputado aprovou nesta Assembleia, no ano de 1991, uma autorização para o Governo Regional de então, contrair um empréstimo junto do Banco Europeu de Investimento para esse objectivo.

Sem os dinheiros comunitários que receberam para concretizar essa obra, sem o empréstimo bancário que contraíram e que entretanto gastaram o dinheiro sem ser lá, agora que este Governo está a executar essa obra, mas que por questões de legalidade teve que a interromper, momentaneamente, tendo em vista que entretanto ultrapassou os 50% de trabalhos a mais e que a lei não permite ao nível de obras públicas que se ultrapasse esse valor, por esse facto, precisamente para que haja transparência e

seriedade nestas coisas é que a obra foi interrompida e o Sr. foi muito infeliz em trazer esse assunto e esta Casa.

Mas vou mais longe:

Sr. Deputado, há uma estrada em São Jorge que se chama a Transversal dos Nortes, que tinha um pequeno troço que também pertencia a esse programa que caducou em 92 e o Governo que o Sr. apoiou, teve a leviandade de submeter essa obra a concurso, teve a leviandade de homologar um relatório de uma obra que nunca foi feita por um determinado empreiteiro e pagou trabalhos a mais a um empreiteiro que nunca lá esteve nem a máquina. O Sr. soube disso e nunca trouxe este assunto aqui para dentro. Se tivesse trazido, aí é que estava a defender os interesses dos jorgenses.

Falar-se da Marina de Angra do Heroísmo e dizer-se que a Marina das Velas está esquecida, a si não lhe fica bem, porque quem aprovou isso foi o Sr. nesta Casa na última legislatura. O Sr. aprovou uma proposta apresentada pelo Governo que V. Exa., suportava para a realização desse investimento. Eu não tenho culpa disso, porque não aprovei essas propostas de Plano e Orçamento.

O Sr. aprovou a construção da Marina de Angra do Heroísmo e não insistiu com o seu Governo para dar prioridade à Marina do Porto das Velas.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Era apenas isto que eu lhe queria dizer e se continuar a trilhar por caminhos dessa natureza, o Sr. não chega a lado nenhum.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acabámos de assistir a mais uma daquelas explicações a que já estamos habituados refugiando-se no passado, tentando arranjar explicações técnicas.

(Risos da bancada do PS)

Sr. Deputado, o Sr. só prova que o seu Governo, — eu sei que já terminou o tempo, mas foi só hoje no período de antes da ordem do dia, não se preocupem — durante estes dois anos que está no Governo, não acompanhou a Estrada dos Nortes.

Ele esteve aliado a tudo e a resposta que foi dada é ridícula, porque o povo de São Jorge o que quer é o troço de estrada pavimentado, eles não querem saber se é preciso ir a 50% ou 60%.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó Sr. Deputado, não quer saber?

O Orador: Não, não quer saber!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

O Orador: O Governo, os directores regionais, mil e quinhentos adjuntos e assessores, existem é para isso e o que o povo quer é o problema resolvido.

Em relação ao Porto das Velas, Sr. Deputado, provavelmente o Sr. refere-se a um comunicado que eu escrevi, em que ilhas mais rosadas tinham duas marinas.

Sr. Deputado, o facto do Porto de Recreio das Velas ter sido adiado, o de Angra não foi, mas o matadouro também foi votado pelo Partido Social Democrata, os Srs. assumiram e três meses depois esqueceram-se. A amnésia foi da vossa parte.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Nós, não nos esquecemos!

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Como a marina não foi feita, passa para o matadouro!

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Educação esteve aqui a pôr o "ouro sobre azul" em relação às escolas.

Se o Sr. Deputado Paulo Valadão recomendou o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca a ler os diários das Sessões, eu recomendava ao Sr. Deputado Francisco de Sousa, que na altura também não estava, e ao Sr. Deputado António Gomes a mesma leitura. Na escola das Velas, durante este Verão, não se mexeu uma "única palha" e o Sr. Deputado António Gomes já reconheceu isso em outros órgãos de comunicação social.

Caminhos de penetração?!

Quantos metros — não peço quilómetros! — é que este Governo já abriu?

Um assunto muito mais grave prende-se com a habitação. Esta Casa criou legislação.

Nos órgãos de comunicação social surgiu este título:

"No dia 9 de Julho houve um sismo que afectou as Ilhas do Faial, Pico e São Jorge".

Pelo que parece São Jorge só consta nos títulos dos diplomas e da comunicação social, porque na prática o Sr. Secretário Regional, José Contente, só vê 8 casas.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso não é verdade! São 80!

O Orador: Para resolver o problema de 8 casas, julgo que a Câmara Municipal das Velas e as Juntas de Freguesia têm capacidade para resolvê-lo.

Neste caso, a Secretaria Regional da Habitação tem que fazer um levantamento que não fez...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é falso!

Os técnicos estiveram lá!

O Orador: ... porque as juntas de freguesia e a Câmara Municipal enviaram para a Secretaria todos os casos e o Sr. Secretário irá provar que dos 90 casos enviados, só 70 é que foram elegíveis. Nem isso! Estão remetidos ao silêncio a dizer que falta legislação.

Eu penso que o povo de São Jorge merece isso.

Sr. Deputado Francisco de Sousa:

Para comparar é preciso ir ao passado.

O Sr. quer que eu lhe faça uma comparação?

Em 1996, a Ilha de São Jorge, em termos de investimento por parte deste Governo, parou no tempo. A comparação está feita.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Gostava de lhe fazer uma pergunta muito simples, ou seja, quem é que está a pavimentar a Estrada do Norte? É o 1.º, o 2.º, o 3.º, o 4.º ou o 5.º Governo do Partido Social Democrata, ou é o Governo suportado pelo Partido Socialista?

Se for os Governos do Partido Social Democrata, pode ter a certeza que eu vou chamar-lhes muitos nomes aqui dentro.

Que eu saiba, neste momento, quem é o responsável pela obra é o Governo do Partido Socialista que V. Exa. apoia e o Sr. não tem coragem de chegar ao Norte de Santo António e dizer o que disse aqui dentro.

Esse discurso dessa estrada mirabolante que V. Exa. sabe de cor e salteado, porque desde que anda aqui dentro nunca se levantou da sua bancada senão para falar dele, todos nós já sabemos, porque já o ouvimos várias vezes da sua boca. Todos estão informados acerca disso.

Deputado António Gomes (PS) São as tentações!

O Orador: Porém, esse discurso não resolve, nem resolve às pessoas do Norte, o problema da estrada. Para resolver é preciso termos a seriedade suficiente para levar a obra a seu cabo.

Sr. Deputado:

O Governo tem os plafonds esgotados não pode empregar mais dinheiro.

Deputado António Gomes (PS): Não são os plafonds! O Sr. não percebeu!

O Orador: E os 194 mil contos destinados a concluir as obras das estradas da Ilha do Pico que não atingiram os 50%, Sr. Deputado?

Espero que terminem todas as obras do Pico, eu não estou contra isso, mas estou contra à maneira como este Governo está fazendo política em relação a São Jorge. É isso que o Sr. Deputado como jorgense tem que perceber embora esteja sentado nessa bancada a apoiar o Governo, porque eu também já estive aí a apoiar o Governo do meu partido, e quando foi necessário enfrentar o meu Governo, eu não tive medo nem cobardia de chegar àquela tribuna e dizer o que na minha opinião era justo.

O povo de São Jorge elegeu-me para falar contra o Governo anterior e contra este Governo, desde que tenha razões para isso e, neste caso, nós temos razões mais que suficientes para o fazer. Tudo aquilo que eu disse aqui na minha intervenção é a

realidade, não inventei nada, nem andei a escudar-me no passado, nem vou escudar-me no ano 3000, mas sim neste ano de 1998.

É necessário que o Sr. perceba isto tal como muitos deputados que estão na sua bancada, porque quando foram os Governos do Partido Social Democrata eles prestaram contas aqui e agora com este Governo acontece a mesma coisa.

Esta não é a fábula do lobo e do cordeiro!

(Risos da Câmara)

Isso é o que os Srs. fazem, vêm para esta Casa discutir a fábula do lobo e do cordeiro, ou seja, não foste tu, foi o teu pai, o teu avô ou o teu vizinho.

Quando foi o Partido Social Democrata a governar fomos nós, agora é o Partido Socialista, portanto os Srs. é que têm que prestar contas. É preciso que esta Região entenda isto de uma vez por todas, porque só assim é que estamos a trabalhar nesta Casa.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelos vistos, o Sr. Deputado Manuel Brasil não percebeu a minha intervenção.

Pelo facto do meu Grupo Parlamentar já se encontrar com o tempo limitado e porque eu pretendo fazer uma intervenção, eu vou dar resposta a todas as suas perguntas naquela tribuna quando tiver a devida oportunidade.

Deputado Mark Marques (PSD): Cá estaremos!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E estão muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Tem um minuto.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Um minuto é o suficiente, porque a minha resposta vai ser rápida.

O que o Sr. vai dizer naquela tribuna eu já sei, porque o Sr. já escreveu isso em todas as intervenções que fez ali, portanto não vai dizer nada de novo.

O Sr. é como a música da Ribeirinha, vira o disco e toca sempre a mesma música.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Da sua parte é a mesma coisa e por causa disso nunca deixámos de o ouvir!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Resendes.

Deputado Luís Resendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Comemorou-se no passado dia 1 de Junho o "Dia Mundial da Criança". Esta data foi celebrada um pouco por todo o mundo e o nosso País, tal como a nossa Região, não foram excepção.

A efeméride foi assinalada com as mais diversas iniciativas que se centralizaram principalmente no alerta aos problemas de que as crianças são a principais vítimas, ou seja, o trabalho infantil, os maus tratos, a fome e os abusos sexuais.

É a própria Constituição a preceituar expressamente no seu artigo 69.º que as crianças têm direito a protecção da sociedade e do Estado com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, discriminação e opressão e contra o abuso da autoridade na família e nas demais instituições.

Escreve ainda o referido artigo que "o Estado assegura especial protecção às crianças órfãs, abandonadas ou de qualquer forma privadas de um ambiente familiar saudável", e conclui que "é proibido nos termos da lei o trabalho de menores em idade escolar".

Este artigo consagra, pois, que todas as crianças têm direito à protecção, impondo-se os correlativos deveres de prestação ou de actividade ao Estado e à sociedade.

Este direito justifica, com efeito, medidas especiais de compensação a que se poderá chamar discriminação positiva, sobretudo em relação às crianças em determinadas situações, como as crianças órfãs, marginalizadas e abandonadas.

As crianças não deverão ser vítimas de formas de discriminação e opressão, nem de violência psíquica ou corporal e de exploração económica e social.

A protecção do crescimento e do desenvolvimento integral da crianças impõe, designadamente, a fixação de limites de abaixo dos quais será interdito o emprego, a mão-de-obra infantil.

Esta situação do trabalho infantil é uma triste realidade no final do século XX. O Papa João Paulo II já quantificou este ano como a maior tragédia da humanidade no final do milénio.

A Organização Internacional do Trabalho calcula que existem em todo o mundo 250 milhões de crianças, ente os 5 e os 14 anos, que trabalham em diversas actividades, vítimas do mercantilismo e capitalismo selvagem, que se espalham principalmente pela Ásia, África e América Latina.

Em Portugal, as centrais sindicais dizem que haverá entre 40 e 50 mil crianças com menos de 16 anos que trabalham, sobretudo, nas indústrias têxtil, do calçado e construção civil, sendo o país da União Europeia com o maior número de crianças a trabalhar.

Felizmente, nos Açores, esta problemática tem pouca expressão, se entendermos como trabalho infantil o trabalho subordinado, isto é, por contra de outrem.

A Inspeção Regional do Trabalho, no ano de 1997, levantou apenas 5 autos, em toda a Região, por emprego ilegal de menores. Os números já serão certamente superiores, embora isso não esteja contabilizado, tratando-se de trabalho familiar ou domiciliário. São situações em que os pais de famílias pobres e numerosas, utilizam os filhos menores para trabalhar na agricultura, pescas e, por vezes, construção civil, privando-os assim, de um crescimento normal e do direito à educação e à cultura.

Este não é, na verdade, um problema laboral, mas sim sócio-económico.

O Regime Jurídico do Trabalho de Menores encontra-se regulamentado através do Decreto-Lei 396/91, de 14 de Outubro, que reconhece, entre outras coisas, que os menores deverão ter um desenvolvimento físico, mental e moral sem o qual se perde a sua preparação para a vida activa e se frustra a sua futura realização profissional.

Este diploma fixa também a idade mínima de 16 anos para admissão ao trabalho. No entanto, o seu regime sancionatório tem-se mostrado insuficiente e sem efeitos práticos, no sentido de dissuadir o recurso à mão-de-obra infantil.

Nesta medida, e acompanhando a tendência verificada noutros países europeus, deverá enveredar-se pela criminalização do trabalho infantil, o que dá também resposta a uma aspiração de vários parceiros sociais há muito reivindicada. Tudo isto, principalmente, em nome dos direitos fundamentais das crianças, designadamente o direito à educação, o direito à infância, ao desenvolvimento equilibrado e saudável e o direito à felicidade.

É a própria Declaração Universal dos Direitos da Criança, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1959, que em nome de uma infância feliz, consagra, no princípio 9, que a criança não deve ser admitida ao emprego antes de atingir a idade mínima adequada. Em caso algum, deve a criança ser constrangida ou autorizada a aceitar uma ocupação ou um emprego que ponha em risco a sua saúde ou educação, ou prejudique o seu desenvolvimento, físico, mental e moral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta problemática do trabalho infantil não é a que mais afecta as crianças açorianas. Outras situações bem mais graves, como a exclusão escolar, o absentismo escolar e a fuga à escola, atingem centenas de crianças na nossa Região.

A maior parte destas crianças são oriundas de famílias degradadas e numerosas que vivem em condições precárias onde por vezes o alcoolismo, a toxicodependência e a prostituição são uma dura realidade.

Estas crianças não têm acompanhamento de espécie alguma e são, por vezes, abandonadas resvalando para a vadiagem, a mendicidade e o pequeno furto, ficando na sua maioria privadas do direito à educação, à cultura e a uma infância saudável.

Ainda há crianças na nossa sociedade com graves carências alimentares em que a única refeição razoável que têm é na escola. Estas crianças, muito raramente, têm uma oferta no dia de anos e um brinquedo pelo Natal, sobrevivendo numa permanente angústia e privação.

Tratam-se de verdadeiras tragédias e dramas sociais para os quais ninguém poderá ficar indiferente. Todas estas situações têm sido combatidas e minoradas pelas mais diversas entidades, como Instituições Particulares de Solidariedade Social, Comissões de Protecção de Menores e Autoridades Escolares, mas também o VII Governo

Regional dos Açores, em colaboração com várias instituições e parceiros sociais, tem dado um contributo decisivo com medidas firmes e determinadas no combate a estes fenómenos.

Desde logo, a aplicação do rendimento mínimo garantido que impõe algumas medidas como o cumprimento da escolaridade obrigatória; a implementação do Projecto PROFIJ que visa a qualificação de crianças e jovens e a sua inserção no mundo de trabalho através de uma estratégia pedagógica que aproxima o jovem, a escola e a empresa; os currículos alternativos dirigidos à criança com necessidades específicas, isto é, inadaptadas, com insucesso escolar e com comportamentos desviados e que tem por objectivo criar condições pedagógicas para as crianças que adquirem a escolaridade básica obrigatória, atingindo o perfil definido para mesma, por forma a poderem prosseguir estudos ou em inseri-las em esquemas de formação profissional; a rede de psicólogos na área escolar e que abrange toda a escolaridade obrigatória; a criação da rede regional de centros de acolhimento temporário para crianças e, finalmente, a actuação rigorosa e activa da Inspeção Regional do Trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não queria terminar sem fazer referência também a fenómenos que não sendo recentes têm sido tema recorrente de toda a comunicação social.

Estou-me a referir aos maus tratos, abusos sexuais, prostituição infantil e principalmente pedofilia de que também são vítimas algumas crianças açorianas.

Toda a sociedade está mais alertada e sensibilizada para a perversidade e gravidade destas situações, pelo que todos nós e as mais diversas instituições deverão manifestar o seu mais veemente repúdio, combater de todas as formas legítimas e denunciar sempre que possível estes casos que eu reputo de grande crueldade.

Alguém já disse que as crianças são o melhor do mundo.

Procuraremos no nosso dia-a-dia ter um comportamento e uma actuação que vá ao encontro desta máxima, ajudando as crianças a ter uma infância feliz e um crescimento saudável, físico e mental.

Não sejamos, pois, cúmplices do sofrimento e da amargura de muitas das nossas crianças.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS, Governo e dos Srs. Deputados do Partido Social Democrata Humberto Melo, Manuel Azevedo, António Almeida e Manuel Brasil).

Presidente: O Grupo Parlamentar do Partido Social ainda dispõe de mais 7 minutos e meio. Não sei se o Sr. Deputado que está inscrito, considera que tem tempo suficiente para fazer a sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Na sequência da intervenção parlamentar que há tempos fiz nesta tribuna sobre a necessidade que se apresenta — e em cada dia se reforça — quanto à preservação do património cultural edificado, venho, hoje, tecer algumas breves considerações sobre o património arquivístico regional.

Não que eu conheça o assunto em toda a sua dimensão e perspectiva, mas é certo que cinco séculos bem medidos de permanência nestas "últimas pegadas de terra entre o velho e o novo mundo" — a expressão é de Nemésio — fizeram com que se fosse acumulando, a pouco e pouco, um imenso repositório documental que mais não é do que o registo da nossa memória colectiva e o alicerce sobre que repousa o fundamento histórico da identidade que possuímos que nos diferencia do conjunto do país e que é em suma, juntamente com a geografia, o ponto de apoio da autonomia política que a Constituição nos garante e o Estatuto define e concretiza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como se sabe o acervo arquivístico açoriano, está arrumado, em termos físicos e institucionais, nas bibliotecas públicas de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, bem à maneira dos velhos distritos cujos fantasmas não deixam de nos perseguir a cada instante, às vezes quase anulando o generoso esforço unificador da nossa geração, ainda aqui representada por alguns protagonistas de primeira linha.

Mas existem também, com não menor importância, os arquivos municipais, os dos tribunais, cartórios e misericórdias, o da diocese, o das freguesias e paróquias e,

também, os das empresas, actuais ou extintas, cuja importância pode bem ser demonstrada através dos recentes trabalhos de história económica que alguns docentes e investigadores da Universidade dos Açores têm levado a efeito como geral reconhecimento e específico louvor em instâncias internacionais.

Sem que se deva, bem pelo contrário, esbulhar as instituições do património documental de que são legítimas possuidoras, impõe-se, sem dúvida alguma, que a partir de uma real consciência da situação, se faça algum esforço no sentido de que o mesmo não fique à mercê da unidade e da traça, assim como da falta de espaço, quando não mesmo de incúria, sendo que esta última é quase sempre sinal e sinónimo de incultura e de mal demonstrado amor à terra, não só feita de presente mas também de passado e de futuro.

Assim, afigurar-se-ia de grande interesse e urgência a criação de um único arquivo regional dos Açores ou, eventualmente, de qualquer coisa como o Instituto Regional de Arquivos a que, mediante estímulos e apoios, pudessem aderir as entidades que quisessem fazê-lo muito para além dos núcleos e herdades dos antigos distritos, mas quando possível mantendo em seu poder os acervos próprios que apenas seriam organizados, inventariados e, no limite ideal, colocados em base de dados capaz de facultar o seu conhecimento a um número alargado de utilizadores em qualquer ponto do arquipélago e mesmo fora dele.

Eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma boa oportunidade de se proporcionar emprego conveniente a alguns jovens licenciados em história que ainda andam por aí à espera de colocação certa e de alguma segurança profissional, leccionando matérias estranhas à sua formação, até mesmo educação física como é o caso de alguém que eu próprio conheço.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como escreve Luís Mendonça em recente livro: "desde algumas décadas que a nova história aceitou imiscuir-se em áreas de estudo até então reservadas a disciplinas como a antropologia, a etnografia ou a psicologia e fê-lo de forma premeditada no intuito de enriquecer o seu campo de estudo e de conseguir uma visão mais global e completa da realidade humana.

Tal atitude conduziu à valorização daquilo a que se convencionou designar de "pequena história" da existência quotidiana em detrimento da "grande história" dos grandes acontecimentos políticos ou transformações económicas".

Por esta razão todos os arquivos são importantes e os documentos aparentemente inúteis ou rejeitáveis podem, de facto, surpreender por se revelarem como preciosas fontes de informação para o conhecimento da vida diária das gerações que nos procederam, tanto nas cidades e vilas, como nas localidades mais pequenas e isoladas. Quanto a estas últimas, Afonso Quental, homenageando o "fotógrafo arquivista" Laudalino da Ponte Remígio, recentemente falecido na freguesia da Maia, observa que "as nossas juntas, instituições que andam no meio da praça pública para bem de todos, têm que acumular às funções administrativas também funções culturais, pedagógicas e didácticas"

E considera por isso que: "cada junta deverá preocupar-se com (...) a história do seu povo contada, ano por ano", "com papel branco e caneta de ouro".

Do nosso ponto de vista, a formação dos autarcas, sobretudo dos recém chegados ao poder local, mas também de todos os outros, deverá incluir inevitavelmente este aspecto de grande relevância cultural que é o de se preocuparem com a salvaguarda dos arquivos locais que o mesmo é dizer: de memória colectiva das suas comunidades, única forma de lhes ser reconhecida identidade própria e inalienável.

A próxima instalação das bibliotecas públicas das três ilhas maiorias em edifícios próprios, modernos e adequados, sendo uma medida que honra e dignifica o Governo Regional dos Açores, potencia ao mesmo tempo uma reflexão útil sobre este tema.

Tenho a certeza de que será feita para bem de todos nós.

Nada mais.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS, Governo e dos Srs. Deputados do Partido Social Democrata Manuel Azevedo, José Manuel Nunes, Francisco Xavier e José Francisco Fernandes)

Presidente: Encerrado este período de antes da ordem do dia, antes de passarmos à ordem do dia, vamos fazer a nossa habitual interrupção até às 18.25 horas.

Até já.

(Eram 18.00 horas)

Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para continuarmos com os nossos trabalhos.

(Eram 18.40 horas)

Ultrapassado que está o período de antes da ordem do dia, vamos entrar na agenda prevista para os nossos trabalhos que, neste momento, tem 18 pontos.

Antes desses pontos que estão agendados, como se recordam, ontem deu entrada na Assembleia, e foi mencionado na leitura da correspondência, um **Projecto de Decreto Legislativo Regional**, apresentado pelo Partido Popular, com o objectivo de **"revogar o Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de Novembro, relativo a determinada legislação relacionada com a Ponta da Fajã Grande, na Ilha das Flores"**.

Como sabem, o autor, ou autores, dos projectos lidos em plenário, tem direito à sua apresentação no dia da leitura.

De acordo com a disposição estatutária que consta do artigo 98.º, a apresentação será feita num período de 10 minutos, seguido de pedidos de esclarecimento durante o mesmo tempo, dando-se preferência a deputados que não pertençam ao mesmo grupo parlamentar que o apresentante.

Na sequência destas exposições, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para fazer a apresentação do referido diploma.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular, apresentou mais uma iniciativa neste Parlamento através de um Projecto de Decreto Legislativo que visa revogar legislação

de 1989 que estabelecia um conjunto de restrições que afectavam a zona da Ponta da Fajã Grande, no concelho de Lajes das Flores.

De acordo com auscultações diversas promovidas por nós próprios, chegou-se à conclusão de que o receio existente, não só por parte das populações, como por parte das entidades públicas, relativamente ao facto de poderem surgir novas derrocadas naquela bela zona da Ilha das Flores, levou a que, em 20 de Novembro, esta Assembleia tomasse uma medida de natureza excepcional, declarando a referida zona como de alto risco, ficando expressamente fixado na lei que seria proibido edificar naquela área qualquer tipo de construção, bem como habitar nos imóveis ali existentes.

Passados quase uma dúzia de anos e não obstante a ocorrência de outras derrocadas em diversas zonas da Ilha das Flores, não voltou a acontecer na zona residencial da Ponta da Fajã Grande, qualquer fenómeno de natureza semelhante ao então ocorrido. Entretanto, a rocha sobranceira àquela zona já se rearborizou de forma natural e a localidade, presentemente, já não é considerada como zona susceptível de especial risco, nomeadamente por aqueles que a frequentam, não só residentes, como muitos forasteiros que ali se dirigem.

De resto, é notório por parte daqueles que lá habitam e que na altura muitos, conscientemente, deixaram de utilizar as suas casas, as pretensões de lá voltarem a construir ou regressar aquelas residências são significativas, dado que se trata de uma zona que fica próxima da área balnear das Flores, talvez de maior reputação.

A Ponta da Fajã Grande no Concelho das Lajes é uma localidade situada no supé de uma formação rochosa, de características idênticas a tantas outras existentes nos Açores, as quais não estão sujeitas a qualquer constrangimento de natureza legal.

Por isso, é oportuno, na nossa perspectiva, que esta Assembleia, passados estes anos, reflecta sobre a eventual revogação da legislação de carácter excepcional e de natureza transitória que o decorrer do tempo e as circunstâncias tornaram caduca.

O Partido Popular tem consciência de que tratamos de uma matéria sensível, porque está em jogo, ou poderá estar, questões que envolvem a segurança e a protecção de bens e pessoas, por isso entendemos que devemos dar resposta a um desejo ou uma solicitação que é efectiva por parte de quem lá habita, de quem no seu dia-a-dia

pretende dar um outro conteúdo àquela zona da Ilha das Flores, tendo em conta alguns dos considerandos que aqui vos enunciei.

Um pequeno testemunho, eu próprio este ano tive a possibilidade de dormir, pela primeira vez, numa Fajã da nossa Região, mais concretamente na Fajã de São João, na Ilha de São Jorge, e alguns dos meus ilustres visitantes (tive a honra de ser anfitrião) ao despedirem-se à noite, perguntavam se eu tinha coragem de dormir naquela Fajã. O facto é que uns têm coragem, outros não têm, mas temos muitas dezenas de fajãs na nossa Região que, no fundo, são a característica e a caracterização de muitas das nossas ilhas e a verdade é que nos habituamos a dormir nas fajãs, a viver e a conviver com elas.

A nossa perspectiva é esta. Se este Parlamento, depois de ouvidas as entidades que podem ser úteis nesta matéria, com os pareceres que serão recolhidos, nomeadamente, e desde logo, junto do Governo Regional, chegar à conclusão, conscientemente, ou o mais conscientemente possível, de que os riscos que se podem correr na Ponta da Fajã Grande não são grandes, são iguais àqueles que temos em muitas das fajãs que são a honra e muitas vezes um elemento de promoção da nossa Região, é nossa opinião que se deve dar uma oportunidade àqueles que querem voltar a dar vida à Ponta da Fajã Grande.

É nessa perspectiva de dar um contributo para se dar uma resposta, no fundo, a um segmento da nossa população nos Açores, que acredito que é possível retomar a vida na Ponta da Fajã Grande.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS acha que é uma iniciativa interessante do PP e, a nossa preocupação tem a ver com aquilo que disse, há pouco, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Realmente, surgiu aquele desabamento de terras em 1987 e é necessário ter todo o cuidado ao analisarmos esta questão.

Eu creio que este diploma deve baixar à Comissão, devem ser ouvidas muitas entidades, nomeadamente a Protecção Civil e a Universidade dos Açores, entre

outras, por forma a que a decisão que esta Assembleia tomar seja uma decisão fundamentada e que não ponha em risco a segurança das pessoas.

Trata-se realmente de uma zona excepcional, de uma zona muito bonita — eu conheço muito bem aquele sítio — e se efectivamente chegarmos à conclusão de que não existem riscos, esta proposta irá merecer o acolhimento do Grupo Parlamentar do PS.

Como disse, é uma proposta interessante, apesar de não estar muito bem fundamentada neste Projecto, na nossa opinião, mas também não podemos exigir muito mais, porque o não voltar a acontecer não significa que não aconteça e por estar mais arborizada não significa que não exista derrocada na mesma, porque infelizmente temos nos Açores os fenómenos mais incríveis, embora a Ilha das Flores não seja uma ilha sísmica. Graças a Deus está fora destas falhas todas que passam por baixo de nós.

Sintetizando, desde que isto seja devidamente aprofundado, trabalhado e estudado, não será o Partido Socialista que irá criar qualquer obstáculo à aprovação deste diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma intervenção brevíssima apenas para deixar claro e sublinhar uma declaração de vontade do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata no sentido de que não nos opomos a esta pretensão apresentada pelo Partido Popular e plasmada em Decreto Legislativo Regional, sendo certo que para nós não deixamos também de sublinhar a parte final da intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, ou seja, a preocupação de consultar as entidades e associações especialistas, por forma a que a nossa posição — embora haja o desejo natural de todos em não contrariar a vontade das pessoas viverem naquela tão bela Fajã — política vá de encontro à vontade das pessoas que lá habitam e seja fundamentada tecnicamente.

Portanto, em consciência nós declaramos desde já a nossa vontade política, mas também em consciência declaramos que esta vontade também deve depender dos pareceres técnicos adequados.

Muito obrigado.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções, vamos passar ao ponto n.º1 da nossa ordem de trabalhos, ou seja, à leitura dos relatórios das Comissões Permanentes ao abrigo do artigo 119.º do nosso Regimento.

Tem a palavra para a leitura do Relatório da Comissão de Organização e Legislação, o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Setembro de 1998)

CAPÍTULO I

Introdução

A Comissão de Organização e Legislação é constituída pelos seguintes Deputados:

a) Do Partido Socialista (PS)

Deputado António Loura

Deputado António Gomes

Deputado António Silva Melo

Deputado Guilherme Pinto de Sousa

Deputado José Nascimento Ávila (*Secretário*)

Deputado Manuel Herberto Rosa

b) Do Partido Social Democrata (PSD)

Deputado Aires Reis (*Relator*)

Deputado Humberto Melo (*Presidente*)

Deputado José Avelar Nunes

Deputado José Francisco Fernandes

Deputado Jorge Valadão dos Santos

Deputado Victor Cruz

c) Do Partido Popular (PP/CDS)

Deputado Alvarino Pinheiro.

CAPÍTULO II

Generalidades

No ante-período legislativo de Setembro de 1998, a Comissão reuniu de 14 a 16 de Setembro, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada tendo sido o Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP) e José Francisco Fernandes (PSD), substituídos pelos Deputados Nuno Almeida e Sousa (CDS/PP) e José Manuel Bolieiro (PSD), respectivamente.

O Deputado José Nascimento Ávila faltou justificadamente.

O Deputado Aires Reis só participou nos trabalhos dos dias 15 e 16, por falta de transporte no dia 14.

CAPÍTULO III

Trabalhos realizados

1. Nos termos da alínea f) do artigo 56º do Regimento da Assembleia, a Comissão emitiu parecer sobre as propostas de alteração do Regimento.

2. Nos termos da alínea j) do artigo 56.º do Regimento, emitiu parecer sobre:

a) Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para 1999;

b) Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa Regional dos Açores referente ao ano de 1998.

CAPÍTULO IV

Trabalhos pendentes

Proposta de Resolução sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos Açores relativa ao ano de 1997, que aguarda parecer do Tribunal de Contas

Ponta Delgada, 16 de Setembro de 1998.

O Relator: Aires Reis

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Humberto Melo

Presidente: Não havendo intervenções, nem pedidos de esclarecimento sobre este relatório, vamos passar à leitura do relatório seguinte da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Relatório a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo De Setembro de 1998

CAPÍTULO I

Generalidades

1. A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes deputados:

a) Do Partido Social Democrata (PSD)

— Manuel da Silva Azevedo (*Presidente*)

- Francisco Xavier Araújo Rodrigues (*Relator*)
- João Manuel Bettencourt Cunha
- Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
- José Maria Bairos

b) Do Partido Socialista (PS)

- Maria da Natividade Medeiros da Luz (*Secretária*)
- Carlos Alberto da Costa Fraga
- João Carlos Couto Macedo
- José Humberto de Medeiros Chaves
- Rui Pedro Lopes Machado Ávila

c) Do Partido Popular (PP)

- João Maria Fraga Greves
- Nuno Almeida e Sousa

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo António de Freitas Valadão

2. Aos trabalhos da Comissão, faltaram, justificadamente, os Senhores deputados Nuno Almeida e Sousa, do PP, nos dias 18 de Junho e 8, 15, 16 e 17 de Setembro, Paulo Valadão, do PCP, a 18 de Junho e 8 de Setembro, Joaquim Ponte, do PSD, a 8 e a 15 de Setembro, José Humberto Chaves, do PS, a 15, 16 e 17 de Setembro, e João Greves, do PP, a 15 de Setembro.

Por efeitos de suspensão de mandato do deputado do PP, José António Monjardino, de 1 de Julho a 15 de Outubro e, por renúncia, a partir de 7 de Setembro, o deputado Nuno Almeida e Sousa assumiu funções nesta Comissão.

CAPÍTULO II

Trabalhos realizados

1. No dia 18 de Junho, a Comissão reuniu na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, a fim de analisar e emitir parecer aos seguintes diplomas:
 - Projecto de Decreto-Lei que "regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional";
 - Projecto de Decreto-Lei que "altera o Decreto-Lei nº 60/93, de 3 de Março, que estabelece as condições de entrada e permanência em território português de nacionais de Estados-membros da União Europeia e seus familiares.
2. No dia 8 de Setembro, a Comissão reuniu, na Horta, para analisar e emitir parecer sobre uma Anteposta de Lei, apresentada pelo Governo que isenta de taxas municipais as obras particulares que venham a beneficiar de apoios, no âmbito dos programas de reconstrução de habitações danificadas pelo sismo de 9 de Julho. Entretanto, ainda no decorrer da reunião o diploma foi retirado por comunicação da entidade proponente.
3. A Comissão reuniu-se, na sede da ALRA, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

15 de Setembro

- Motivos do cancelamento do colóquio sobre questões europeias;
- Análise crítica aos trabalhos desenvolvidos sobre o estudo das formas de compensação dos custos de insularidade;
- Programação dos próximos trabalhos:

16 de Setembro

- Leitura e aprovação dos relatórios das audições efectuadas ao Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente e a diversas entidades sediadas no Concelho da Ribeira Grande, nomeadamente, Câmara Municipal, Bombeiros Voluntários e Cooperativas;
- Apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Serviço de Protecção Civil e de Bombeiros dos Açores. Sobre este diploma e depois de se

ouvir em Comissão o Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, decidiu-se pedir parecer à Federação dos Bombeiros dos Açores;

— Presença dos elementos da Comissão no Plenário Jovem, dedicado a "Questões Ambientais";

17 de Setembro

— Propor a deslocação a Bruxelas da Senhora Deputada, Natividade da Luz, para participação na reunião ordinária da Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu, a 21 e 22 de Setembro;

— Leitura e aprovação do presente relatório, elaborado ao abrigo do artigo 119.º do Regimento da ALRA.

CAPÍTULO III

Programação de trabalhos

De 7 a 10 de Outubro — Participação de alguns elementos da Comissão no Congresso da Associação de Técnicos Administrativos Municipais — ATAM, a realizar em S. João da Madeira.

De 13 a 15 de Outubro — Visita à ilha de Santa Maria.

De 9 a 13 ou de 16 a 20 de Novembro — Visita à ilha do Pico.

De 2 a 4 de Dezembro — Visita à ilha de S. Jorge.

De 9 a 11 de Dezembro — Visita aos Concelhos de Lagoa e Vila Franca.

De 19 a 20 de Fevereiro — Colóquio, em Ponta Delgada, sobre questões europeias

— Próximo Quadro Comunitário de Apoio e sua incidência na Região Autónoma dos Açores.

1º Semestre de 1999 — Visita às comunidades portuguesas radicadas na Bermuda e Toronto.

CAPÍTULO IV

Trabalhos pendentes

— Estudo das formas de compensação aos trabalhadores açorianos, pelos custos acrescidos de insularidade, de acordo com a Resolução nº 10/97/A, de 12 de Dezembro. Nesta matéria, é de referir que já se realizaram audições às seguintes entidades:

- Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta;
- Secretário Regional da Economia;
- Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada;
- Presidente da Associação de Consumidores da Região Açores — ACRA.

Sobre o mesmo assunto, irão ser realizadas audições aos seguintes organismos:

- Centrais sindicais da CGTP e da UGT;
- Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo;
- Universidade dos Açores.

— Parecer solicitado pela Comissão de Juventude e Assuntos Sociais sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional — Recuperação de Habitação Degradada — colaboração do Governo Regional com as Autarquias.

Horta, 17 de Setembro de 1998.

O Relator: Francisco Xavier Araújo Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade

O Presidente: Manuel da Silva Azevedo

Audição do Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

A Comissão, a 19 de Março de 1998, pelas 10:00 horas, reuniu na Horta, com o Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente para tratar de assuntos relacionados com a União Europeia.

O Senhor Secretário Regional começou por afirmar que em 1997 decorreu a avaliação intercalar do 1º QCA, fez-se a apresentação da execução já realizada e apresentou-se o pedido de reforço da medida Agricultura. Dessa avaliação, a Comissão emitiu uma apreciação positiva, reconhecendo para os Açores a necessidade do reforço da medida Agricultura e recomendando que, até ao fim do QCA, os Açores constituíssem sempre uma situação preferencial.

No que respeita às **Pescas** a situação era diferente, por se considerar que se encontrava numa situação de subavaliação. Neste sentido, se a Região não utilizasse rapidamente essas verbas, partiria, numa situação desvantajosa, para a revisão do QCA. No entanto, durante 1997, parte do investimento foi recuperado, atingindo-se 1 milhão de contos. No presente ano e segundo a informação do Senhor Secretário, a Região continua com uma boa gestão e prepara-se para pedir um 2º reforço, embora não esteja ainda feita a quantificação. Em relação ao Poseima/Pescas, estava decidido a atribuição de ajudas para um contingente de atum, mas na opinião do Governo deveria ser estendido a outras áreas.

Em relação ao **Ambiente**, o dossier que se assume como fundamental é a candidatura ao Fundo de Coesão. Ao contrário da Madeira, os Açores nunca beneficiaram desse Fundo. A candidatura, que contempla os aterros sanitários de S. Miguel, Terceira e Pico, não estava preparada. Dos contactos havidos com Bruxelas, informaram que estavam dispostos a aceitar essa candidatura, desde que se formulasse um plano estratégico de forma a abranger e sustentar a política dos resíduos sólidos na Região.

No sector **Agrícola**, conseguiu-se o reforço do Poseima, bem como a sua continuação no futuro. No que diz respeito ao dossier do "Regime de Abastecimento de Cereais", que era desvantajoso inicialmente, a Região apresentou e defendeu a necessidade de

haver abastecimentos específicos orientados para as pequenas ilhas. Quanto aos outros dossiers, estão tecnicamente fechados e com resultados favoráveis à Região.

Concluindo, o Senhor Secretário informou que, em 1997, deram-se passos importantes que vêm reforçar a posição negocial da Região para 1998.

Em função das diversas questões que foram postas ao Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, regista-se o seguinte:

Apoios para a vinha: a Comissão de Vitivinicultura foi aceite como "Organização de Produtores", o que lhe permitiu ser contemplada com os apoios do POSEIMA.

Aterro sanitário das Flores:

A questão do aterro sanitário dessa ilha passa necessariamente pelo entendimento das Câmaras Municipais, tendo-se dado já, nesta matéria, passos importantes, designadamente no entendimento do local da implantação do aterro. Se este entendimento se traduzir numa posição final e decisiva, então o Governo apoiará dentro das disponibilidades, já que projectos desta dimensão não são possíveis de se candidatarem ao Fundo de Coesão.

Pedraa II (agricultura):

A disponibilidade, em 1997, foi de 25,9 milhões de contos. Atingiu-se uma taxa de execução de 93% e o reforço foi de 2,3 milhões de contos.

Ainda do ponto de vista da execução (1997) foram aprovados investimentos públicos à volta dos 7 milhões de contos, aplicando-se em projectos privados mais de 50%.

No âmbito dos apoios aos agricultores (1997), tudo o que estava atrasado no IFADAP foi submetido à apreciação da subunidade de gestão.

Mais informou ainda que o pedido de reforço anual será superior a 1997.

Regis:

Em relação a este programa, informou que se continua a encaminhar os projectos e que a taxa de execução estava abaixo de outros sectores.

Silagem de milho:

Este sector, na Agenda 2000, articula-se com a posição nacional e integra-se na "cultura ervense".

Outros apoios previstos:

- Fruta e legumes — comercialização dos mercados local e externo;
- Manutenção das sebes vivas;
- Cultura do chá;
- Cultura da batata;
- Floricultura — exportação.

A terminar, o Senhor Secretário informou que foram já apresentadas publicamente as propostas de revisão dos Regulamentos da Agenda 2000.

No âmbito da política regional, foi tomada uma posição estratégica que se define para cada uma das áreas, a dois níveis:

1º técnico político, interno, - acompanhamento técnico dos dossiers;

2º posição política, pública, por forma a envolver a participação programada dos parceiros sociais.— Forum agrícola 2000.

Ainda em relação a este plano estratégico, informou a Comissão que está a ser preparado, para ser apresentado, um documento mais vasto e completo.

Horta, 15 de Setembro de 1998.

O Relator: Francisco Xavier Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Manuel da Silva Azevedo.

VISITA AO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE

No âmbito das suas competências, a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais deslocou-se, nos dias 13 e 14 de Maio, ao Concelho da Ribeira Grande, a fim de realizar reuniões de trabalho com a Câmara Municipal, com a Direcção e Comando dos Bombeiros Voluntários e com algumas Cooperativas.

Destas reuniões elaboraram-se os respectivos relatórios que a seguir se apresentam.

CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE

No dia 13 de Maio de 1998, pelas 10 horas, a Comissão reuniu com o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, no Salão Nobre do Município. Na reunião, esteve presente um dos vereadores a tempo inteiro. Ao longo da reunião, o Senhor Presidente da Câmara descreveu os problemas mais preocupantes para o concelho e que a seguir são expostos:

LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

A Lei é bastante penalizadora para as autarquias dos Açores. O Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) era justo, mas agora, com a nova lei, cria obstáculos. As câmaras já apelaram à Comissão da Assembleia da República para que esta questão fosse debatida. Esta lei, na sua opinião, prejudica "a nossa pequenez, a insularidade e a dupla insularidade".

DÍVIDAS

As dívidas das Câmaras atingem 6,3 milhões de contos. Porém o Governo deveria sanear financeiramente as Câmaras, bem como apoiar os contratos bancários referentes a obras que não estejam completadas pelo PEDRA. A dívida do PEDRAA à Câmara atinge os 100 mil contos.

ESCOLA PROFISSIONAL DA RIBEIRA GRANDE

Tem funcionado apenas com cursos para formação de pescadores. No entanto foram feitas candidaturas para cursos de técnico de artes gráficas, técnico de gestão agrícola e técnico de animação geriátrica. Destas candidaturas, ainda não deram qualquer resposta, o que não permite começar com os cursos em Junho.

PROGRAMA "LUTA CONTRA A POBREZA"

A candidatura a este programa, que vem cobrir a zona nascente do Concelho, ainda não foi aprovada. Este facto é motivo de surpresa, já que o da Lagoa já foi aprovado.

Realçou o facto de que na parte nascente do concelho residem algumas bolsas de pobreza altamente preocupantes.

ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA MAIA

A construção da futura escola da Maia tem levantado alguns problemas no que respeita à área de implantação. No terreno, da propriedade da Região e que há muito estava destinado para edificação da escola, já se construiu um polivalente e, para o espaço circundante, há um loteamento aprovado. O Governo deveria adquirir os terrenos do loteamento e disponibilizar um espaço substituto para o polivalente.

Professores, população e Câmara acham que a escola deveria ser de maior dimensão porque já se anuncia que a escolaridade mínima vai para 12 anos. Perante o facto de o Governo pretender que a Câmara classifique a zona circundante de *non edificandi*, o Presidente da Câmara chama a atenção de que se trata de matéria do Governo e a Câmara não o deve substituir.

De qualquer forma o PDM está a ser corrigido em função das actuais intenções.

PDM

Está na fase de articulação com as orientações da Comissão de Acompanhamento, para depois ser apresentado ao Governo. Apoia o adiamento do prazo de entrega do PDM.

TEATRO DA RIBEIRA GRANDE

A reconstrução e ampliação do teatro está a avançar. A Câmara estava convencida que, mais cedo ou mais tarde, a candidatura da obra, no âmbito do PEDRAA, seria aprovada, no entanto ainda nada aconteceu. A informação dada à Câmara Municipal foi de que a candidatura seria considerada na medida do turismo. Se não houver solução para este caso, a Câmara terá que prescindir de algumas obras.

ESTRADA DA RIBEIRA GRANDE - PONTA DELGADA

Não deve ser apenas repavimentada, como pretende o Governo, mas terá de ser alargada para 4 faixas de rodagem. Naquela estrada, com trânsito intenso e perigoso,

tem ocorrido muitos acidentes. A crescente instalação de novas empresas vem naturalmente aumentar o tráfego na estrada, pelo que a reivindicação que se apresenta é de inteira justiça.

VARIANTE SUL À RIBEIRA GRANDE

Esta é uma obra que, a não ser feita, penaliza bastante o Parque Industrial da Ribeira Grande. É fundamental que a construção da 1ª fase da variante se inicie o mais depressa possível.

PROTECCÃO DA ORLA MARÍTIMA

A protecção da orla marítima é uma necessidade, nomeadamente a que diz respeito à cidade, onde se deseja a construção de uma ponte e de uma via alternativa. A Câmara Municipal está na intenção de avançar com este projecto, mas alguns sectores do Governo não são desta opinião.

CAMINHOS DE PENETRAÇÃO

O Governo prometeu investir 2 milhões de contos. Até agora apenas um caminho foi adjudicado. Porém, conhece-se que há outros projectos concluídos mas que não foram ainda adjudicados.

HABITACÃO

Estão a avançar com os programas de realojamento. Não concordam com a tipologia dos projectos para realojamento e prevê-se a sua alteração. É de opinião de que a responsabilidade dos apoios à habitação degradada deva ser estendida às Câmaras Municipais. Nesta matéria, o projecto de Decreto Legislativo Regional do P.S.D. é de ser apoiado, à falta da melhor. Não sabe se este diploma vai resolver o problema. É uma questão que não está fechada e que passará pela Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Julga que o Governo tem posto algumas barreiras a esta transferência de competências porque a maioria das Câmaras é do P.S.D..

PARQUE DESPORTIVO

Passou a designar-se por Parque Desportivo da Escola Secundária da Ribeira Grande e a sua construção é o culminar de uma luta de muitos anos. O Governo garantiu que, no Parque, seria construído um campo de futebol de onze. O PS local opõe-se a esta ideia e prefere a construção de um segundo Parque Desportivo, à responsabilidade da Câmara. Diz não entender esta posição, porque não faz sentido, numa região pobre como a nossa, haver duplicação de estruturas. Há condições de se fazer um parque desportivo completo e refere que é capaz de indicar os terrenos que para o efeito sejam necessários.

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

A Ribeira Grande é rica em termos de património construído. Refere a Igreja dos Frades e a do Senhor dos Passos, para as quais ainda não recebeu resposta favorável à sua conservação.

CULTURA

Protesta pelo facto da Ribeira Grande nunca ser contemplada pelos programas da DRAC, embora o Senhor Secretário da tutela prometa, todas as vezes, que vão ter esta situação em conta. Por exemplo, a música é um factor cultural muito importante na Ribeira Grande e, nos concertos de órgãos de tubos, da responsabilidade da DRAC, a Ribeira Grande não foi contemplada. Não tolera esta situação, já que a Ribeira Grande foi a primeira a restaurar o seu órgão de tubos.

RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO

Espera que tenha resultados importantes, embora reconheça que existem muitos casos que poderiam ser melhorados. Há necessidade de mais técnicos que conheçam e compreendam a nossa maneira de viver e acompanhem, mais de perto, os beneficiados. Seria importante, criar neles hábitos de trabalho e moralizar o sistema, já que a aplicação R.M.G. não dá o direito de exigir-lhes em troca que trabalhem.

PARQUE INDUSTRIAL

Tem havido esforço para reabilitar as suas estruturas de apoio, nomeadamente a rede de esgotos, condutas de água, rede de comunicações e edifício administrativo. A reabilitação do Parque passa pela qualidade do acesso ao centro da cidade e a Ponta Delgada.

PROTECCÃO CIVIL

A Comissão Local de Protecção Civil (CLPC) funciona muito bem e reúne periodicamente. É a única nos açores que comemora o Dia Mundial da Protecção Civil. Frequentemente fazem-se exercícios simulados e inesperados e já se convidou Nordeste a participar. Têm uma excelente articulação com os Bombeiros Voluntários e é no seu quartel que funciona a CLPC e a rede de comunicações da Protecção civil. Pela calamidade da Ribeira Quente, a 31 de Outubro, as estruturas da Protecção Civil, na Ribeira Grande, estiveram no exterior a trabalhar desde as 2 horas da manhã. Fizeram o serviço municipal e o governamental, mas o Governo parece não querer assumir a despesa que lhe cabe. Diz ter orgulho na Protecção Civil do concelho. Têm um PME aprovado, faltando apenas a homologação.

Horta, 15 de Setembro de 1998.

O Relator: Francisco Xavier Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Manuel da Silva Azevedo

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA RIBEIRA GRANDE

A Comissão, no dia 13 de Maio de 1998, pelas 15, 30 horas, reuniu com a direcção e comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

INSTALAÇÕES

- As actuais foram construídas em 1974 e posteriormente foram ampliadas.
- São bastante reduzidas e limitativas das actividades da corporação.

- A sua localização não permite um acesso fácil.
- Não têm refeitório.
- Possuem uma sala de operações que se responsabiliza pelo controlo, quer das comunicações, quer do acesso ao quartel, e uma sala de reuniões, onde ocorrem os trabalhos de coordenação da CLPC e, complementarmente, funciona como sala de aula.
- Para implantação do novo quartel, possuem já o terreno e um projecto que está em fase de aprovação na Câmara Municipal. Para tratamento desta questão têm a promessa de que seriam recebidos pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, mas passaram-se já 5 meses e não houve qualquer solicitação neste sentido.

RECURSOS

- A Corporação de Bombeiros é formada por 120 elementos, sendo 19 profissionais.
- Estão de piquete 24 horas e funcionam por turnos: nas secções da Ribeira Grande, estão 7 elementos durante o dia e 5 à noite e, na Lomba da Maia, 3 elementos.
- Quanto às viaturas, têm carência de um autotanque, que está já contemplado no Plano do Governo de 1998, e de uma viatura de desencarceramento para a 3ª Secção, na Lomba da Maia.
- Têm 3 ambulâncias para prestação de serviços de saúde, mas pela experiência recolhida é um número insuficiente para as solicitações a que são sujeitos. Chamam a atenção para o facto de que, em caso de catástrofe, as ambulâncias poderão ter dificuldade em actuar, pelo que consideram que ficariam melhor apetrechados com ambulâncias do tipo "todo o terreno".

ACTIVIDADES

- A corporação de Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande tem participado, desde há alguns anos, no Concurso Nacional de Manobras. Tem sido a única associação de bombeiros dos Açores que tem revelado interesse em participar

nesse concurso. As suas classificações, a nível nacional, posicionam-se, normalmente, no 1º ou 2º lugar. No entanto, com este Governo Regional, não tem havido o apoio necessário à participação, como havia antes. Têm dado apenas 1000 contos, em 1997 e 1998, ficando a parte restante a cargo da Associação. Em relação a esta questão, apresentaram o seu protesto referindo que às equipas de futebol são dados apoios avantajados, enquanto que para um grupo de voluntários o apoio é manifestamente reduzido.

ORCAMENTO

— As fontes de receitas são as que resultam das contribuições dos sócios, da Câmara Municipal da Ribeira Grande e da Inspeção Regional de Bombeiros, e ainda dos proveitos obtidos nos serviços prestados, no aluguer da bomba de combustível e na exploração da estação de serviço e do bar.

CLPC

— Funciona no quartel dos bombeiros e, na opinião da direcção e comando, ela actua de forma exemplar.

Horta, 15 de Setembro de 1998.

O Relator: Francisco Xavier Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Manuel da Silva Azevedo

FRUTAÇOR

A Comissão, no dia 13 de Maio de 1998, pelas 15 horas, reuniu com a Cooperativa Frutaçor, nas instalações dos Serviços de Desenvolvimento Agrário, antigo Posto Agrícola da Ribeira Grande.

— A cooperativa foi criada, em Outubro de 1994, por 11 sócios.

— Comercializa o maracujá, em fruto fresco e em polpa congelada, e o mercado não se limita aos Açores, estendendo-se à Madeira e Continente.

- A partir de 1995, decidiram diversificar as culturas. A cultura da banana foi a contemplada, pelo que se associaram 40 produtores de banana, quase todos oriundos de Vila Franca.
- A comercialização da banana tem sido feita, até ao momento, pelos próprios produtores. A cooperativa apenas tem servido como veículo para a certificação. Porém, até fins de 1998 e com o armazém a funcionar, será a própria cooperativa que irá receber, tratar e comercializar a banana. No entanto, ela não tem sido muito abundante no mercado devido aos temporais de 96/97.
- Em 1998, lançaram-se na produção de compota de capucho e de batata doce e, para breve, produzirão a de nêspera, de figo, de amora e de anona. A produção e comercialização da compota rendeu 500 contos.
- No sector da agricultura biológica, a cooperativa está certificada e dá assistência técnica aos produtores, mesmo aqueles que não são associados.
- Têm já desenvolvido experiências no domínio da agricultura, biológica e, nesta matéria, têm sido reivindicativos junto do Governo, no que respeita à aplicação nos Açores dos regulamentos comunitários.
- Numa fase de transição, o Governo prometeu que iria publicar uma portaria que substituiria a regulamentação comunitária. Contudo, lamentaram que se esta portaria funcionar como as outras, acabarão, certamente, por receber os apoios muito tarde.
- O sector da comercialização ficou nitidamente melhorado a partir do momento que a cooperativa passou a ter um contrato de fornecimento com o Modelo e a explorar uma pequena banca no Mercado da Graça.
- Em relação à hipótese da fusão da Frutaçor com a Citromais, referiram que, até agora, houve apenas um acordo de princípios, no sentido de promover o escoamento das laranjas produzidas pelos sócios da Citromais.
- Tal tarefa não tem sido fácil à Frutaçor, porque a laranja produzida na ilha não é competitiva com a que vem do exterior, por motivos que se prendem com a sua aparência que é, nitidamente, de baixa qualidade.
- No que respeita às prometidas ajudas aos fruticultores pelos prejuízos causados pelos temporais, referiram que foram feitas inscrições e avaliações, mas que

quanto a pagamentos ainda não ocorreu nenhum, o que lhes tem causado alguma surpresa por se encontrarem já em meados de 1998. A título de exemplo, a produção de maracujá diminuiu cerca de 30 toneladas, apenas em 1997.

— Consideram ser importante:

- * Haver a regulamentação do seguro agrícola;
- * Instituir apoios para a manutenção das sebes vivas;
- * Diversificar as culturas;
- * Assumir uma estratégia que os proteja dos grandes grupos económicos;
- * Inovar e criar medidas adequadas à manutenção e promoção dos pomares, numa perspectiva económica e ambiental (em relação a esta última questão, referem que o subsídio atribuído à banana, na Madeira, foi baseado na vertente paisagística).

Horta, 15 de Setembro de 1998.

O Relator: Francisco Xavier Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Manuel da Silva Azevedo

COOPERATIVA CITROMAIS

A Comissão, no dia 14 de Maio de 1998, pelas 16:30 horas, reuniu com a direcção da Cooperativa Citromais, na Junta de Freguesia de Rabo de Peixe.

- A Cooperativa Citromais foi recentemente constituída e reúne 70 cooperantes.
- Dedicar-se, fundamentalmente, à produção e comercialização de laranjas.
- Pretendem construir uma sede e apetrechar a cooperativa com recursos administrativos.
- Têm obtido alguns apoios junto da Direcção de Desenvolvimento Agrário, designadamente, o financiamento da:
- Aquisição de um terreno para a futura construção da sede;

- Deslocação de alguns sócios ao Algarve, com o fim de tomarem conhecimento do que se passa no sector produtivo dos citrinos naquela região.
- A grande dificuldade da cooperativa prende-se com a comercialização da laranja
- Não tem capacidade de comercialização para o nível de produção dos cooperantes.
- A implantação das grandes superfícies comerciais veio alterar as regras de comercialização.
- O abastecimento das grandes superfícies comerciais depende de condições estruturais, nomeadamente, da existência da rede de frio, de um armazém, da rede de distribuição, etc.
- No âmbito do projecto "Sementes de Mudança", há a hipótese da constituição de uma cooperativa de reinserção de mulheres e que se dedicaria à produção de compota de laranja.
- Na opinião do Presidente da Cooperativa, há que unir os fruticultores para pressionarem o Governo a apoiar a reconversão dos pomares, por forma a garantir a continuidade da produção local da laranja.
- Há um projecto de fusão com a Cooperativa Frutaçor. Assim, dela, a Citromais beneficiaria da rede de distribuição e, em troca, partilharia a sede que irá construir.
- A fusão das duas cooperativas aumentaria o poder negocial e reivindicativo.
- O processo da fusão não tem sido fácil, por não haver da parte da Frutaçor uma posição facilitadora.
- Os dirigentes da Citromais tencionam propor a constituição de um Centro de Citricultura, com o fim de promover o desenvolvimento do sector e de apoiar tecnicamente a produção.

Horta, 15 de Setembro de 1998.

O Relator: Francisco Xavier Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Manuel da Silva Azevedo

COOPERATIVA AGRÍCOLA DA RIBEIRA GRANDE

A Comissão reuniu com a direcção da Cooperativa Agrícola da Ribeira Grande, no dia 14 de Maio de 1998, pelas 12:30 horas, na Casa da Cultura da Ribeira Grande.

Da reunião destacam-se as seguintes informações:

- É uma cooperativa associada à Unileite;
- É uma cooperativa dispersa, com 52 produtores de leite, e destina-se apenas à viabilização do pagamento do leite que é fornecido à Unileite;
- Não tem sede e encontra-se inactiva. Funcionou apenas como intermediária entre a Unileite e os lavradores, no que respeita ao pagamento do leite fornecido pelos sócios;
- Das importâncias recebidas da Unileite, são descontadas as despesas referentes aos fornecimentos de adubos e rações, cujos lucros ficam retidos por aquela empresa;
- Está em vias de se associar à Cooperativa da Maia e de construir nessa freguesia um armazém;
- A cooperativa tem mais de 30 anos e os sócios não pagam jóias;
- A direcção da cooperativa deseja que se consiga apoios financeiros, facilidades para a aquisição de uma sede, maior número de cooperantes e a construção e beneficiação dos caminhos de penetração no concelho, designadamente o que liga a Lagoa de S. Brás à freguesia mais próxima.

Horta, 15 de Setembro de 1998.

O Relator: Francisco Xavier Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Manuel da Silva Azevedo

COOPERATIVA UNIÃO AGRÍCOLA

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais reuniu com a Direcção da Cooperativa União Agrícola, no dia 14 de Maio de 1998, nas instalações da

Associação Agrícola de S. Miguel, no Campo de Santana. O presidente da Direcção fez a caracterização da cooperativa, a saber:

- A Cooperativa nasceu, no ano de 1992, da necessidade que se sentiu em descer os custos de produção dos agricultores, nomeadamente, na comercialização directa, aos agricultores, de fertilizantes, rações, medicamentos, sementes, ferramentas e utensílios. Mais tarde avançaram na comercialização de tractores e ordenhas mecânicas;
- Em termos de funcionamento, os corpos gerentes da cooperativa são os mesmos da Associação;
- Uma das vertentes em que a cooperativa apostou logo de início foi na formação dos próprios directores e dos empregados que prestam o apoio informativo aos agricultores, principalmente na legislação dos apoios financeiros e técnicos regionais e comunitários;
- Outras das tarefas, talvez a mais difícil, foi junto dos cooperantes, desenvolver o espírito cooperativo, com todas as vantagens que daí podem resultar;
- A Direcção da Cooperativa foi-se apercebendo dos valores dispendidos na área das rações o que levou à decisão da instalação de uma fábrica, baixando os custos do produto final. A aposta é um sucesso o que é fácil comprovar pelos valores envolvidos:

Produção 1997 — 57 mil toneladas

2,9 milhões de contos

Previsão para 1998 — atingirá as 70 mil toneladas e os 3 milhões de contos;

- A Cooperativa União Agrícola, em função do volume de negócios foi classificada em 33º lugar, a nível nacional, mas se se retirar o sector dos lacticínios, para efeitos de ponderação dessa classificação, a cooperativa passa a ocupar o 7º/8º lugar;
- No que respeita à articulação da Cooperativa com as regras competitivas do mercado, referem que se sentem discriminados ao nível dos apoios financeiros,

pelo facto dos privados, ao contrário das cooperativas, usufruirm de apoios técnicos e financeiros. As cooperativas não beneficiam de legislação que classifique os apoios instituídos ou a instituir. Nesta ordem de ideias, ainda fez notar que o Conselho Regional de Incentivos, tal como o Conselho Regional de Concertação Social, não tem representação das cooperativas. Realçou ainda a ideia de que o principal papel da cooperativa é a distribuição da riqueza.

Horta, 15 de Setembro de 1998.

O Relator. Francisco Xavier Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Manuel da Silva Azevedo

RECOMENDAÇÕES

Após a análise dos relatórios das audições, a Comissão entendeu recomendar ao Governo Regional dos Açores o seguinte:

CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE

- A alteração da Lei das Finanças Locais, por forma a não penalizar os pequenos municípios;
- A resolução das dívidas do Governo em relação às Câmaras;
- A aprovação da candidatura "Luta contra a pobreza";
- A aquisição de mais terrenos envolventes à zona onde se pretende construir a Escola Básica Integrada da Maia, para salvaguardar a sua futura ampliação;
- Que a obra da construção e ampliação do Teatro Ribeiragrandense seja contemplada com os fundos do PEDRAA;
- Que a via rápida Ribeira Grande - Ponta Delgada seja, na próxima beneficiação a que irá ser sujeita, contemplada com 4 faixas de circulação;
- Protecção da orla marítima;
- Adjudicação da construção dos caminhos de penetração;
- Que se estenda às Câmaras a responsabilidade de apoiar a habitação degradada;

- Que o Parque Desportivo da Escola Secundária da Ribeira Grande seja completo e com um campo de onze;
- Apoio na beneficiação do património arquitectónico e na integração da Ribeira Grande nas programações culturais da DRAC;

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA RIBEIRA GRANDE

- Construção do novo quartel e concretização da disponibilidade do Senhor Secretário da Habitação e Equipamentos, em receber a direcção e comando da Associação;
- Melhor apetrechamento em viaturas de socorro, tais como:
 - *Uma viatura de desencarceramento;
 - *Maior número de ambulâncias e que sejam do tipo "todo o terreno";
 - *Um autotanque;
- Comparticipação a 100% das despesas inerentes à participação da Corporação de Bombeiros no Concurso Nacional de Manobras;

COOPERATIVAS

- Apoio à reconversão dos pomares;
- Evitar a lentidão dos apoios, nomeadamente, os referentes às calamidades;
- Regulamentação do Seguro Agrícola;
- Apoios para a manutenção das sebes vivas;
- Outros apoios financeiros;
- Construção de caminhos de penetração no Concelho.

Horta, 15 de Setembro de 1998.

O Relator: Francisco Xavier Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Manuel da Silva Azevedo

Presidente: Está aberto o período para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo pedidos de esclarecimento vamos passar à leitura do relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais nos termos do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Setembro de 1998

CAPÍTULO I

Introdução

1. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais é constituída pelos seguintes Deputados:

a) Do Partido Socialista (PS)

- Francisco Sousa
- João Santos
- Maria de Fátima Sousa
- Maria Fernanda Mendes
- Vasco Cordeiro

b) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Ana Carolina da Silva
- António Meneses
- Aurélio da Fonseca
- Mark Marques

- Sidónio Bettencourt

c) Do Partido Popular (CDS/PP)

- João Greves
- Nuno Almeida e Sousa

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo Valadão

2. A Mesa da Comissão tem a seguinte composição:

Presidente — Maria Fernanda Mendes (PS)

Relatora — Maria de Fátima Sousa (PS)

Secretário — Aurélio da Fonseca (PSD)

CAPÍTULO II

Reuniões efectuadas

1. A Subcomissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais reuniu no dia 23 de Junho de 1998, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada.

2. No dia 2 de Julho de 1998 a Subcomissão reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo.

3. A Subcomissão de Juventude e Assuntos Sociais reuniu no dia 12 de Agosto de 1998, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada.

4. No dia 24 de Agosto de 1998, a Subcomissão reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada.

5. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais reuniu nos dias 7, 8, 9 e 22 de Setembro de 1998 na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

6. A Comissão voltou a reunir nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1998 na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Ponta Delgada.

7. Na reunião do dia 23 de Junho 1998 estiveram presentes os Deputados que compõem a Subcomissão de Juventude e Assuntos Sociais, com excepção dos Deputados Maria de Fátima Sousa e Maria Fernanda Mendes (PS), Aurélio da Fonseca (PSD), que se fizeram substituir pelos Deputados João Carlos Macedo e Francisco Sousa (PS), e

Sidónio Bettencourt (PSD), respectivamente.

O Deputado Paulo Valadão (PCP) faltou justificadamente.

8. Na reunião do dia 2 de Julho de 1998 estiveram presentes os Deputados que constituem a Subcomissão, com excepção dos Deputados Maria de Fátima Sousa e Maria Fernanda Mendes (PS) que se fizeram substituir pelos Deputados João Santos e Francisco Sousa (PS). O Deputado Nuno Almeida e Sousa (CDS/PP) faltou justificadamente.

9. Na reunião do dia 12 de Agosto de 1998, estiveram presentes os Deputados que compõem a Subcomissão, com excepção dos Deputados Ana Carolina Silva e Aurélio da Fonseca (PSD), que se fizeram substituir pelos Deputados António Almeida e Humberto Melo (PSD) respectivamente.

Os Deputados Nuno Almeida e Sousa (CDS/PP) e Paulo Valadão (PCP) faltaram justificadamente.

10. Na reunião do dia 24 de Agosto estiveram presentes os Deputados que constituem a Subcomissão, com excepção do Deputado Aurélio da Fonseca (PSD), que se fez substituir pelo Deputado Manuel Azevedo (PSD).

Os Deputados Paulo Valadão (PCP) e Nuno Almeida e Sousa (CDS/PP) faltaram justificadamente.

11. Na reunião do dia 7 de Setembro de 1998 estiveram presentes os Deputados que constituem a Comissão com excepção dos Deputados António Meneses, Aurélio da Fonseca (PSD) Nuno Almeida e Sousa (CDS/PP) e Paulo Valadão (PCP) que faltaram justificadamente.

12. Nos dias 8 e 9 de Setembro de 1998 estiveram presentes os Deputados que compõem a Comissão com excepção do Deputado João Greves (CDS/PP) que se fez substituir pelo Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP).

13. Na reunião do dia 14 de Setembro de 1998 estiveram presentes os Deputados que constituem a Comissão com excepção dos Deputados João Santos (PS) que se fez substituir pelo Deputado Carlos Fraga (PS).

Os Deputados António Meneses (PSD), Nuno Almeida e Sousa (CDS/PP) e Paulo Valadão (PCP) faltaram justificadamente.

14. Nas reuniões dos dias 15 e 16 de Setembro de 1998 estiveram presentes os Deputados que compõem a Comissão com excepção dos Deputados Nuno Almeida e Sousa (CDS/PP) e Paulo Valadão (PCP) que faltaram justificadamente.

15. Na reunião do dia 22 de Setembro de 1998 estiveram presentes todos os Deputados que constituem a Comissão.

CAPÍTULO III

Trabalhos realizados

1. A Subcomissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais na reunião do dia 23 de Junho de 1998, apreciou e emitiu parecer sobre o seguinte Projecto de diploma:

— Projecto de Decreto-Lei n.º 528/VII que "Cria as Bases do Sistema Nacional de Segurança Social".

2. Na reunião do dia 2 de Julho de 1998 a Subcomissão analisou e emitiu parecer sobre o seguinte Projecto de Decreto-Lei:

— Projecto de Decreto-Lei que "Aprova a Lei Orgânica da Comissão Nacional da Unesco".

3. A Subcomissão na reunião do dia 12 de Agosto de 1998 apreciou e emitiu parecer sobre o seguinte Projecto de diploma:

— Projecto de Decreto-Lei que "fixa o regime de acesso e ingresso no Ensino Superior".

4. Na reunião do dia 24 de Agosto de 1998 a Subcomissão analisou e emitiu parecer sobre o seguinte Projecto de Decreto-Lei:

— Projecto de Decreto-Lei que "estabelece o regime jurídico da concessão de habitação própria".

5. A Comissão nas reuniões dos dias 7, 8 e 9 de Setembro de 1998 analisou e emitiu parecer sobre os seguintes diplomas:

- Projecto de Decreto-Lei que "estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres, bem como de alguns desses actos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda, da mudança de localização de um cemitério";
- Projecto de Decreto-Lei que "cria um regime excepcional de contratação pública para realização de contratos de obras públicas e de contratos de fornecimentos, aquisição e locação de bens e serviços, para os trabalhos de reparação, reconstrução e edificação, e outros decorrentes da crise sísmica de 9 de Julho de 1998, ocorrida na Região Autónoma dos Açores";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional que "estabelece os apoios a conceder aos sinistrados do sismo de 9 de Julho de 1998 com vista a promover a reconstrução das habitações afectadas, através de adopção de medidas excepcionais de carácter financeiro".

6. Nas reuniões dos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1998 a Comissão:

6.1. Analisou e emitiu parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "torna extensível ao pessoal médico das Instituições de Segurança Social

o regime em vigor para as carreiras médicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março";

6.2. Decidiu solicitar à Comissão Permanente de Política Geral e Assuntos Internacionais, que no âmbito das suas competências, se pronuncie sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional — "Recuperação de Habitação Degradada", que na Sessão Legislativa de Junho de 1998 foi deliberado que o referido diploma baixaria novamente à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para reformulação de parecer;

6.3. Analisados os pareceres anteriormente solicitados às Associações de Juventude e Conselho Consultivo Regional de Juventude, foi emitido parecer sobre o seguinte Projecto de diploma:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional que "reformula o Conselho Consultivo Regional de Juventude".

6.4. Foram analisados os pareceres anteriormente solicitados aos Serviços de Saúde da Região e efectuada audição ao Senhor Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para melhor fundamentação do parecer que também foi emitido ao:

— Projecto de Decreto Legislativo Regional "Planeamento Familiar".

6.5. A Comissão também analisou os pareceres solicitados aos Sindicatos do Pessoal Docente e procedeu a audição do Senhor Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais para melhor fundamentação do parecer que foi emitido à:

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/98 — "Aplicação à Região Autónoma dos Açores do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário".

6.6. Foram ainda apreciados os seguintes Diplomas:

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/98 - "Reformulação do Decreto Legislativo Regional n.º 22/94/A, de 26 de Julho — Sistema de Apoios ao Associativismo Desportivo".

— Projecto de Decreto Legislativo Regional — "Apoio às actividades físicas e desportivas".

— Projecto de Decreto Legislativo Regional - "Apoio ao desporto profissional".

Em relação à Proposta, foi deliberado que seria analisado em simultâneo com os dois últimos Projectos do PSD recentemente entrados na Comissão.

No que se refere aos dois últimos projectos foi decidido solicitar parecer às Associações Desportivas Regionais, que haviam sido ouvidas sobre a Proposta.

7. Na reunião do dia 22 de Setembro a Comissão Permanente apreciou e aprovou o presente relatório, elaborado ao abrigo do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

CAPÍTULO IV

Trabalhos pendentes

Na Comissão encontram-se pendentes os seguintes documentos:

— Resolução para a "Elaboração de um estudo sobre a situação das mulheres açorianas";

- Projecto de Decreto Legislativo Regional — "Recuperação de habitação degradada";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/98 — "Reformulação do Decreto Legislativo Regional n.º 22/94/A, de 26 de Julho — "Sistema de Apoios ao Associativismo Desportivo"..
- Projecto de Decreto Legislativo Regional — "Apoio ao desporto profissional";
- Projecto de Decreto Legislativo Regional — "Apoio às actividades físicas e desportivas".

Horta, 22 de Setembro de 1998.

A Relatora: Maria de Fátima Sousa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente: Maria Fernanda Mendes

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimento vamos passar à leitura do relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano a que se refere o Artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Setembro de 1998.

Capítulo I

Generalidades

1. Constituição da Comissão

A Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano é constituída pelos seguintes deputados:

a) Partido Socialista (PS)

Augusto Elavai

Élio Valadão

Francisco Oliveira

João Forjaz Sampaio

Luís Resendes

Manuel Serpa

b) Partido Social democrata (PSD)

António Almeida

Berta Cabral

Duarte Freitas

Eugénio Leal

José Manuel Bolieiro

Manuel Brasil

c) Partido Popular (PP)

Alvarino Pinheiro

2. Mesa da Comissão

A mesa da Comissão de Economia, Finanças e Plano é constituída pelos seguintes deputados:

Presidente - Augusto Elavai (PS)

Relator - Élio Valadão (PS)

Secretário - Duarte Freitas (PSD)

Capítulo II

Reuniões Efectuadas

A Comissão reuniu no dia 8 de Setembro, pelas 10.00 horas, na sede da Assembleia Legislativa Regional, na cidade da Horta. Os deputados Francisco Xavier e João Greves substituíram respectivamente Berta Cabral e Alvarino Pinheiro. Faltaram justificadamente os deputados Duarte Freitas e Eugénio Leal.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano voltou a reunir no dia 15 de Setembro de 1998, na Delegação da Assembleia, em Ponta Delgada. O Deputado Nuno Almeida e Sousa substituiu o Deputado Alvarino Pinheiro. Faltaram justificadamente os Deputados Francisco Oliveira, Manuel Serpa, Duarte Freitas e Berta Cabral.

Capítulo III

Trabalhos Realizados

Na reunião do dia 8 de Setembro, a Comissão apreciou e emitiu parecer, por solicitação do Governo da República, sobre os seguintes projectos:

— Projecto de Decreto-Lei que estabelece as condições sanitárias aplicáveis à produção e à colocação no mercado de produtos à base de carne e de outros produtos de origem animal destinados, após tratamento, ao consumo humano ou à preparação de outros géneros alimentícios e revoga o D.L. n.º 354/90, de 10 NOV., a Portaria n.º 1229/93, de 27 NOV., a Portaria n.º 58/95, de 25 JAN. e a Portaria n.º 684/95, de 28 JUN..

— Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 95/71/CE, do Conselho, de 22 DEZ., que fixa as normas sanitárias relativas à produção e colocação no mercado dos produtos da pesca destinados ao consumo humano e que revoga os D.L.s n.ºs 285/94, de 11 NOV. e 124/95, de 31 MAI. e a Portaria n.º 553/95, de 08 JUN. bem como os n.ºs 5 e 6 do artigo 25.º do Regulamento do Exercício da Actividade da Indústria Transformadora da Pesca em Terra (RAIP), aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 61/91 de 27 de Novembro.

Além disso, a Comissão analisou e emitiu parecer sobre a Ante-proposta de Lei que prorroga os prazos de pagamento de quaisquer taxas e impostos a efectuar nas

Tesourarias da Fazenda Pública das Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, em virtude dos transtornos e impedimentos provocados pelo sismo do dia 9 de Junho, que atingiu estas ilhas, prejudicando o cumprimento de algumas obrigações fiscais. Este diploma foi aprovado no plenário extraordinário realizado a 9 de Setembro.

Ainda nesta reunião a Comissão decidiu solicitar pareceres aos parceiros sociais relativamente a alguns dos diplomas entretanto chegados à Comissão.

Na reunião do dia 15 de Setembro, a Comissão apreciou e emitiu parecer, por solicitação do Governo da República, sobre o Projecto de Decreto-Lei que estabelece a taxa aplicável ao álcool etílico, a isenção do álcool destinado a fins terapêuticas e sanitários desde que desnaturado e o regime fiscal aplicável às pequenas cervejeiras. Analisou e emitiu parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 11/98 - Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei N° 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei N° 218/94, de 20 de Agosto, que Regula a Elaboração e Aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).

Nesta reunião procedeu-se também à Audição do Senhor Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento relativamente ao financiamento do projecto do aterro sanitário da Ilha de São Miguel, cujo relatório se anexa.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano ainda no âmbito das audições dos órgãos de Governo Próprio da Região, depois de analisar e apreciar, emitiu parecer sobre os seguintes diplomas:

— Projecto de Decreto-Lei que altera o n° 3 e adita os nos 4, 5, 6 e 7 ao artigo 5° do Decreto-Lei n° 92/96, de 12 de Julho, que regula o controlo de capturas, as descargas e transbordos por embarcações que arvoreem bandeira de país terceiro.

— Projecto de Decreto-Lei que, aprova o regime de reconhecimento dos agrupamentos e organizações de produtores no sector das frutas e dos produtos hortícolas.

— Projecto de Decreto-Lei que, estabelece os princípios gerais de segurança relativos aos ascensores e respectivos componentes, transpondo para o direito interno a Directiva 95/16/CE, de 29 de Junho de 1995.

— Projecto de Decreto-Regulamentar que regula a declaração de interesse para o turismo.

- Projecto de Decreto-Lei que altera os artigos 1.º, 3.º, 4.º e n.º 1 do 8.º do Decreto-Lei n.º 112/95, de 25 de Maio, e revoga a Portaria n.º 552/95, de 8 de Junho — normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado de Moluscos Bivalves vivos.
- Projecto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 191/97, de 29 de Junho — estabelece as medidas comunitárias mínimas de controlo de certas doenças dos Moluscos Bivalves.
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime do licenciamento da instalação e ampliação de depósitos de sucata. Revoga o Decreto-Lei n.º 117/94, de 3 de Maio.
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece as normas relativas à protecção dos animais durante o transporte e revoga o Decreto-Lei n.º 153/94, de 28 de Maio e a Portaria n.º 160/95, de 27 de Fevereiro.
- Projecto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro (Código das Sociedades Comerciais) o artigo 406.º do Decreto-Lei n.º 142- A/91, de 10 de Abril (Código do Mercado de Valores Mobiliários) e estabelece outras regras fundamentais, relativamente ao processo de transição para o EURO.
- Projecto de Decreto-Lei que reformula o sistema nacional de facilitação e segurança da aviação civil, designadamente a Comissão Nacional FAL/SEC e revoga o Decreto- Lei n.º 134/95, de 9 de Junho.
- Projecto de Decreto-Lei que cria e regulamenta o sistema de monitorização contínua de embarcações de pesca, via satélite, para efeitos de vigilância e controlo do exercício da actividade da pesca.
- Projecto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 278/87, de 7 de Julho sobre contra-ordenações em matéria de pescas e culturas marinhas.
- Projecto de Decreto-Lei que estabelece normas para o licenciamento dos pequenas estabelecimentos industriais de venda directa do sector agro-alimentar.

Capítulo IV

Trabalhos Pendentes

Encontram-se na Comissão, a aguardar os pareceres dos parceiros sociais, os seguintes diplomas:

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/98 - Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei n.º 167/97 (Empreendimentos Turísticos).

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/98 - Licenciamento comercial.

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/98 - Observação de cetáceos.

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/98 - Princípios orientações a observar na gestão dos recursos hídricos e na utilização do domínio hídrico na Região Autónoma dos Açores.

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/98 - Aplicação à Região Autónoma dos Açores do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei N.º 19/93, de 23 de Janeiro (Rede Nacional de Áreas Protegidas).

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/98 - Regime de planeamento e gestão dos recursos hídricos na Região Autónoma dos Açores.

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/98 - Reserva Ecológica Regional (RER).

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/98 - Princípios e Normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens na Região Autónoma dos Açores.

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/98 - Regime dos planos especiais de ordenamento do território na Região Autónoma dos Açores.

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 17/98 - Regime jurídico da utilização do domínio hídrico na Região Autónoma dos Açores.

— Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/98 - Regime da extracção de areia no mar dos Açores.

— Projecto de Decreto Legislativo Regional - Programa específico de financiamento à aquisição de terras (PROTERRA).

— Projecto de Decreto Legislativo Regional - Bonificação de juros à aquisição de terras por rendeiros (SICAR II).

Também se encontra na Comissão a Proposta de Resolução 17/97 - Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 1996, que aguarda parecer da Secção Regional do

Tribunal de Contas e o Projecto de Decreto Legislativo Regional — Alteração ao Decreto Regional n.º 11/77/A, de 20 de Maio, alterado pelo Decreto Regional n.º 1/82/A, de 28 de Janeiro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/88/A, de 11 de Abril (Arrendamento Rural nos Açores), cujo prazo para emissão de parecer foi prorrogado por solicitação do proponente.

Angra do Heroísmo, 17 de Setembro de 1998

O Relator, Élio Valadão

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Augusto Elavai.

Relatório da audição do Senhor Secretário Regional para as Finanças e Planeamento relativamente ao financiamento do Projecto do Aterro Sanitário da Ilha de São Miguel.

No dia 15 de Setembro, pelas 10 horas, na Delegação da Assembleia em Ponta Delgada, a Comissão de Economia, Finanças e Plano, ao abrigo Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, procedeu à audição do Senhor Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento na sequência da solicitação de esclarecimentos requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD, relativamente ao financiamento do Projecto do Aterro Sanitário da Ilha de São Miguel.

Estiveram presentes nesta Audição os Deputados do Partido Socialista, Augusto Elavai (Presidente da Comissão), Élio Valadão (Relator), Luís Resendes e João Forjaz Sampaio; do Partido Social Democrata, José Manuel Bolieiro, António Almeida, Eugénio Leal e Manuel Brasil; e do Partido Popular o Deputado Nuno Almeida e Sousa que substituiu o Deputado Alvarino Pinheiro. Faltaram justificadamente os Deputados Francisco Oliveira, Manuel Serpa, Duarte Freitas (Secretário) e Berta Cabral.

A audição iniciou-se com uma intervenção do Senhor Secretário, o qual afirmou ser este processo do Aterro Sanitário de São Miguel, um processo já muito antigo que remonta a 1988.

Informou, que depois da tomada de posse deste Governo, logo no seu primeiro mês de mandato a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM), reclamou junto do Governo sobre o andamento do projecto do Aterro Sanitário da Ilha.

Em 27 de Dezembro de 1996, a Direcção Regional de Estudos e Planeamento apresentou a **hipótese de os projectos dos aterros sanitários das Ilhas do Pico, Terceira e São Miguel constituírem uma candidatura conjunta ao Fundo de Coesão.**

Durante o ano de 1997 o Governo solicitou diversos elementos aos municípios das referidas ilhas, visto as candidaturas a esse fundo serem de um grau de exigência superior em termos técnicos e processuais, relativamente a outros fundos.

O Senhor Secretário informou ainda, que o Fundo de Coesão tem características específicas, nomeadamente, a exigência de um montante mínimo de candidatura de 2 milhões de contos e a partilha de responsabilidades na Unidade de Gestão, entre a Comissão Europeia e as Autoridades Nacionais.

A Direcção Regional de Ambiente apresentou então a candidatura, que deu entrada na Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, em Bruxelas, a 06 de Fevereiro de 1998.

Após a apresentação da candidatura esta encontrava-se em lista de espera aguardando a reprogramação financeira do fundo, dada a sua situação de "overbooking". Contudo, conseguiu-se que este projecto passasse a prioridade máxima para a Unidade de Gestão do Fundo de Coesão.

Mais informou o Senhor Secretário que existem fundadas esperanças de que a candidatura seja aprovada neste Q. C. A., no segundo semestre de 1999.

Dada a urgência e o imperativo legal e ambiental da construção dos aterros sanitários nas Ilhas de Terceira, Pico e especialmente de São Miguel, o Senhor Secretário Regional, hierarquizou as prioridades para a solução definitiva deste caso:

- 1 - Fundo de Coesão;
- 2 - Integração noutros fundos comunitários;

3 - Encontrar o adequado enquadramento legal para o financiamento dos 85%, que seriam garantidos pelos fundos comunitários.

Em todos estes casos serão bonificados em 70% os juros do empréstimo para cobrir os 15% que cabem às Câmaras Municipais.

Mais referiu o Senhor Secretário que a AMISM concordou com esta solução quando lhe foi dado conhecimento.

O Senhor Secretário, em face das questões **levantadas pelos Deputados** da Comissão, reafirmou que estão garantidos os 85% do financiamento, a realizar com os devidos e adequados enquadramentos legais, caso a candidatura não seja aprovada pelos fundos comunitários, dado ser este um assunto de qualidade de vida que urge ser resolvido rapidamente. Além disso, o Governo elaborará documento a remeter ao Tribunal de Contas e à AMISM, com vista às Câmaras poderem incluir os montantes nos seus orçamentos e terem o respectivo visto do Tribunal de Contas.

Mais informou o Senhor Secretário, face às questões levantadas pelos senhores deputados, que em relação ao financiamento dos outros aterros sanitários da Região, na perspectiva do Governo, tratam-se de processos encerrados.

O Senhor Secretário referiu por último, ser este um processo da responsabilidade das Câmaras Municipais que conta com um forte empenho do Governo Regional e que as autarquias são aliados imprescindíveis no processo de desenvolvimento dos Açores.

Ponta Delgada, 15 de Setembro de 1998

O Relator, Élio Valadão.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade

O Presidente, Augusto Elavai.

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimentos, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que, por acordo entre os Grupos e a Representação Parlamentar, passará a ser o ponto n.º 3 da nossa ordem de trabalhos, ou seja, o **Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Planeamento Familiar"**.

Está aberta a discussão, na generalidade, sobre este Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Para uma primeira intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No âmbito do debate na generalidade do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre Planeamento Familiar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e aprovado por unanimidade em sede de Comissão com a inclusão de um único artigo, também este consensual, gostaria de desenvolver algumas considerações, acerca do seu conteúdo, que entendo como importantes para nos situarmos no aqui e agora, na viragem de milénio, no que se refere a essa matéria.

Entretanto, e à laia de introdução, gostaria de lembrar alguns números muito recentemente divulgados na Comunicação Social tais como os contidos no Relatório das Nações Unidas sobre a situação da População Mundial, onde Portugal é referido como um país com uma das maiores taxas de mães adolescentes da Europa (22/1000), e os resultados de estudos preliminares de um inquérito muito importante, efectuado ainda este ano, sobre a "Fecundidade e Família", onde foram incluídos residentes nas ilhas e no Continente, em que — e gostaria de salientar estes números porque são muito importantes — apesar do aumento da utilização de métodos contraceptivos a prevalência ao recurso da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) é tão importante nas mulheres com mais de 35 anos como nas mais jovens. No entanto é nas mulheres com mais de 35 anos que essa interrupção aparece em grau mais elevado.

Segundo a coordenadora desse estudo, 70 em cada 100 mulheres com mais de 45 anos que engravidaram, declararam ter recorrido à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG).

Postas estas questões, passo à leitura das reflexões que entendo como pertinentes na discussão deste Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No primeiro semestre deste ano a cena socio-política, tanto nacional como regional, foi por mais de uma vez marcada pelo debate aceso sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Nunca antes desse período, o Planeamento Familiar tinha sido objecto duma sincronia de opiniões quanto à necessidade da sua total implementação como o foi naquele contexto, independentemente do valor que lhe era conferido por este ou aquele grupo de opinião, enquanto medida suficiente, ou não, para a resolução dos problemas relacionados com as interrupções voluntárias da gravidez clandestinas.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao apresentar a esta Assembleia legislação sobre a referida matéria está, no estrito cumprimento do que entende ser seu dever enquanto deputados desta Casa, a dar corpo aos anseios desses grupos de opinião da sociedade açoriana.

Por estas razões e para melhor se compreender o alcance pretendido com a aprovação do projecto de diploma apresentado, entendo como importante salientar alguns aspectos fundamentais relacionados com a evolução do conceito de Planeamento Familiar, e a importância da sua total execução na promoção da saúde dos açorianos em geral e das mulheres açorianas em particular.

Lembro que o Planeamento Familiar foi considerado pela primeira vez um direito fundamental na Conferência Internacional das Nações Unidas realizada em Teerão, em 1969. Nessa conferência foi reconhecido aos pais o direito de decidirem livremente sobre o número de filhos e o espaçamento entre as gravidezes, assim como o direito à educação e informação adequadas, que proporcione uma decisão consciente e responsável.

Em 1974 esse direito é reconhecido não só aos pais mas também aos casais e aos indivíduos. Em 1978, na Declaração de Alma-Ata, as actividades de Planeamento Familiar são introduzidas nos cuidados primários de saúde e consideradas prioritárias no âmbito da saúde materno-infantil.

É neste âmbito que em 1976 são criadas em Portugal as consultas de Planeamento Familiar.

Entretanto, acompanhando as evoluções técnicas, científicas e socio-culturais deste último quartel, o conceito de Planeamento Familiar modificou-se. Assim, de um

conceito ligado à ideia de contracepção como limitação do número e espaçamento dos nascimentos, evoluiu-se para a contracepção como prevenção, o que significa o filho desejado, quando desejável. A própria Lei n.º 3/84, no seu artigo 4.º contempla já actividades como o de aconselhamento genético e conjugal, tratamento da infertilidade, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e o rastreio da cancro genital.

Por outro lado, as mudanças socio-culturais e demográficas, entre outras, tornou o termo Saúde Materna, versus Planeamento Familiar, demasiado restritivo tal como era tradicionalmente usado em Saúde Pública, para se referir aos aspectos relacionados com a reprodução, por não conter as preocupações actuais referentes a essa área da Saúde.

Assim, por exemplo, temos mulheres a reclamarem cada vez mais o direito de verem as suas necessidades em Saúde encaradas numa perspectiva de mulheres e não somente de mães; colocam-se questões relacionadas com o Género, com os aspectos de ser mulher ou ser homem; reconhece-se que os adolescentes têm necessidades específicas e requerem uma atenção especial; as DTS - doenças transmitidas sexualmente, particularmente as transmitidas por vírus, como por exemplo as Hepatites e a SIDA, adoptam características epidémicas; os avanços tecnológicos tornam o rastreio do cancro ginecológico eficaz e acessível; questiona-se a Violência e os Abusos Sexuais, e finalmente assume-se o direito à Saúde Sexual, entendida como facilitadora de relações interpessoais e da qualidade de vida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em resposta a essa realidade surge, em 1995, na Conferência de Cairo sobre População e Desenvolvimento, o conceito de Direitos Sexuais e Reprodutivos que foi aceite e foi determinado como sendo o conceito actual de Planeamento Familiar. Trata-se de um conjunto de doze direitos, que visam uma abordagem mais compreensiva e integrada ao longo das diferentes etapas da vida, procurando responder às necessidades, quer do indivíduo, quer dos casais, em matéria de sexualidade e reprodução.

É importante referir que através da participação em convenções internacionais os Estados, onde se inclui o Português, aceitaram os deveres legais derivados da legislação delas emanadas, como o são os Direitos Reprodutivos e Sexuais que importa mencionar, mesmo que muito sucintamente para que se compreenda a profundidade e o alcance do que é, hoje, na viragem do século, o Planeamento Familiar:

1- O DIREITO À VIDA - nenhuma mulher deve ter a sua vida em risco ou em perigo por razões relacionadas com a gravidez. Este direito, entre diversas situações, refere-se principalmente às mortes evitáveis através da redução dos factores de gravidezes de risco, tais como as que são "cedo de mais, tarde de mais, perto de mais ou de mais";

2- DIREITO À LIBERDADE E SEGURANÇA DO INDIVÍDUO - significa que todos os indivíduos têm o direito de estarem livres de imposições externas de medo, vergonha, culpa, falsas crenças e outros factores psicológicos que inibam a sua resposta sexual ou prejudiquem o seu relacionamento sexual. Nenhum indivíduo pode ser sujeito, a uma gravidez ou a sua interrupção, bem como a uma esterilização, contra a sua vontade.

3- DIREITO À IGUALDADE E ESTAR LIVRE DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO - em síntese, nenhum indivíduo deve ser discriminado no seu acesso à informação, aos cuidados de saúde ou serviços relacionados com a sua saúde, direitos e necessidades sexuais e reprodutivas, ao longo de sua vida, devido ao seu género, idade, orientação sexual ou deficiência mental ou física.

4- DIREITO À PRIVACIDADE - Todos os serviços prestados, incluindo informação e serviços de aconselhamento, devem estar disponíveis a todos indivíduos e casais, especialmente aos jovens, numa base de respeito à privacidade e confidencialidade.

5- DIREITO À LIBERDADE DE PENSAMENTO - em resumo salienta que todos os indivíduos têm o direito de estarem livres de interpretações restritivas de textos religiosos, crenças, filosofias e costumes que limitem a liberdade de pensamento sobre os cuidados de saúde sexual e reprodutiva.

6- DIREITO À INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO - todos os indivíduos têm direito ao acesso à educação e a uma informação correcta sobre a sua saúde, direitos e

responsabilidades sexuais e reprodutivas, independente do género e livre de estereótipos, facultada de uma forma objectiva, crítica e pluralista.

7- DIREITO DE ESCOLHER CASAR OU NÃO CASAR E DE CONSTITUIR E PLANEAR FAMÍLIA.

8- DIREITO DE ESCOLHER TER OU NÃO TER FILHOS OU QUANDO OS TER.

9- DIREITO AOS CUIDADOS DE SAÚDE E A PROTECÇÃO DA SAÚDE - onde se incluem os cuidados de saúde sexuais e reprodutivos.

10- DIREITO AOS BENEFÍCIOS DO PROGRESSO CIENTÍFICO

11- DIREITO À LIBERDADE DE REUNIÃO E À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA - ou seja, todos os indivíduos têm o direito de poder influenciar os governos para que coloquem como prioridade a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos.

12- DIREITO DE ESTAR LIVRE DA TORTURA E DE TRATAMENTOS DESUMANOS OU DEGRADANTES - o que significa que todos os indivíduos, principalmente as crianças, jovens adolescentes e mulheres, têm direito à protecção contra a violação, violência sexual, abuso sexual e assédio sexual.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tal como tive a oportunidade de ouvir no âmbito dos trabalhos do IV Congresso da Federação Europeia de Sexologia, IV Congresso Português e I Encontro Ibérico de Sexologia, realizados nos passados dias 18, 19, 20 e 21 deste mês, em Lisboa, não temos dúvidas que grandes são as tarefas quando hoje se fala em planeamento familiar, já que os cuidados a prestar nessa área constituem um vasto leque de métodos, técnicas e serviços que, de modo integrado e através da prevenção e resolução dos problemas, contribuem para que indivíduos gozem de uma vida sexual satisfatória e segura, tenham capacidade de se reproduzir, bem como a liberdade de decidir quando e com que frequência o querem fazer.

O grande desafio, Sras. e Srs. Deputados, com que somos confrontados reside na nossa capacidade de operacionalizar no terreno esta nova estratégia contemplada no Projecto de Diploma agora em debate, que visa na sua essência promover e proteger os direitos e as liberdades individuais em matéria de sexualidade e reprodução.

Tenho dito!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Fernanda Mendes:

Como muito bem disse, este é um Projecto da responsabilidade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e, como tal, é ao seu grupo parlamentar que me vou dirigir e não a V. Exa., porque ao fazê-lo, gosto de fazê-lo em termos elogiosos e a minha intervenção é bastante crítica e, desde logo, porque é inconcebível que estando esta Assembleia no seu todo, o Governo e o seu Presidente também, na luta para que haja o reforço dos poderes legislativos desta Região, nomeadamente deste órgão, que se apresente um Projecto que mais não é do que regulamentar uma Lei da República.

Trata-se de uma área que é da competência específica da Região, do interesse específico da mesma e não é aceitável que estejamos, por um lado, a lutar para o reforço dos poderes deste Parlamento e, por outro lado, a abdicar desses mesmos poderes, ao referir logo no artigo 1.º que se pretende com este Projecto regulamentar uma Lei da República.

Mais grave do que isto — só refiro isto aqui e quero frisar — nós entendemos que não houve abertura de jogo, como é habitual haver a nível da Comissão, para podermos saber as origens desta iniciativa.

Custa-me dizê-lo, mas vou referi-lo:

Não é aceitável que se apresente um Projecto que seja o decalque de uma Portaria de 1985. É inaceitável que a nível da Comissão não se tenha dado esta informação, ou seja, a Portaria 52/85, com quase 14 anos de vigência.

Não é dignificante para este Parlamento estarmos a legislar, a transformar portarias de um Ministro, em Decretos Legislativos Regionais deste Parlamento.

Essa informação não foi dada aos membros da Comissão, foi sonegada aos mesmos e foi nessa perspectiva que foi aprovada pela Comissão.

Nós, Grupo Parlamentar do PSD, votaremos contra esta iniciativa, porque entendemos que não é concebível que se transforme portarias, que se decalque

portarias, transformando-as em Decretos Legislativos Regionais, porque isso não dignifica de forma alguma este Parlamento.

Por outro lado, se, como aqui foi referido na apresentação deste projecto, tem havido uma evolução do conceito de Planeamento Familiar ao longo dos anos, é inaceitável que se decalque, quase nos mesmo termos, uma Portaria que tem 14 anos de vigência. É preciso fazer com uma maior inovação, porque nós temos a nossa autonomia e é preciso usá-la, usar os nossos poderes no sentido de melhorar, obtendo diplomas que sejam nossos e não decalcar diplomas que nem sequer são diplomas, nem leis, nem decretos-leis, mas que são meras portarias, que têm dignidade como legislação, para transformarmos em Projectos de Decretos Legislativos Regionais e aprovarmos nesta Casa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Em primeiro lugar, para afirmar que o Partido Comunista Português vai votar favoravelmente este Projecto de Decreto Legislativo Regional, proposto pelo Partido Socialista, e vamos procurar fundamentar algumas das nossas razões, tendo em atenção aquilo que referiu o Sr. Deputado do PSD.

Apesar de haver uma Portaria desde 85 e uma Lei desde Abril de 84, a realidade é, que lamentavelmente, nos nossos centros de saúde e nos nossos hospitais, o que se tem feito em relação ao Planeamento Familiar tem sido muito pouco.

Desde já, surge-nos a grande interrogação:

Será por ter sido uma Portaria?

Será que a Administração Regional não se sentiu no dever de a cumprir?

Vamos ter a esperança de que se a Portaria for transformada em Decreto Legislativo Regional, aí esta Assembleia possa fiscalizar a sua aplicação e o seu cumprimento, embora tenha que fazer um grande esforço, porque pelos relatórios que aqui temos,

pelas respostas que nos chegaram, eu estou muito preocupado em relação ao cumprimento daquilo que aqui está legislado, mesmo que seja legislado por esta Assembleia.

Por isso mesmo, o esforço dos Deputados, no sentido de se cumprir aquilo que nós legislamos, terá que ser muito grande. Senão, vejamos:

Há hospitais que nem se dignaram responder, tal como alguns centros de saúde. Lamentavelmente, a nossa Comissão permitiu que isso acontecesse. Nós julgamos, e desde já deixamos aqui a nossa opinião, que em relação ao futuro, no que diz respeito a matéria deste teor, quando pedirmos pareceres às instituições pendentes da Secretaria Regional da Saúde, quer sejam do âmbito da saúde, quer sejam do âmbito da educação, aqueles organismos que têm responsabilidades perante o Governo Regional, em nosso entender, têm o dever de responder à Assembleia. Não é admissível que a Assembleia peça pareceres e que não haja qualquer resposta. Nós temos a impressão que existem vários organismos que não dão qualquer resposta.

Alguns dizem "estamos de acordo". Ainda bem, pelo menos dignaram-se a responder. Outros que responderam "nada temos a opor", provavelmente leram em cima do joelho. Esta é uma realidade mas dignaram-se a responder.

O que nós queremos lamentar é o facto de não haver resposta e sobretudo um outro aspecto, ou seja, em relação às respostas que nos enviaram, nomeadamente de alguns centros de saúde ou hospitais, surgiram-nos organismos da saúde a dizer "parece-nos que este Decreto é uma redundância", ou "não é necessário fazer nos centros de saúde, porque há quem faça isto", ou ainda, "o que deve ser feito é informar, educar sexualmente a população no sector da educação, portanto, não somos nós que temos que fazer".

Isto são respostas enviadas pelos nossos centros de saúde e pelos nossos hospitais que nos levam a pensar que, implementar a educação sexual nos nossos centros de saúde e nos nossos hospitais, tal como o planeamento familiar, não é tão fácil como à primeira vista possa parecer. Pelo menos, esta é a conclusão que tiramos.

Há uma outra resposta que não podemos passar sem a citar, porque é digna de pensarmos sobre ela, principalmente o Sr. Secretário Regional. Essa resposta vem do Hospital de Ponta Delgada, referindo-se ao novo Hospital, a mesma diz que "é

necessário ter-se melhores condições de trabalho para se poder implementar o planeamento familiar". Nós temos que pensar sobre isto e competirá ao Governo resolver esta situação, porque antes de se implementar, através de legislação, é necessário ter-se em atenção aquilo que os técnicos dizem que, no nosso entender, referem-no sentindo a realidade do seu dia-a-dia e apontam, como um dos principais factores, a falta de espaço para que possam implementar esses trabalhos.

Nós devemos pensar sobre isto, sobretudo o Sr. Secretário Regional, a fim de se resolverem as situações administrativas necessárias para se poder implementar acções fundamentais.

Um outro aspecto que queríamos chamar a atenção e estamos de acordo com ele, prende-se com a necessidade que vem sendo colocada de informar e educar no sector da educação e eu acrescentaria, sobretudo no sector da educação, porque uma coisa não distingue a outra ou então uma coisa não se separa da outra.

Portanto, é necessário tanto no sector da saúde como no da educação. Neste último, queria chamar a atenção do responsável para o facto da parte referente ao aparelho sexual, nas nossas áreas escolares, estar no fim do programa.

Como todos nós sabemos, dado os programas extensos, principalmente no ensino secundário, há partes que não são dadas. Sendo assim, é necessário fazer-se um grande esforço no sentido de que no ensino possa ser fomentada a educação sexual e as referências ao planeamento familiar.

Portanto, todas estas considerações que fizemos levam-nos, na generalidade, a votar favoravelmente o documento que estamos a analisar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Colocadas as razões de natureza jurídica pelo Grupo Parlamentar do PSD, razões que eu desconheço, na minha opinião, elas não são tão importantes como isso, porque na verdade nós estamos aqui num momento em que se pretende implementar na Região algo que até agora não tem sido feito de forma organizada.

Se os Srs. têm algo que vos leve a acreditar que o que agora é aqui proposto não é adequado, compreendo a vossa posição. Se é apenas por uma questão de natureza formal, é difícil compreender dada a importância desta matéria.

Na verdade, nós na Região temos um grande défice nesta área. Nós continuamos a ter uma estrutura que não tem a coerência necessária em termos de planeamento familiar, por isso precisamos de começar por algum lado e precisamos de legislar sobre esta matéria criando uma estrutura que o enquadre.

Eu creio que esta legislação, dada a matéria que ela versa e dada a tradição que nós temos na nossa Região de ignorar estas matérias e de considerá-las até nalguns casos "tabu", é um passo corajoso e é algo que nós devemos acarinhar e devemos fazer funcionar.

Eu não percebo por que é que nós temos que inovar se as regras que aqui estão são satisfatórias. Se isto serve, aplicamos e funciona.

Meus Senhores:

Eu julgo que nós temos que cuidar dos objectivos e não olhar tanto para as questões de enquadramento.

Um outro aspecto extremamente importante que foi aqui focado pelo Sr. Deputado Paulo Valadão e que eu gostaria de reafirmar a importância que dou a esta matéria, prende-se com a necessidade de melhorar um pouco a vertente educativa.

Nós temos tomado algumas medidas nesse sentido, quer em termos de formação de docentes (está a decorrer um curso que já está numa fase terminal e que levará a uma melhor preparação de docentes nessa área), quer em termos nos currícula da Região de matéria específica nesta área. É algo que nós estamos apostando e as escolas da Região vão participar na nova experiência que tem vindo a ser feita a nível nacional sobre educação sexual. Nós queremos que isso surja nas nossas escolas e estamos empenhados em fazê-lo.

Nós estamos, quer na área da saúde, quer na área da educação, perfeitamente de acordo que isto tem que ser feito e precisamos que isto seja feito.

Meus Senhores:

Da parte do Governo, este é um Decreto muito bem vindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jorge Valadão:

Em primeiro lugar, há um aspecto que gostaria que ficasse bem claro:

É com bastante orgulho que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta este Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Eu devo confessar que surpreende-me, e surpreende-me pela negativa, esta posição.

Aquando da discussão da questão da despenalização da interrupção voluntária da gravidez, foi apregoada, aos "quatro ventos", a importância, o quanto era imprescindível tratar-se, o quanto antes, da questão do planeamento familiar.

Deputado Mark Marques (PSD): A questão não é essa!

O Orador: A questão é esta Sr. Deputado!

Deputado João Cunha (PSD): Está redondamente enganado!

O Orador: E tanto é esta que os Srs. agora refugiam-se em meras questões de forma para votar contra.

Isto é um Projecto de Decreto Legislativo Regional. Como qualquer projecto de decreto legislativo regional pode sofrer alterações, pode ser melhorado. Porém, é lamentável que....

Deputado João Cunha (PSD): Não saibam fazer melhor!

O Orador: ... o Partido Social Democrata que durante 20 anos não fez nada sobre esta matéria, hoje, quando tem possibilidade de apresentar propostas de alteração, dar o seu contributo e até participar e melhorar este diploma, não o faça por questões de forma que não se percebem muito bem.

Não vejo onde é que está o desprestígio para esta Assembleia, onde é que é inconcebível.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz esta apresentação com muito orgulho e aqui estamos para discutirmos as propostas que surgirem e que tenham em vista melhorar este diploma.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa para intervir no debate.

Eu relembro que este debate está sendo feito segundo as regras do processo legislativo comum, ou seja, com direito a duas intervenções, na generalidade, de cada deputado, sendo a primeira de 20 minutos e a segunda de 10 minutos, para além dos pedidos de esclarecimento ou outros incidentes parlamentares.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante mais uma daquelas situações em que o bloco mais à direita se confronta com o bloco mais à esquerda. Porém, o que não me parece, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é que seja uma questão de mera forma. É uma questão profundamente política e de grande significado para a Autonomia dos Açores.

Admira-me que o Sr. classifique estas questões como questões de forma. Admira-me que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se orgulhe, segundo as suas palavras, de copiar uma portaria do Ministro que já tem 14 anos e a transforme em Decreto Legislativo Regional. Admira-me Sr. Deputado!

Deputado João Cunha (PSD): É a alta capacidade criatividade daquele grupo!

O Orador: Também me admiro que o Sr. Secretário Regional da tutela diga que não lhe interessa esta autonomia, que não lhe interessa inovar nesta matéria. Admira-me muito!

É uma questão de prestígio para esta Casa e para a autonomia dos Açores, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Paulo Valadão falou dos pareceres enviados à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, no entanto, não pegou nos pareceres todos, nem falou da forma como os pareceres terminam.

Deputado Luís Resendes (PS): Está a dar a volta!

O Orador: Vou dar uma volta e sou capaz até de dar duas se for preciso.

Em relação aos pareceres que vieram do Hospital de Ponta Delgada, é engraçado, mas existe um parecer dos técnicos (dos médicos do serviço) e existe um parecer político do administrador (delegado do hospital), que são contraditórios. Um diz que não tem

condições e o outro diz que o hospital tem condições de fazer os dois tipos de consulta. O médico afirma que não tem condições, porque não tem salas adequadas. Se não bastasse o argumento político de defesa desta instituição que muito prezo e à qual me orgulho de pertencer, também há o argumento técnico de exequibilidade do presente diploma, que não digo que não seja necessário, que não tenha que ser melhorado e adaptado. Só digo que, neste momento, o Partido Popular não irá votar favoravelmente este diploma, por considerar não ser o momento ideal, nem a forma para o fazer.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que desabafar, porque custa-me imenso que mais uma vez, em sede de Comissão se tenha aprovado, se tenha acordado e agora vota-se contra. Mas, enfim! Também fico muito preocupada, tirando o aspecto da inconstitucionalidade, e eu não sou jurista, que se preocupem tanto, nesta Casa, com a forma e tão pouco com os conteúdos.

Deputado Luís Resendes (PS): *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Já é a segunda vez que eu ouço isto.

A mim, como técnica, preocupa-me o conteúdo. Eu tenho que repetir coisas que estão regulamentadas, que estão na lei, porque são coisas que têm que ser implementadas, mas o nosso projecto tem todos aqueles aspectos novos que eu tive o cuidado de, na defesa do diploma, na generalidade, fazer uma intervenção de fundo para que fosse compreendido o salto que nós queremos dar. Nós temos que dar um salto.

Eu, enquanto deputada, médica e pessoa ligada a esta área, tenho que defender, firme e independentemente, seja uma "cola ou não cola", alguns aspectos da portaria.

No que diz respeito aos pareceres, de facto, há aqui um parecer que não foi pedido pela Comissão, mas tudo o que é recebido nesta Casa, é coleccionado e distribuído aos Srs. Deputados.

O Hospital de Ponta Delgada pediu aos serviços que dessem a sua opinião e o Sr. Director de Serviços enviou a sua opinião para o Conselho de Administração e para os Srs. Deputados.

Portanto, este é o parecer do Director de Serviços de Ginecologia e Obstetrícia que aproveitou o embalo para apresentar a sua queixa, ou seja, que ainda não tem o espaço suficiente. No entanto, é da responsabilidade da administração saber se tem ou não esse espaço. Está correcto. Eles dizem que, de facto, tecnicamente, tem capacidade.

Aproveito também a oportunidade para referir a redundância com que alguns directores de centro de saúde entenderam o próprio projecto, porque compreenderam mal e pensaram que o que nós pretendíamos com este projecto era criar nos centros de saúde consultas especializadas à margem da competência e do papel fundamental que esses médicos de família têm.

Ninguém lhes vai tirar essa competência, pelo contrário, nós sabemos que os técnicos na nossa Região são poucos e por isso têm que ser todos aproveitados. O que nós pretendemos é que eles tenham formação acrescida das coisas novas, porque ninguém pode estar constantemente informado acerca de todas as coisas.

Eles têm formação, mas como todos os técnicos precisam de se actualizar.

Posto isto, meus caros Senhores, eu hei-de lutar sempre para que os cidadãos desta terra, os cidadãos açorianos e principalmente as mulheres açorianas possam ter uma saúde sexual e uma saúde reprodutiva de acordo com os princípios que estão instituídos para o fim do milénio.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como disse o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, a questão é essencialmente política e tem a ver sobretudo pelo facto de pertencermos a uma Região Autónoma.

Eu vou começar por responder ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Eu tenho uma filha com 10 anos. Se ela decalcasse a sua redacção da de um companheiro para ser sujeita a aprovação por parte do professor, eu não sentia orgulho nenhum nisso.

O cerne da questão está aqui, Sr. Deputado. Não vamos desvirtuar o que é o cerne da questão.

O que está em causa, é que se apresenta uma iniciativa legislativa, no Órgão Máximo da Autonomia Regional, que não é mais do que o decalque de uma Portaria, sem ter a dignidade, como documento que deve ter, de um decreto legislativo regional.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A dignidade está no conteúdo!

O Orador: Nós temos a nossa autonomia, temos as nossas ideias próprias, temos capacidade de inovar e não precisamos de vir para este Parlamento, para o Órgão Máximo da Autonomia, aprovar iniciativas que não são mais do que o decalque de uma Portaria. Este é que é o cerne da questão.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Eu fiz aqui uma apreciação prévia, porque me parece que não é correcto apresentarmos isso como um poder regulamentar — poderíamos propor uma alteração, bastaria alterar o artigo 1.º — quando nós temos poder para o fazer. Isto é uma questão prévia que não tem nada a ver com ilegalidades.

Nós não podemos, por um lado, lutar para ter um reforço dos nossos poderes e, por outro, o próprio Parlamento apresentar uma iniciativa que, no fundo, é uma demissão das prerrogativas que nós temos. Isso é uma questão prévia.

Porém, a questão de fundo é grave e é relativamente à mesma que eu quero centrar a minha intervenção, porque não houve, ao contrário do que é habitual nas comissões, abertura de jogo. Ninguém do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão, tinha conhecimento de que esta iniciativa decalcava uma portaria.

Inclusivamente, foi apresentada e votada na Comissão uma proposta de aditamento, penso que para o artigo 6.º-A — a gratuitidade — que não é mais do que o decalque do que vem nessa Portaria. Isso é grave.

Se não tomarmos uma posição de princípio neste Parlamento, amanhã, todos nós iremos às Portarias existentes, transformamo-las em iniciativas legislativas e o

Parlamento Regional, a nossa Autonomia, fica transformada numa caixa de ressonância das Portarias do Governo República.

É esta a razão e a essência da nossa intervenção.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que o que está em causa não é o planeamento familiar.

A prova disso está na discussão e na boa vontade que os Deputados do PSD manifestaram na reunião da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Nós estávamos a ser enganados, porque não nos foi facultado o acesso a esta Portaria. Faço lembrar que a Sra. Presidente da Comissão, trouxe à reunião vários documentos de apoio, nomeadamente um despacho da Sra. Ministra da Saúde de 98. Portanto, também podia ter trazido essa Portaria.

Eu julgo que é suspeito e nós, sim, estamos ofendidos de não ter aparecido a Portaria que por acaso regulamentava a Lei 13/84.

Mais uma vez afirmo, não está em causa o planeamento familiar, mas sim o facto de não dignificar esta Assembleia, porque a única legislação regional sobre planeamento familiar, um tema de grande importância que devia ser aprofundado, pensado, reflectido e devia ter legislação à sua altura, é uma cópia. Não faz sentido que a única legislação regional e a primeira legislação regional, como tanto têm afirmado sobre esta matéria, seja a cópia, o decalque e fruto da inspiração, mais do que inspiração, cópia e plágio, de uma Portaria.

Eu julgo que isto não dignifica esta Assembleia!

Nós, para provarmos a nossa boa vontade e a nossa falta de preconceitos nessa área, estamos dispostos a apresentar o verdadeiro Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre esta matéria.

Nós não vamos só chumbar este, mas vamos apresentar um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre este assunto, que englobe não só o planeamento familiar, mas também a educação sexual, porque, na minha opinião são assuntos que se complementam. Nós estamos prontos e dispostos a fazê-lo, exercendo o nosso direito e a nossa competência de legislar de acordo com o interesse específico da nossa Região.

Por último, em não posso acreditar que nesta Região não se tenha feito nada relativamente ao planeamento familiar.

Em contacto com médicos de clínica geral, os chamados médicos de família que temos tido nos últimos dias alguns contactos, noto que em todas as ilhas, numas mais e noutras menos, e há um longo caminho a percorrer, tem-se feito consultas de planeamento familiar.

Faço lembrar que no Centro de Saúde de Santa Maria há um dia para isso em que das 9.00 horas às 13.00 horas recebem-se grávidas e dão-se consultas de planeamento familiar; em Ponta Delgada há um dia por semana que tem o mesmo objectivo, portanto, não estamos propriamente na "estaca zero" no que se refere ao planeamento familiar.

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria pelas últimas palavras da Sra. Deputada Ana Carolina.

Ela, solenemente veio comprometer-se a que o PSD apresentaria um Projecto sobre planeamento familiar e educação sexual. Ficaremos a aguardar e pelo menos vamos ter a esperança que chumbado este, outro virá e vamos participar na Comissão no sentido de melhorá-lo.

De facto, para nós, o Sr. Deputado Jorge Valadão, tal como o PSD, conseguiram uma habilidade — desculpe o termo, mas no fundo temos que o classificar e este é o termo

exacto que conseguimos — para chumbar este documento. Este é, em nosso entender e na nossa consciência, o termo encontrado.

Aliás, pela sua profissão e como bom profissional que é, é natural que tenha grande facilidade nestas coisas, uma vez que é um advogado. Portanto, tem muita mais facilidade que os outros que desempenham outras funções para encontrar estes aspectos e levar a um convencimento geral porque, de facto, existindo uma portaria semelhante ou igual àquilo que aqui está, seria uma desonra para este Parlamento aprovar este Decreto Legislativo Regional.

Como já dissemos, nós não concordamos com essa concepção e pensamos que, para a Região Autónoma dos Açores, seria importante existir um Decreto Legislativo Regional sobre planeamento familiar.

No entanto, havemos de esperar mais algum tempo para que efectivamente exista planeamento familiar na Região Autónoma dos Açores, para que exista educação sexual na nossa Região, porque, no fundo, aquilo que é fundamental, em nosso entender, para esta Região, é que a breve prazo, ou a curto prazo, exista planeamento familiar e educação sexual nas nossas ilhas.

A realidade é que em todos estes anos, apesar da existência desta legislação desde Abril de 84, no que respeita a planeamento familiar ou educação sexual, na nossa Região, fez-se muito pouco.

Diz a Sra. Deputada Ana Carolina que as senhoras grávidas têm possibilidade de ir aos centros de saúde e aos hospitais.

Deputado Ana Carolina (PSD): Disse que haviam consultas para grávidas e consultas de planeamento familiar.

O Orador: Sra. Deputada, isso para nós não é planeamento familiar. Isso para nós é um dever do médico de família em relação ao tratamento das grávidas.

De qualquer modo, vamos continuar pacientemente a dar o nosso contributo para que na nossa Região haja, de facto, planeamento familiar, porque ele é fundamental nos tempos que correm na sociedade onde vivemos, para que possamos ter uma sociedade com uma perspectiva mais aberta, melhor, mais democrática e que desejamos que seja a de todos os açorianos.

Presidente: Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Valadão:

Só para tecer algumas considerações em relação a esta matéria, desculpando-me desde logo por não ter tido a oportunidade de estudar com pormenor a legislação que aqui está em causa, mas aproveito para realçar aquilo que me parece uma evidência neste debate, ou seja, o Sr. Deputado passou a discordar do que concordava, por não concordar que outros tenham concordado com isto antes.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que esta questão do planeamento familiar não é uma questão de blocos de direita ou de esquerda.

É profundamente disparatado situar tal matéria dentro desses conceitos e ao que julgo também, disparatado situar o PSD num bloco de direita.

Em terceiro lugar, gostaria apenas de dizer que a dignidade dos actos legislativos advém de quem os propõe e do órgãos que os aprova.

Este acto legislativo é proposto por um grupo de deputados e ao ser aprovado, é aprovado por um parlamento. Tem a mesma dignidade que qualquer outro.

Também gostaria de lhe dizer que na nossa ordem jurídica regional, há dezenas e dezenas, ou melhor, sem qualquer receio, centenas de diplomas em áreas de competência própria do Governo e em áreas de competência da Assembleia Legislativa Regional, que vertem por completo, ou do ponto de vista conceptual, ou do ponto de vista literal, com um ou outro indeciso, diplomas de ordem jurídica nacional.

Em nada a autonomia se perde, pelo contrário ganha, quando se cria, em sede de direito regional, normativos, mesmo que eles sejam idênticos a outros existentes na ordem jurídica nacional ou até em ordens jurídicas externas.

Não posso deixar de pensar, perante a urgência que me parece dever ser atribuída ao tratamento por parte da Assembleia Legislativa Regional das questões relativas ao planeamento familiar, que esse argumento que não tem razão profunda de ser em sede de defesa da autonomia e da dignidade do Parlamento, só pode constituir um expediente fundado, num receio infundado sobre direitos de autor, mas bem mais

preocupado com os direitos de autor sobre a legislação regional do planeamento familiar, face aos partidos políticos representados aqui na Assembleia Legislativa Regional.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para sublinhar algumas questões que me parecem, apesar da tentativa do Sr. Presidente do Governo, evidentes.

O Grupo Parlamentar do PSD se tivesse ciúmes dessa iniciativa legislativa, não tinha votado a favor desta proposta na Comissão. Nós votámos e discutimos a favor desta proposta. Portanto, que mais não fosse por isso, fica demonstrado aos olhos de todos, que não é um problema de ciúmes nem de autoria desta proposta.

O Sr. Presidente sabe muito bem, até porque tem muitos anos de Parlamento, que quando há dúvidas, e até admito, quando há ciúmes, o que é habitual fazer-se, é uma boa estratégia, é reservar a posição para o plenário.

O PSD não fez isso!

Votou a favor, participou no debate e não tem qualquer problema em sublinhar que foi o Partido Socialista, através do seu Grupo Parlamentar, o primeiro a tomar uma iniciativa em relação ao planeamento familiar. Isto fica registado, desde já, para a história e posso ajudá-lo a dizer todas as vezes que for preciso.

No entanto, também tem que ficar registado que, se nós, na boca de alguns dos vossos deputados, nunca fizemos nada durante vinte anos, o que pelos vistos também é mentira, também me admiro muito que o Partido Socialista tenha levado 20 anos a pensar no assunto para fazer o que fez. É muito tempo para copiar uma portaria, nomeadamente, já levou 2 anos para o fazer. Não é apenas e só que essa matéria me parece relevante depois do debate da interrupção voluntária da gravidez. Podia ter aparecido aqui há mais tempo com isso.

Porém, 20 anos, ou até menos, admito, é tempo suficiente para não copiar uma portaria e para fazer algo de novo e essa é que é a questão de fundo.

Não vale a pena iludir a questão.

Nós não temos ciúmes dessa iniciativa e não estamos contra a mesma, porque senão, não se entenderia que tivéssemos sublinhado a nossa necessidade e o nosso compromisso de apresentar um diploma desta natureza e, até mesmo, posso deixar aqui um compromisso:

No preâmbulo do nosso diploma, podemos dizer que já houve tentativa para legislar nessa matéria da autoria do Partido Socialista, só que o nosso tem uma vantagem, o problema do planeamento familiar vai ser resolvido, mas juridicamente e de forma muito mais adequada.

Não vale a pena usar grandes argumentos sobre a quantidade de diplomas que vertem legislação nacional. Todos nós sabemos que até há acórdãos que declararam inconstitucionais Decretos Legislativos Regionais, porque copiavam artigos de Leis Gerais da República. O problema coloca-se também neste plano.

É preciso que esta Assembleia deixe aqui bem claro que, sendo possível fazer isto que o PS pretende, talvez até com algumas melhorias, não deixaria de ser importante fazê-lo da melhor forma e é isso que o PSD assegura. Far-se-á um diploma bem organizado, juridicamente bem feito, se possível melhor — e aí todos estão desafiados a pensar no assunto — e da forma jurídica que nos parece claramente adequada.

É evidente que, e para terminar, mais bloco de direita, menos bloco de esquerda, o que é evidente é que a parte substancial do bloco de esquerda fez um mau diploma e a parte total do bloco de direita (se é que existe!) ou de direita e sendo esquerda, achou por bem corrigir um diploma mal feito do Partido Socialista que tem 24, de 25 deputados de esquerda.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Cruz:

Eu penso que isto está esclarecido e tomo até como boas, algumas das observações feitas por V. Exa..

Admito que isto não seja uma questão de ciúmes, penso mesmo até que foi uma questão de namoro e que nos está a fazer falta o planeamento familiar.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Governo acabou de confundir planeamento familiar com planeamento político.

O que está em causa é o planeamento familiar e não o político. Quando estiver em causa o planeamento político, também serei tão claro como estou sendo para o planeamento familiar, mas desde já, posso-lhe dizer uma coisa, não está em causa um problema de namoro, porque há também quem já tenha dito nesta Casa que estava a ser namorado por todos os partidos e pode ser que não case com nenhum.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Pese embora este momento muito agradável onde se falou de namoro e de planeamento familiar, é importante esclarecer aqui duas ou três coisas.

Em primeiro lugar, quando eu comecei a ouvir o Sr. Deputado Jorge Valadão falar com aquele tom solene e grave, eu pensei que tinha sido cometida aqui alguma ofensa a este Parlamento. Depois dos aplausos parece que toda a gente desse lado está convencida de que este Parlamento foi ofendido e menorizado.

Srs. Deputados:

Tenhamos calma, não há nada disso aqui. Senão vejamos:

Eu não conheço essa portaria que referiram, mas se existem aqui coisas semelhantes a essa portaria, é importante que se diga o que aqui está escrito. Diz-se aqui:

"Informação aos indivíduos que lhes permita uma decisão livre e responsável sobre o número de filhos."

Há outra forma de dizer isto, ou seja, dizer às pessoas quantos filhos devem ter ou não devem ter. Aqui já não há plágio. É isso que os Srs. podem fazer, não podem fazer muito mais, porque isto é fundamental, faz parte de um diploma de planeamento familiar.

Os Srs. podem mudar as palavras, mas isto tem que vir no diploma.

"Informação sobre todos os métodos contraceptivos".

Pode-se dizer de outra maneira, ou seja, informação de como não se deve ter meninos a torto e a direito, mas vai ter que vir mencionado no diploma.

(Risos da bancada do PS)

Eu não vejo onde está a ofensa. Podia estar numa portaria, podia estar num artigo do jornal, podia estar nas conclusões de um colóquio qualquer e ser vertido em diploma regional elaborado por esta Assembleia e isso é que é fundamental e importante.

Com toda a sinceridade, eu penso que o que há aqui é, efectivamente, como disse o Sr. Presidente do Governo, um expediente e aquele tom solene e grave do meu ilustre, colega e amigo, Dr. Jorge Valadão, levou-me a pensar o que é que teria acontecido.

Deputado Victor Cruz (PSD): Isso já está fora de prazo.

Orador: Que crime de lesa-pátria aconteceu?

Não aconteceu **nada**.

Podia ser a transcrição de um artigo do jornal, uma conclusão de um colóquio sobre planeamento familiar.

Os Srs. dizem que vão apresentar um documento novo. Apresentem, mas vão ter que pôr isto, porque é elementar pôr algumas expressões, como por exemplo, "fornecimento gratuito de contraceptivos". Como é que se diz isto de outra maneira? Pode-se dizer.

Tudo o resto é: "compete à Secretaria Regional fazer assim...; compete à Secretaria divulgar...; aos de saúde compete fazer...".

Tenhamos cuidado quando se dizem certas coisas e eu já não comento aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, porque foi apanhado de surpresa e resolveu vir para aqui falar em blocos de direita e blocos de esquerda, o que é um perfeito disparate.

Pondo as coisas no seu lugar, seriamente, não há aqui nada de lesa-pátria. Se foram recolhidas coisas que já vêm numa portaria, podia ter sido de uma outra coisa qualquer.

O que há Srs. Deputados, é um expediente para não aprovar isto e é lamentável, porque falou-se tanto de planeamento familiar quando foi na discussão da interrupção voluntária da gravidez; falou-se tanto nessa campanha para o referendo sobre essa matéria e agora, que o PS toma uma iniciativa desta, encontram aqui uma coisa terrível, ou seja, reproduzir ou verter para um Decreto Legislativo Regional uma coisa que está numa portaria feita há 10 anos.

Sinceramente, trata-se de um expediente. Os Srs. provavelmente vão votar contra, mas nós, pela nossa parte e como já foi dito, vamos votar favoravelmente.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vou considerar encerrado o debate na generalidade e vamos passar à votação do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com o Projecto de Decreto Legislativo Regional — Planeamento Familiar, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional — Planeamento Familiar, foi rejeitado, na generalidade, com 23 votos contra do PSD, 3 votos contra do PP e registou 22 votos a favor do PS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Não havendo declarações de voto, vamos passar ao ponto seguinte, mais precisamente, à **Proposta de Decreto Legislativo Regional — "Aplicação à Região Autónoma dos Açores do estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que agora é posta em discussão, visa adaptar à Região duas alterações que aconteceram, uma no ano de 97 e outra no início de 98, no estatuto da carreira docente que, como é óbvio, é feito a nível nacional.

As alterações propostas, em grande parte, visam fazer uma adequação à orgânica da Região e às competências próprias dos órgãos de Governo da Região, e, numa outra vertente, visam esclarecer e aperfeiçoar o mecanismo de fixação de professores na Região.

Nesta altura, está em vigor um vasto conjunto de diplomas que versam todos sobre a mesma matéria, mas sem uma aproximação sistemática, porque, uns versam sobre os professores do 1.º ciclo, outros sobre um determinado concelho, ou ainda sobre um subsídio de fixação, ou incentivos à vinda de professores para a Região, ou seja, incentivos à deslocação de professores.

Com as alterações que surgiram, quer em termos da disponibilidade de pessoal docente devidamente habilitado no País e na Região, e com as alterações que também ocorreram em termos da forma como está organizado o sistema educativo e da disponibilidade em cada uma das escolas da Região do pessoal docente, torna-se urgente aperfeiçoar esta matéria e introduzir uma melhor sistematização.

Basicamente, são estes os objectivos do diploma.

Em relação à parte que visa a fixação, está previsto que ela se fará através de um Decreto Regulamentar Regional, o que permite uma maior flexibilidade em termos de permitir que o Governo adapte ao que for acontecendo, em termos da colocação de professores, e permite que haja, porque é obrigatório nessa matéria, a pronúncia dos diversos parceiros sociais, particularmente dos sindicatos, e uma ampla participação

na feitura deste processo, permitindo também que nós ao longo do tempo, o possamos ir adequando em função daquilo que for acontecendo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Estamos, mais uma vez, a analisar aspectos relacionados com o estatuto da carreira docente.

Em nosso entender, esta matéria é sensível e reveste alguns cuidados.

Na passada Segunda-feira, na reunião da Comissão, tivemos uma alusão a esta matéria e fiquei preocupado quando verifiquei que se propunha a revogação de uma série de documentos legais que instituía apoios aos docentes, porque a alguns meses atrás, quando a Secretaria Regional consultou as entidades sindicais sobre a matéria, nas escolas da Ilha das Flores, a hipótese de se poder modificar ou revogar subsídios atribuídos aos professores, causou forte sleuma.

Inclusivamente, houve professores que nessa altura inscreveram-se imediatamente em concursos a nível nacional e este ano lectivo, a escola não pôde contar com alguns professores, embora fossem professores há muitos anos dessa mesma escola, um dos quais pessoa afecta ao Partido Socialista e foi membro do Conselho Directivo dessa mesma escola.

Esta preocupação dos professores em relação a uma ilha longe, a uma ilha distante, tem razão de ser, porque todos nós sabemos que se hoje em muitas das ilhas pequenas existem professores a leccionar nessas ilhas, é porque existem apoios, subsídios, pagamento de passagens, etc., etc.. Por isso mesmo, quando verifiquei que havia a revogação dessas matérias, fiquei preocupado.

Porém, há pouco, o Sr. Deputado Francisco Sousa entregou-nos uma alteração a esta primeira revogação que melhora um pouco, porque refere que estes documentos são revogados quando existirem outros que os substituam.

No entanto, há um aspecto que para nós é fundamental.

Em 1990, se a memória não nos falha, quando se analisou a aplicação destes diplomas ao de educadores de infância, na Comissão lutámos para que esta atribuição

de subsídios e benefícios fosse feita nesta Assembleia por Decreto Legislativo Regional.

Neste momento, entendemos que no artigo 63.º o que está em causa é poder-se atribuir por Decreto Legislativo Regional os subsídios e outros apoios aos docentes.

Para além da razão de princípio, existe uma razão legal, ou seja, no Decreto Nacional, os subsídios e os apoios são fixados por Decreto-Lei. Como todos nós sabemos o Governo da República tem capacidade de legislar através de Decreto-Lei.

Se o documento nacional exige um Decreto-Lei para que estas matérias sejam regulamentadas, entendemos que na Região Autónoma dos Açores, isto deve ser feito através de Decreto Legislativo Regional.

Se tivermos em conta aquilo que foi aprovado aqui, através de Decreto Legislativo Regional sobre a adaptação às educadoras de infância do estatuto da carreira docente, concretamente o Decreto Legislativo Regional 17/90/A, que tem por epígrafe o estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores do ensino básico e secundário, é dito no artigo 63.º, "subsídio de fixação por Decreto Legislativo Regional ..." etc. etc..

Por isso mesmo, nós entendemos que em relação a este decreto que estamos a apreciar, devemos também transferir para Decreto Legislativo Regional os subsídios e os apoios aos professores.

Não vemos qualquer razão de revogar o que existe, porque os Decretos Legislativos Regionais que na altura criaram os apoios paralelos, poderão revogar aqueles que estejam a substituí-los.

Nós, na generalidade, vamos votar favoravelmente este diploma na esperança de que o artigo 63.º seja alterado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Partido Socialista irá votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, na medida em que contempla, em primeiro lugar, uma série de adaptações à Região quase de natureza orgânica e cria sobretudo algumas

estruturas que são imprescindíveis para o cabal cumprimento das funções dos professores e da administração regional, como por exemplo as juntas médicas.

É necessário fazer essa adaptação tendo em atenção algumas circunstâncias regionais e uma delas é exactamente a questão das medidas e incentivos que devemos ter em relação à fixação de professores na Região.

Por isso, entendemos apresentar uma proposta de alteração ao artigo 4.º e 5.º do diploma, permitindo que sejam revogados todos os diplomas que tratam dessa matéria, logo que entre em vigor o Decreto Regulamentar previsto no artigo 63.º do presente estatuto.

Consideramos que deve ser Decreto Regulamentar, porque a sua forma permite, desde logo, uma participação permanente e automática, conforme está lá escrito, dos parceiros sociais na matéria, e em segundo lugar, porque permite uma revisão sempre que seja necessária e adequada à fixação dos docentes. Um exemplo concreto que podemos ver neste momento, é que a Região, como todo o País, é excedentária em professores de história.

Fará sentido que faltando na mesma escola professores de educação tecnológica, se criem por Decreto Regulamentar determinado tipo de incentivos que tragam para a Região esses professores, para essa área específica ou até para essa escola, porque é mais fácil fazer um Decreto Regulamentar do que um Decreto Legislativo Regional que tem que seguir os seus trâmites demorando muito mais tempo.

Nós consideramos que a forma como foi feita esses diplomas, tem a ver com um determinado momento, quer em termos da existência de professores, quer em termos da existência de escolas na Região. É por isso que temos decretos legislativos a aplicar resoluções, como resoluções a aplicar decretos legislativos.

Nós pensamos que se deve fazer a revogação de toda esta legislação neste momento, produzindo apenas, e uma vez mais repito, os seus efeitos quando for publicado e entrado em vigor o Decreto Regulamentar.

Esta legislação deve ter a flexibilidade suficiente que nos permita, ano a ano, actualizar situações novas. Isto não significa que não se garanta um período mínimo de vigência, e é mencionado o período mínimo de 5 anos, mas deve-se criar

mecanismos, na nossa opinião, que permitam, se necessário for, a meio de um ano lectivo, trazer professores no ano lectivo seguinte para a Região.

Este ano verificámos por exemplo que, pela primeira vez, houve determinado tipo de professores que vieram para a Região por determinados mecanismos que criámos nesta Casa, ou seja, os mecanismo de concurso que pela primeira vez foram aplicados. Isso facilita e permite que se desloquem docentes para esta Região.

Na nossa opinião, estando garantida a participação dos parceiros sociais e a flexibilidade do diploma, sendo um Decreto Regulamentar Regional, julgamos que estão criadas as medidas necessárias a cada momento que se reflecta ou que se verifique a ausência ou a necessidade de determinado tipo de professores para uma determinada escola, um determinado concelho de uma ilha.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu compreendo as razões que levam o Sr. Deputado Paulo Valadão a apresentar a objecção que apresentou. Contudo, eu gostava de lhe chamar a atenção para um dispositivo jurídico que nesta altura está em vigor na Região.

Na verdade, o grosso dos incentivos, quer para os docentes, quer para toda a Administração Regional, é feito por resolução. Repare-se que os incentivos nesta altura estão regulamentados pela Resolução n.º 120/86, que contém os acréscimos salariais e tudo aquilo que é importante em termos dos incentivos. Porquê?

Porque o Decreto Legislativo Regional 2/84/A, que se aplica a todos os funcionários da administração regional — docentes e não docentes — diz que, por resolução, o Governo criará o regime de incentivos que entender. Ou seja, em termos da hierarquia das leis, não estamos muito mais baixo, estamos em termos de resolução.

Também chamo a atenção para o Decreto Regional 12/81, que é o decreto base em termos da participação da Assembleia neste processo, que praticamente nada diz.

Todos os incentivos estão estabelecidos no Decreto Regulamentar Regional 48/81. Aí sim, estão fixados os incentivos à mobilidade dos professores enquanto que os da fixação estão numa resolução.

Depois disso, na participação parlamentar aparecem dois diplomas muito curtos e claramente casuísticas, um é o Decreto Legislativo Regional 17/84/A, que tem apenas um artigo único que diz que aplica aos educadores de infância o regime que existe para os outros, e o outro, o Decreto Legislativo Regional 15/93/A, que diz que o regime se aplica no concelho da Povoação. Portanto, são duas questões meramente casuísticas.

O grosso do sistema de incentivos à fixação está na Resolução 120/86. Nessa resolução está contida toda a parte financeira dos incentivos à fixação e tudo se baseia no Decreto Regional 2/84, que diz que o Governo pode criar incentivos para a administração regional, professores e não professores, ou para qualquer tipo de funcionários. É isso que está a ser feito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este diploma.

Efectivamente, o estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, é um instrumento de grande importância. Ao longo dos tempos foi sendo alvo de alterações.

A própria nova orgânica do Governo Regional e o facto de termos que ter sempre presente as especificidades da Região, levam a que seja da maior pertinência, no menor espaço de tempo possível, fazer este trabalho de adaptação.

O Grupo Parlamentar do PSD, através dos elementos que tem na Comissão, salvaguardou na discussão que foi feita, aqueles aspectos que também nos preocupavam e que se prendiam com os problemas da fixação dos docentes, ou da fiscalização e acompanhamento dos casos de doença, etc..

Quando o Sr. Secretário Regional veio à Comissão colocámos a nossas dúvidas e das suas aporções nada nos leva a que não aprovemos, como disse inicialmente, esta proposta que está em discussão na generalidade.

Por outro lado, e para terminar, como também já foi aqui referido, a legislação anterior revestia-se das mais variadas formas e, sendo assim, não nos pugna que a proposta que virá substituir a que esteve até agora em vigor, seja feita por Decreto Regulamentar Regional. É mais prático, mais flexível e o que nos preocupava era que a que estava em vigor não fosse posta em causa enquanto não houvesse algo que a substituísse.

Isso está garantido e esperemos que a que venha substituir seja mais adequada às necessidades, mas, caso contrário, cá estaremos para denunciar o que não estiver bem feito e para levar, quem tem o dever, a introduzir as alterações necessárias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional refere que na atribuição de subsídios e de outras regalias, grande parte é feita por resolução e é verdade, mas isso aconteceu no sector do ensino até 1990, porque a partir dessa altura, no que respeita a esse sector, foi aprovado nesta Casa o Decreto Legislativo Regional 17/90/A, que determina que isso será feito a partir de Decreto Legislativo Regional.

A partir de 1990, se essa atribuição, em relação aos educadores de infância e professores do ensino básico e secundário, não for feita por Decreto Legislativo Regional, comete-se uma ilegalidade, porque o Decreto 17/90/A, neste momento está em vigor e o seu artigo 63.º é absolutamente claro.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Neste momento, os subsídios e todos os incentivos que são pagos aos professores e aos educadores de infância são feitos, na generalidade dos casos, com base numa resolução e em Decretos Regulamentares Regionais.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Feita antes de 90!

O Orador: Depois de 90, há apenas um outro documento feito em 1993 que se estende ao concelho da Povoação.

Mais do que isso não foi feito.

Presidente: Se não houver mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/98, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/98, foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão e votação na especialidade.

Vamos iniciar essa discussão com base nos artigos 1.º e 2.º.

Chamo a vossa atenção para o artigo 2.º que inclui vários artigos do estatuto da carreira dos educadores de infância, entre os quais o artigo 63.º, para o qual existe uma proposta de alteração apresentada pela Representação Parlamentar do PCP, que suponho que já foi distribuída pelas diversas bancadas.

Também é objecto de alterações por parte da Comissão o artigo 19.º, que também está incluído nesse artigo 2.º, e os artigos 93.º, 97.º e 98.º.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das razões que levou um grupo de deputados das bancadas do PS, PSD e PP a apresentar esta proposta de alteração para os artigos 4.º e 5.º, teve a ver exactamente com o retirar...

Presidente: Sr. Deputado, estamos a apreciar os artigos 1.º e 2.º.

O Orador: Eu sei Sr. Presidente que não está em discussão os artigos 4.º e 5.º da proposta, mas eu quero chegar ao artigo 63.º por isso os frisei.

A razão de apresentarmos alterações ao artigo 63.º para o artigo 4.º e 5.º do diploma, teve a ver com um princípio que foi por nós fundamentada e que tem toda a lógica, ou seja, o artigo 63.º faz parte do corpo integrante do estatuto.

Portanto, um professor da Região Autónoma dos Açores passará a ter que utilizar como seu estatuto de carreira, o que está no artigo 2.º até ao final do diploma, cruzando-se com aquelas alterações que introduzimos.

Por isso pensámos que era correcto colocar essas revogações para os artigos 4.º e 5.º. Em relação ao artigo 19.º, a introdução proposta pela Comissão, na nossa opinião, vem clarificar o que se pretende quando se realizam os concursos, ou seja, sempre no âmbito de cada quadro, quer ele seja quadro de efectivos, quer seja quadro de zona pedagógica ou de vinculação, ou em simultâneo da educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos ou ensino secundário, ou inclusivamente ensino especial.

Quanto ao artigo 63.º, nós vamos votar o que está escrito na proposta, ou seja, é "por Decreto Regulamentar que devem ser regulamentados os subsídios e outras medidas ou incentivos de natureza não remuneratória", e isto aparece aqui pela primeira vez.

Há matérias, como a contagem de tempo de serviço para efeitos de concurso ou a atribuição de habitação — a atribuição da própria habitação ou até incentivos para a criação de habitação própria dos professores — que têm que estar contempladas neste Decreto Regulamentar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à primeira parte do artigo 63.º, nós já fizemos as considerações que poderão esclarecer o nosso pensamento sobre a matéria.

No entanto, o n.º 2 também nos preocupa, ou seja, o facto de se prever que os subsídios e benefícios previstos no número anterior são atribuídos por um período não superior a 5 anos.

É evidente que estamos convencidos que em determinadas ilhas da nossa Região, se ao fim de 5 anos forem retirados determinados subsídios e determinados apoios à fixação de docentes, essas ilhas ficarão sem docentes. Esta é a realidade.

Se os professores do ensino secundário deixarem de ter os apoios que efectivamente têm ou que venham a ser criados, ao fim de 5 anos a ilha ficará sem docentes.

Nós pensamos que este limite de 5 anos, em relação à nossa realidade e em relação à realidade da Região Autónoma dos Açores, não está correcto. Inclusivamente, não foi

previsto no diploma nacional, porque esse diploma apesar de ver a generalidade do País, pura e simplesmente, não tem qualquer limitação em relação ao período para o qual são fixados os apoios.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Esta norma prevê 5 anos, mas não quer dizer que seja apenas este limite de tempo. Eles podem ser renovados se assim se entender.

O que isto pretende é evitar que através deste mecanismo se crie um direito que depois não possa ser alterado.

Se nós concedermos um subsídio sem dar qualquer limite temporal, o que vai acontecer é que isto passará a ser um direito daquele trabalhador nos termos da legislação geral.

Portanto, passa a ser um direito adquirido que depois não pode ser alterado.

Os subsídios passam a ser concedidos por períodos de 5 anos que serão renovados ou não, consoante seja o entendimento na altura em que eles caducarem.

Eu tenho a certeza que nas Flores ou noutras ilhas mais periféricas da Região, vão passar muitos 5 anos para nós podermos dizer que não precisamos de subsídios para fixar professores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Por aquilo que eu leio aqui, não me leva à conclusão que chega o Sr. Secretário Regional.

O que está aqui escrito é o seguinte:

"Os subsídios e benefícios previstos no número anterior, terão em conta os diferentes níveis de ensino e grupos de docência, sendo atribuídos por um período não superior a 5 anos."

Se hoje a Região atribui o direito a uma passagem para um professor de uma determinada área para leccionar na Escola de Santa Cruz das Flores, é evidente que

esse professor durante 5 anos terá direito a essa passagem para ir de férias. Este caso que estou a apresentar é uma suposição. Ao fim do 6.º ano, poderá criar toda a legislação que quiser, mas o professor não voltará a ter esse direito porque já beneficiou durante 5 anos de acordo com o que nós estamos aqui a aprovar.

Esta é a leitura que faço daquilo que aqui está escrito, porque o n.º 2 do artigo diz :

"São atribuídos por um período não superior a 5 anos".

Uns dizem que será renovado de 5 em 5 anos, ou que poderá ser renovado ou ainda que tem o limite temporal de 5 anos, mas o que está aqui escrito é que não é atribuído por um período superior a 5 anos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que percebi a intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão e atrever-me-ia a fazer uma sugestão de redacção e veremos se corresponde ou não ao seu pensamento.

Sendo assim, julgo que devia ficar "sendo atribuídos por períodos não superiores a 5 anos". Na minha opinião, é isto que se pretende, isto é, blocos de 5 anos e não passar a ser um direito adquirido que depois nunca mais se pode tirar.

Se pretendem blocos de 5 anos, e nós estamos de acordo com esta medida, durante 5 anos o professor tem garantia que ninguém lhe retira o direito ao subsídio, mas ao fim desses 5 anos, se houver qualquer mudança de legislação, ele sabe que tem, por exemplo, se tiver no decurso do 3.º ou 4.º ano, direito ao subsídio. Terminados esses 5 anos ele fica sem ele.

Se o Sr. Deputado Paulo Valadão entender que esta redacção o satisfaz, não me repugna nada apresentá-la à Mesa para ser votada.

Presidente: Aguardo mais alguma intervenção sobre esta matéria.

(Pausa)

Não havendo mais intervenções vamos passar à votação.

O Sr. Deputado Francisco Sousa pede a palavra com que finalidade?

Deputado Francisco Sousa (PS): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Sousa (PS): Apenas para saber se o Sr. Presidente considera a proposta que eu apresentei ou se me dá um minuto para apresentá-la por escrito.

Presidente: Eu estava aqui a tratar de um problema e não me apercebi que o Sr. Deputado tinha apresentado uma proposta.

Deputado Francisco Sousa (PS): Eu apresentei uma proposta e aguardava que o Sr. Deputado Paulo Valadão dissesse se estava de acordo ou não, ou seja, na redacção do artigo 63.º, n.º 2, onde está escrito "*por um período não superior a 5 anos*" substituíam-se "*por períodos não superiores a 5 anos*".

É uma questão de passar a frase para o plural.

Presidente: Em relação à Mesa não é necessário fazer a proposta por escrito, eu próprio introduzo a correcção.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Valadão não sei se pretende por escrito.

(Pausa)

Não havendo dúvidas, vamos passar à votação do artigo 1.º e depois do artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1.º, façam o favor de se manter como encontram.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação do artigo 2.º e vamos votar, em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada pelo PCP para o artigo 63.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A nossa proposta de alteração para o artigo 63.º é na totalidade do artigo.

Presidente: Portanto, entende-se que elimina o n.º 2.

O Orador: Exactamente.

Presidente: Com este entendimento, de que a proposta de alteração do PCP pretende a eliminação do n.º 2 do artigo 63.º, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração apresentada pelo PCP para o artigo 63.º, façam o favor de se manter como encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PCP foi rejeitada com 22 votos contra do PS, 23 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e registou 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que esta Assembleia transferiu um poder próprio, o poder de legislar, para o Governo Regional. É esta a realidade.

O Decreto Nacional exige que esta matéria seja legislada através de Decreto-Lei, portanto, através do poder legislativo que tem o Governo da República.

Esta Assembleia, em nosso entender, prescindiu do seu direito de legislar.

Presidente: Vamos passar em seguida à votação dos restantes artigos que constituem o artigo 2.º, incluindo as alterações previstas pela Comissão para os artigos 19.º, 93.º, 97.º e 98.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, apenas para sugerir que o artigo 93.º fosse votado separadamente.

Presidente: Então, vamos passar à votação do artigo 63.º na redacção do texto original com a alteração prevista para o n.º 2.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 63.º, façam o favor de se manter como encontram.

O Sr. Deputado que discorda, faça o favor de se sentar

Secretário: O artigo 63.º foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e registou 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passemos de seguida à votação do artigo 2.º incluindo os artigos 19.º, 23.º, 97.º e 98.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como encontram.

Secretário: Os artigos em votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão e posterior votação dos artigos 3.º, 4.º e 5.º. Chamo a atenção para o facto de que para os artigos 4.º e 5.º existem propostas de alteração apresentadas conjuntamente pelo PS, PSD e PP.

Está aberta a discussão sobre esses artigos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou aduzir nem repetir aquilo que já disse.

Apenas quero manifestar a minha reafirmação, ou seja, que vou votar contra estes artigos pelos motivos que me levaram a apresentar uma proposta de alteração ao artigo 63.º.

Presidente: Vamos passar à votação do artigo 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 3.º, façam o favor de se manter como encontram.

Secretário: O artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação do artigo 4.º de acordo com a proposta de aditamento apresentada pelos 3 grupos parlamentares.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda, faça o favor de se sentar

Secretário: O artigo 4.º foi aprovado com 21 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e registou 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passemos à votação do artigo 5.º de acordo com a proposta de aditamento apresentada pelos 3 partidos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda, faça o favor de se sentar

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado com 21 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e registou 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos passar, finalmente, à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma que acabámos de aprovar, mantenham-se por favor como se encontram.

O Sr. Deputado que discorda, faça o favor de se sentar

Secretário: O diploma foi aprovado em votação final global com 21 votos a favor do PS, 23 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e registou 1 voto contra do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votei contra este diploma, porque considero que a matéria que vai ser tocada no futuro, é muito sensível para os professores. Posso afirmar que eles próprios, antes deste documento entrar na Assembleia, manifestaram a sua preocupação em relação a ele.

Em documentos vindos de alguns sindicatos de professores, também surge referência a esta matéria, daí que, nós, pela nossa parte, não queremos ser acusados de poderem vir a ser prejudicadas escolas que hoje têm corpos docentes capazes e que amanhã poderão vir a ser desfalcadas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não temos dúvidas que a proposta que acabámos de aprovar não poderá de forma alguma prejudicar qualquer escola desta Região, basta que este Governo — e espero que seja este e rapidamente, quer o próximo que também será do Partido Socialista, isto é, até ao ano 2004 — cumpra o que acabámos de aprovar e estamos convictos que não faltará nenhum professor em nenhuma escola dos Açores por falta da regulamentação que agora acabámos de aprovar e que terá que ser feita ao abrigo do artigo 63.º.

O que é necessário neste momento, é que rapidamente se consiga fazer esse diploma para que as áreas e os sectores do ensino que têm grandes carências, como a informática, rapidamente possam ser contemplados garantindo-se que os professores venham para os Açores.

Igualmente vamos ter necessidade de, nos próximos anos, termos incentivos para os professores do 1.º ciclo, porque vamos ter necessidade de dezenas e dezenas desses professores nos próximos anos nesta Região.

Com este Decreto Regulamentar, através do que está previsto no artigo 63.º, será possível legislar para os concelhos ou ilhas onde se sinta a necessidade de determinado tipo de professores, garantindo aos mesmos que durante 5 anos eles tenham subsídio e podem estar descansados porque ninguém o vai tirar.

Pensamos que são garantias dadas. Além do mais, é garantida a participação dos parceiros sociais na elaboração dessa legislação.

Portanto, eles melhor do que ninguém saberão também defender os próprios interesses das suas classes.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, ou seja, à discussão e votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/98 — "Adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto, que regula a elaboração e aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).**

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A actual Proposta de Decreto Legislativo Regional, como diz em subtítulo, faz a adaptação à Região Autónoma dos Açores de legislação de âmbito nacional, nomeadamente o Decreto-Lei 309/93 que foi alterado pelo Decreto-Lei 218/94, que basicamente regulamentam a elaboração e aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

A justificação para esta alteração tem a ver fundamentalmente com a alteração da estrutura do VII Governo Regional, que foi aprovada pelo Decreto Legislativo Regional 29/A/96, de 3 de Dezembro, e transfere competências que nos decretos-leis de âmbito nacional competem a Ministérios, ao Instituto Nacional da Água e a outros organismos, para a Direcção Regional do Ambiente.

Por outro lado, também procede à atribuição de competências que, no âmbito nacional, são cometidas a nível industrial, para uma portaria conjunta dos Secretários Regionais da Agricultura Pescas e Ambiente e da Habitação e Equipamentos, sob proposta da Direcção Regional do Ambiente, isto no ponto de vista do conteúdo.

Do ponto de vista do interesse da adaptação e da urgência da adaptação, é importante ver que, neste momento, estão a decorrer os trabalhos de Ordenamento na costa Sul e Norte de São Miguel.

No que respeita à costa Sul, os estudos prévios estão feitos. Decorreu o período de consulta às diversas entidades, nomeadamente às autarquias, para se poder avançar para a fase de elaboração do regulamento que vai ser uma peça fundamental desse Plano de Ordenamento da Orla Costeira.

Nas outras ilhas, nomeadamente no caso da Terceira e São Jorge, estamos na fase de início dos estudos prévios e, como é óbvio, esperamos que esses estudos decorram durante o próximo ano, como é caso da Ilha de São Jorge, permitindo criar aqui um instrumento regulamentador que é fundamental no que respeita ao derimir de interesses de ocupação variados da costa e tendo em atenção a importância da orla costeira numa economia insular como a nossa.

Tem também muita importância como planos de ordenamentos específicos em termos de regulamentação de áreas urbanas, nomeadamente da maior parte dos nossos centros urbanos, pois que projectos de requalificação e de salvaguarda de determinadas zonas da orla costeira, que até agora foram apenas objecto de intervenções pontuais, nomeadamente intervenções de domínio da construção civil, poderão, no âmbito deste POOC, serem enquadrados em intervenções integradas que permitam um recuo de ocupações, no caso de determinados centros urbanos, de natureza histórica e que continuam a pôr em perigo de forma sistemática a segurança dessas populações.

Permite também criar mecanismos que, de uma forma ordenada, façam recuar essa ocupação para zonas que, do ponto de vista de ordenamento territorial e do ponto de vista da segurança da população, são mais consentâneos com as exigências modernas. Também do ponto de vista das actividades económicas, nomeadamente da exploração de recursos e da urbanização em zonas que no âmbito nacional caem no domínio da faixa dos 500 metros, permite proceder, no futuro, a definições específicas no domínio dos planos de ordenamento que sejam mais adequadas à realidade geográfica e à vivência nas nossas ilhas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como disse o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, resulta apenas da necessidade de se fazerem as necessárias adaptações orgânicas à estrutura do VII Governo Regional, uma vez que foi aprovada a Orgânica da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/98/A.

Por outro lado, é preciso também ter em conta que esta é uma matéria de extrema importância para o Governo Regional, visto que os nossos ecossistemas costeiros são extremamente sensíveis e com os quais há que ter um redobrado cuidado.

Além disso, é preciso ter em conta o reduzido território regional que obriga a muitos cuidados no seu ordenamento.

Por último, é preciso lembrar também que a área de orla costeira regional é considerável, chegando a ser metade da orla costeira continental.

Em face disto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta com as alterações de redacção introduzidas pela Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata face a esta Proposta não tem qualquer objecção à mesma e vai votá-la favoravelmente, porque trata-se de uma mera adaptação orgânica.

Aliás, na linha dos anteriores que este agora revoga, é uma adaptação orgânica que pode ser feita deste modo como é apresentado aqui no diploma.

A própria legislação em causa, no seu artigo 20.º, determina exactamente este tipo de adaptação. Portanto, não há nada de especial relativamente aos POOC's, na análise deste diploma.

A competência de elaboração compete a outros órgãos. A expectativa do tratamento que se vai dar na elaboração destes planos e no cuidado que é preciso ter com a orla costeira dos Açores, transfere-se para a própria elaboração dos POOC's.

Para já não há qualquer objecção nem cuidado especial.

Neste diploma não vem nenhuma novidade nesta matéria. Aliás, não tinha que vir, porque é uma adaptação face à orgânica do executivo que, neste momento, o VII Governo tem.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar uma adaptação orgânica de decretos nacionais à orgânica actual do Governo Regional.

Por isso mesmo, e em relação à matéria nada temos contra, antes pelo contrário, vamos votar favoravelmente, porque pensamos que estamos perante um documento lógico e não temos que fazer qualquer juízo político ou técnico sobre a matéria.

No entanto, dada a oportunidade de analisar uma matéria que tem a ver, no fundo, com o Plano e Ordenamento da Orla Costeira, queria apenas lembrar alguns aspectos que considero importantes.

O Sr. Secretário referiu que, neste momento, estão a elaborar alguns Planos de Ordenamento da Orla Costeira. No entanto, quero lembrar que o primeiro Decreto Nacional que saiu, surgiu em 1993 e no seu artigo 7.º fixava que dois anos após a sua aplicação, dever-se-ia ter os planos da orla costeira. Ou seja, a partir de 1995, deveríamos ter estes planos elaborados e atribuía grandes responsabilidades às capitánias dos portos.

A realidade é que continuamos nesses estudos, embora seja louvável que a matéria esteja a avançar.

De qualquer modo, queria chamar a atenção para este facto.

Um documento subsequente, o Decreto de 94, é mais comedido e fixou este prazo em função da regulamentação, ou seja, também 2 anos.

De qualquer modo entendemos que é urgente que se continue em cima da Mesa com estas matérias e que se tenha em atenção a vulnerabilidade da nossa orla costeira, porque ela só é protegida e enquadrada, depois destes planos estarem devidamente aprovados e integrados nos planos conjuntos que a própria lei obriga a isso.

Era esta a consideração que queria fazer sobre a matéria.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, na generalidade, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação na especialidade e vamos votar, conjuntamente, os 4 artigos que compõem o diploma, de acordo com o texto original e com as alterações propostas pela Comissão para os artigos 1.º e 2.º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado em votação final global por unanimidade.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão de Economia, Finanças e Plano para redacção final como baixava à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais o diploma anterior e o qual eu esqueci-me de anunciar.

Espero que aceite a esta hora esta incumbência.

Vamos dar por encerrados os nossos trabalhos.

Amanhã retomaremos às 10.00 horas da manhã com a agenda que restou da ordem do dia de hoje, onde se deve acrescentar além do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre o Conselho Consultivo da Juventude, dois pedidos de urgência.

O primeiro, oriundo da bancada do Grupo Parlamentar do PP, prende-se com uma Proposta de Resolução que "recomenda ao Governo Regional a antecipação de espaços de pagamento das indemnizações compensatórias aos empresários agrícolas"

e o segundo, oriundo da bancada do PS, tem a ver com uma Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "justificação de faltas dadas por altura do sismo de 9 de Julho".

É esta a nossa ordem de trabalhos para amanhã.

Boa noite e até amanhã.

(Eram 21.15 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Elavai**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

Luis Machado **Resendes**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Partido Social Democrata (PSD)

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO

Proposta de Resolução

Recomenda ao Governo Regional a antecipação dos prazos de pagamento das indemnizações compensatórias aos empresários do sector agro-pecuário.

Considerando que as más condições atmosféricas ocorridas durante o rigoroso Inverno de 1997/1998 mantiveram, durante longos períodos, as pastagens permanentes demasiadamente alagadas, diminuindo significativamente a produção de forragens e o desenvolvimento das pastagens naturais, base da alimentação dos animais das explorações agro-pecuárias dos Açores;

Considerando que posteriormente o Verão se veio a verificar igualmente rigoroso, embora no sentido inverso, o da seca, contribuindo para a diminuição da produção de erva e milho para ensilagem;

Considerando que a escassez de erva nas pastagens, originada pela seca prolongada, obrigou ao recurso a alimentos que se destinavam a ser utilizados no próximo Inverno, bem como à utilização de alimentos concentrados, com significativos aumentos dos custos de produção nas explorações;

Considerando aproximarem-se os prazos para a regularização de compromissos: trimestrais e anuais das explorações, tais como rendas e juros remuneratórios;

Considerando ainda que o Governo Regional dos Açores não anunciou qualquer medida de minimização das grandes percas de rendimento, ocorridas na última campanha, na grande maioria das explorações agro-pecuárias dos Açores;

Considerando finalmente que no Programa de Governo, aprovado por esta Assembleia, designadamente no seu capítulo 4, se refere que o Governo Regional dos Açores se propõe "criar as condições necessárias" a um novo rumo ao desenvolvimento que torne possível "a defesa dos sectores tradicionais da agro-pecuária";

Nestes termos os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Popular, propõem, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 23.º do Estatuto Politico-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia Legislativa aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa Regional do. Açores resolve recomendar ao Governo Regional que envide todos o. esforços no sentido de, em conjugação com as outras entidades intervenientes no processo, proceder à antecipação, se possível já no mês

de Outubro, do pagamento das indemnizações compensatórias, por forma a minimizar, numa primeira face, a perda efectiva de rendimento entretanto ocorrida nas explorações agro-pecuárias, resultante das condições atmosféricas, extremamente rigorosas, verificadas no último Inverno e também no último Verão.

Horta, 23 de Setembro de 1998

Os Deputados Regionais, *Alvarino M. M. Pinheiro, Nuno Barata Almeida e Sousa e João Greves.*

A Redactora de 1.ª Classe: Maria da Conceição Fraga Branco